

# **BNB** Conjuntura Econômica

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

**36**

jan-mar/2013



**Banco do  
Nordeste**

ISSN 18078834

**BNB** Conjuntura  
Econômica

*Número 36*

**Boletim elaborado pelo  
Escritório Técnico de Estudos  
Econômicos do Nordeste/ETENE,  
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB**

**Fortaleza  
Banco do Nordeste do Brasil  
2013**

Obra publicada pelo



**Presidente**

– Ary Joel de Abreu Lanzarin

**Diretores**

- Fernando Passos
- Luiz Carlos Everton de Farias
- Manoel Lucena dos Santos
- Nelson Antônio de Souza
- Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
- Stélio Gama Lyra Júnior

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste- Etene**

Francisco José Araújo Bezerra (Superintendente)

**Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação**

Wellington Santos Damasceno (Gerente de Ambiente)

Laura Lúcia Ramos Freire (Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)

Wendell Márcio Araújo Carneiro (Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)

**EQUIPE BNB CONJUNTURA ECONÔMICA**

**Coordenação Técnica**

Laura Lúcia Ramos Freire

**Produto Interno Bruto**

Allisson David de Oliveira Martins

**Desempenho do Comércio do Brasil e do Nordeste**

José Varela Donato

**Produção Agropecuária**

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão,  
Jackson Dantas Coelho, George Alberto de Freitas e  
Francisco Raimundo Evangelista

**Emprego e Rendimento**

José Wandemberg Rodrigues Almeida e Jacqueline Nogueira Cambota

**Setor Externo**

Laura Lúcia Ramos Freire

**Finanças Públicas**

Antônio Ricardo de Norões Vidal

**Intermediação Financeira**

Allisson David de Oliveira Martins

**CONSULTORES AD HOC**

**Coordenação Técnica e Síntese de Expectativas**

Assuero Ferreira

**Produto Interno Bruto, Produção Industrial e Emprego e Rendimento**

Carlos Américo Leite Moreira e Roberto Alves Gomes

**Setor Externo**

Inez Sílvia Batista Castro

**Intermediação Financeira**

Francisco Ferreira Alves

**Estagiários:** Eufrasina Campelo Borges Mendonça e Isadora Gonçalves Costa

**Preparação e Tabulação de Dados:**

Elias Augusto Cartaxo, Hamilton Reis de Oliveira e Leonardo Dias Lima.

**Ambiente de Comunicação Social**

José Mauricio de Lima da Silva

**Editor**

Ademir da Silva Costa

**Normalização Bibliográfica**

Paula Pinheiro da Nóbrega

**Revisão**

Hermano José Pinho

**Diagramação**

Deborha Rodrigues

**Banco do Nordeste do Brasil S/A**

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste**

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bloco A2 - Térreo - Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3299.3033

**Cliente Consulta**

Capitais e regiões metropolitanas 4020.0004

Demais localidades: 0800 033 0004

*Os conceitos e opiniões emitidos neste documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.*

*É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.*

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 36 (jan. - mar. 2013). – Fortaleza:  
Banco do Nordeste do Brasil, 2013 -

110 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

**BNB CONJUNTURA ECONÔMICA**  
**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE**  
**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**

Fortaleza-CE, n. 36

Janeiro-Março 2013

<b>1 - EFEITOS DA ESCASSEZ DE CHUVAS EM 2012 E 2013 SOBRE A PRODUÇÃO DE MEL NO NORDESTE</b>	<b>05</b>
<b>2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS</b>	<b>15</b>
2.1 - Resumo Executivo .....	15
2.2 - Expectativas .....	17
<b>3 - NÍVEL DE ATIVIDADE</b>	<b>19</b>
3.1 - PIB .....	19
3.2 - Produção Agropecuária .....	26
3.2.1 - Agricultura .....	26
3.2.2 - Pecuária .....	37
3.2.3 - Agronegócio .....	39
3.2.3.1- Desempenho do faturamento .....	39
3.2.3.2 - Balança comercial do agronegócio .....	44
3.3 - Produção Industrial do Brasil .....	49
3.3.1 - Produção Industrial do Nordeste .....	51
3.4 - Desempenho do Comércio Varejista no Brasil .....	56
3.4.1 - Desempenho do Comércio no Nordeste .....	58
<b>4 - EMPREGO E RENDIMENTO</b>	<b>61</b>
4.1- Considerações Adicionais sobre Emprego Formal.....	65
<b>5 - SETOR EXTERNO</b>	<b>71</b>
<b>6 - FINANÇAS PÚBLICAS</b>	<b>85</b>
6.1 - Arrecadação de ICMS.....	87
6.2 - Fundos Constitucionais.....	89

# SUMÁRIO

7.1 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional.....	96
7.2 - Saldo das Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino.....	99
7.2.1 - Empréstimos/financiamentos realizados pelo BNDES/FINAME ...	119
7.3 - Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino.....	101
7.4 - BNB: Taxas de Juro, Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito .....	103
7.5 - Conclusão .....	107

---

# 1 – EFEITOS DA ESCASSEZ DE CHUVAS EM 2012 E 2013 SOBRE A PRODUÇÃO DE MEL NO NORDESTE

Maria de Fatima Vidal<sup>1</sup>

A exploração racional de abelhas é uma atividade recente no Nordeste. No entanto, já se configura como importante fonte de renda para pequenos produtores rurais, principalmente no semiárido nordestino, que apresenta excelentes condições para a exploração apícola, não só pelo clima que desfavorece a ocorrência de doenças, mas também pela vasta extensão territorial e riqueza nectarífera de sua vegetação.

Por apresentar baixo custo de implantação e manutenção, além de rápido retorno financeiro, a apicultura é uma das explorações zootécnicas que mais tem crescido nos últimos anos no Nordeste. Entre 2002 e 2011, a produção nordestina de mel passou de 5.560 toneladas para 16.911 toneladas, o que representa um crescimento superior a 200%. O Nordeste é ainda o maior produtor nacional de pólen, tendo também importante participação na produção de própolis do País.

O Nordeste brasileiro possui características de clima e flora que lhe confere elevada competitividade no mercado mundial. O diferencial do mel nordestino está na baixa contaminação por pesticidas, visto que grande percentual do mel produzido na Região é proveniente da vegetação nativa.

A apicultura nordestina é uma atividade de caráter eminentemente familiar. Atualmente, existem cerca de 40.000 apicultores em toda a Região sendo que a maioria possui até 200 colmeias. Outro aspecto importante é que a apicultura é uma atividade que contribui para a preservação da cobertura ve-

getal e para o incremento da produtividade agrícola por meio da polinização. Portanto, é uma boa opção para o sistema de produção já esgotado pela exploração intensiva da caatinga que tem levado a um quadro de contínua degradação, sendo que em algumas áreas já se encontra um processo avançado de desertificação.

Nos anos em que a precipitação pluviométrica se situa em torno ou acima da média, o Nordeste responde por grande percentual da produção brasileira de mel, chegando a 40% em 2011. (Tabela 1). Porém, a exemplo da maioria das atividades agropecuárias, a apicultura é susceptível a fatores climáticos adversos. Em 2012, o volume de chuvas no semiárido do Nordeste brasileiro foi insuficiente para produção agrícola e de pastagem, o clima variou de seco a extremamente seco, a florada foi insuficiente, o que provocou elevada queda de produção de mel em todas as áreas produtoras do semiárido.

O maior percentual da precipitação anual observado sobre o semiárido nordestino concentra-se em fevereiro, março, abril e

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma, mestre em Economia Rural e pesquisadora do BNB/Etene. E-mail: fatimavidal@bnb.gov.br

maio. Em grande parte do território do Nordeste, a precipitação média anual é inferior a 1.000 mm. Porém, entre março e maio de 2012, o desvio da precipitação em relação à média variou de -100 mm a -700 mm, sendo que todo o semiárido foi afetado. Além da irregularidade espacial, também ocorreu grande variabilidade temporal das chuvas prejudicando fortemente a produção agrícola e pecuária da Região.

### **Produção de Mel no Brasil e nos Estados Nordestinos**

Nos últimos anos, a apicultura brasileira tem se expandido notavelmente a partir da produção nos estados do Nordeste, cuja Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) entre 2002 e 2011 foi superior a todas as outras regiões do País. Nesse período, a produção nordestina de mel cresceu a uma taxa de 11,8% ao ano, enquanto no Sul, que até 2010 foi a região responsável pelo maior volume da produção de mel no Brasil, a TGCA foi de 2,8%. (Tabela 1).

Entre outros fatores que contribuíram para o desenvolvimento da apicultura no Nordeste destacam-se: a geração de tecnologias e práticas de manejo adequadas à criação da abelha *Apis mellifera* africanizada, que é muito produtiva, porém é também muito agressiva; o surgimento de grande demanda no mercado exterior no início da década de 2000 por ocasião do embargo ao mel chinês e argentino pela União Europeia e Estados Unidos; e a flora nativa diversificada, que possibilita a produção apícola de produtos de alta qualidade.

Conforme a Tabela 2, em 2011 os estados do Piauí (30,2%), Ceará (24,6%), Bahia (15,6%) e Pernambuco (13,9%) responderam por 84,4% da produção de mel na Região Nordeste. Importante observar que en-

tre 2002 e 2011 a produção de mel em todos os estados nordestinos apresentou elevada TGCA, somente o Piauí teve crescimento anual inferior a 10%. (Tabela 2).

Um aspecto que convém destacar é o fato de a produção nordestina de mel ser desenvolvida majoritariamente no semiárido, mesmo nos estados que possuem menor percentual de seus territórios nessa região, como é o caso do Piauí e Alagoas. Em 2011, o semiárido respondeu por quase 87% da produção nordestina de mel. (Tabela 3).

Este fato confirma que o semiárido possui excelentes condições para produção de mel e que a apicultura tem sido importante para a diversificação da produção de pequenos produtores rurais no semiárido onde a baixa disponibilidade de recursos hídricos limita as alternativas de atividades agropecuárias que podem ser desenvolvidas nessa região.

Por outro lado, o fato de a apicultura se concentrar no semiárido a torna mais vulnerável ao risco de perdas devido à escassez de chuvas. Em 2012, por conta da estiagem prolongada, até mesmo a floração do cajueiro, que fornece pólen e néctar aos enxames no período seco do ano, foi pequena.

### **Perda de Produção de Mel e de Enxames**

Além da quebra de produção de mel, a seca de 2012 provocou também elevada perda de enxames por abandono das colmeias devido à alta temperatura aliada à falta de sombreamento e ao manejo alimentar inadequado.

No Piauí, segundo o diretor da Casa Apis, em 2012 a produção do Estado foi de 2 mil toneladas contra 6 mil no ano anterior, uma quebra de produção de 66%<sup>2</sup>. (RIBEIRO, 2013). A perda de enxames no Estado por abandono foi de 70%. (Tabela 4).

2 Destaque-se que o IBGE ainda não divulgou a Pesquisa Pecuária Municipal com os dados de 2012.

**Tabela 1 – Produção de Mel Natural no Brasil por Região (2002 a 2011)**

Regiões	Toneladas											Var (%) (a-b)	TGCA (a-b)	Part. Relativa 2011
	2002 (a)	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (b)				
	Norte	371	510	519	653	674	764	857	821	922	946			
Nordeste	5.560	7.968	10.401	10.911	12.103	11.598	14.152	15.144	13.117	16.911	204,2	11,8	40,6	
Sudeste	5.137	5.336	5.187	5.272	5.805	5.584	5.525	5.424	6.156	6.150	19,7	1,8	14,8	
Sul	12.277	15.357	15.266	15.816	16.422	15.468	15.760	16.501	16.532	16.181	31,8	2,8	38,9	
Centro-Oeste	683	852	917	1.097	1.190	1.333	1.498	1.085	1.291	1.416	107,2	7,6	3,4	
Brasil	24.029	30.022	32.290	33.750	36.194	34.747	37.792	38.974	38.017	41.604	73,1	5,6	100,0	

Fonte: IBGE (2013)

**Tabela 2 – Produção de Mel Natural no Nordeste por Estado Nordestino**

Estados	Toneladas											Var (%) (a-b)	TGCA (a-b)	Part. Relativa 2011
	2002 (a)	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (b)				
	Maranhão	158	286	436	518	559	537	781	748	1.119	1.107			
Piauí	2.222	3.146	3.894	4.497	4.196	3.483	4.144	4.278	3.262	5.108	129,9	8,7	30,2	
Ceará	1.373	1.896	2.933	2.312	3.053	3.137	4.073	4.735	2.760	4.165	203,3	11,7	24,6	
Rio Grande do Norte	247	373	515	448	585	611	1.065	1.107	886	904	266,0	13,9	5,3	
Paraíba	41	59	73	88	264	208	222	273	270	303	635,1	22,1	1,8	
Pernambuco	575	653	883	1.029	1.162	1.177	1.382	1.775	2.094	2.350	308,7	15,1	13,9	
Alagoas	15	86	116	184	164	170	155	170	203	213	1.368,5	30,8	1,3	
Sergipe	56	50	55	61	73	76	136	137	125	114	104,4	7,4	0,7	
Bahia	873	1.419	1.495	1.775	2.047	2.200	2.195	1.922	2.397	2.646	203,0	11,7	15,6	
Nordeste	5.560	7.968	10.401	10.911	12.103	11.598	14.152	15.144	13.117	16.911	204,2	11,8	100,0	

Fonte: IBGE (2013).

**Tabela 3 – Distribuição Percentual da Produção de Mel no Semiárido Nordestino, 2002-2011**

Estados	Área do Semiárido (%)	Percentual da produção de mel no semiárido									
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Piauí	59,3	89,3	92,0	92,1	93,1	92,2	91,1	92,1	92,8	92,4	94,8
Ceará	85,3	97,9	97,9	95,7	93,4	92,3	93,6	94,8	96,0	96,6	94,8
Rio Grande do Norte	93,5	100,0	93,2	95,1	94,1	95,2	95,2	97,1	97,2	96,7	96,5
Paraíba	86	74,7	63,0	70,7	56,1	84,9	80,6	78,6	74,6	70,9	71,0
Pernambuco	88	77,9	77,1	82,7	84,8	92,8	92,8	93,7	95,3	97,7	97,9
Alagoas	45,5	100,0	49,2	56,6	73,4	68,8	70,7	69,4	74,7	76,5	77,6
Sergipe	50,8	45,3	53,4	55,5	58,7	60,2	59,3	73,9	72,7	71,5	71,7
Bahia	69,3	83,1	86,4	87,6	87,9	87,6	87,5	82,9	83,0	86,5	84,0
Nordeste	89,4	86,7	87,0	87,2	86,3	86,7	86,6	86,3	87,9	84,6	86,6

Fonte: IBGE (2013).

Em Pernambuco, foram contabilizadas 240.000 colmeias vazias no início de 2013, 80% do total. (Tabela 4). A perda dos enxames foi ocasionada pela falta de alimentação aliada à alta temperatura. Na região de Araripina (PE), a Associação dos Apicultores de Araripina (Apes), informou que os produtores receberam orientação com relação à alimentação das abelhas, que resultou na menor perda de enxames, cerca de 30%, mesmo assim a queda da produção de mel foi da ordem de 90%. Em 2011, os apicultores do Araripe produziram 12 toneladas de mel, em 2012 a produção não chegou a 300 quilos. Cerca de 500 famílias têm o mel como fonte de renda no Sertão do Araripe e 4 mil pessoas trabalham na atividade

Na Bahia, a Federação Baiana de Apicultores e Meliponicultores apurou junto a 56 entidades filiadas que a perda de produção de mel no Estado em 2012 foi superior a 80% comparado ao ano anterior. (CONSTAM, 2013).

A Bahia foi o estado que apresentou menor perda de enxames por abandono 52%. (Tabela 4), o que está relacionado à produção de mel e pólen fora do semiárido, e que, portanto, não sofreu com a estiagem. Especifica-

mente na Chapada Diamantina/BA, de acordo com a Associação de Apicultura do Vale do Capão (2013), das 918 colmeias registradas no início do ano, 220 enxames foram perdidos. Previu-se uma colheita de 10 toneladas de mel no primeiro semestre, mas colheu-se apenas metade do previsto.

No Rio Grande do Norte, a redução da produção de mel foi da ordem de 90%. No Estado, a apicultura é a principal fonte de renda para cerca de 5 mil famílias (FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA..., 2013), porém 139.400 colmeias (82% do total) estão vazias. (Tabela 4).

No Ceará, a Federação dos Apicultores do Estado estima que, das 204.000 colmeias, 75% estejam vazias por conta da seca (Tabela 4), a queda da produção de mel foi de 90%. No Estado, existem cerca de 6.800 apicultores com média de 30 a 35 colmeias por apicultor. Paraíba e Alagoas tiveram uma perda de 80% dos enxames em 2012. (Tabela 4).

Totalizando as perdas de enxames de todos os Estados nordestinos afetados pela seca, estima-se que 71% das colmeias (917.824) estejam vazias. (Tabela 4). Isso significa que no Nordeste a necessidade de cera é de no mínimo 1.000.000 de kg (cerca

de 1 kg por enxame perdido). Sem este insumo não será possível fazer repovoamento racional, mesmo que o volume de chuva seja favorável e haja enxames silvestres para cap-

tura. Considerando que a cera custa em torno de R\$ 40,00/kg, estima-se que a Região necessite de cerca de R\$ 40 milhões para repor a cera perdida.

**Tabela 4 – Estimativa do Total de Apicultores, Colmeias Existentes, Percentual de Perdas de Enxames e Total de Colmeias Vazias em Fevereiro de 2013 por Estado do Nordeste**

ESTADO	Total de apicultores	Total de colmeias	% de perdas de enxames	Colmeias vazias
Piauí	12.000	300.000	70	210.000
Bahia	8.600	283.800	52	147.576
Rio Grande do Norte	8.500	170.000	82	139.400
Ceará	6.800	204.000	75	153.000
Pernambuco	2.000	300.000	80	240.000
Paraíba	1.500	30.000	80	24.000
Alagoas	*556	4.810	80	3.848
<b>TOTAL</b>	<b>39.956</b>	<b>1.292.610</b>	<b>71</b>	<b>917.824</b>

Fonte: União Nordestina de Apicultura... (2013).

\* Dados cadastrados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE AL).

Em 2013, a produção de mel no semiárido nordestino deverá ser ainda menor que em 2012 devido ao prolongamento da seca e redução dos enxames. Para 2014, as perspectivas de produção também não são boas, pois mesmo que as condições pluviométricas sejam favoráveis e seja possível repovoar todas as colmeias, a produção de mel será baixa, já que a produtividade das colmeias recém-povoadas é inferior às colmeias povoadas em anos anteriores, pois para uma boa produção é necessário que os enxames sejam populosos. Existem técnicas de multiplicação de enxames que possibilitam maior produtividade, porém ainda pouco difundidas entre os apicultores.

### Exportações de Mel

A queda da produção nordestina de mel repercutiu negativamente nas exportações brasileiras do produto. Em 2012, o País exportou 16,7 mil toneladas (Tabela 5), 25% a menos que no ano anterior. A única região que aumentou suas exportações de mel em

2012 foi o Sul, amenizando o efeito da redução das exportações nordestinas que apresentaram uma queda de 52%, a maior redução observada desde 2003. (Gráfico 1). Em termos de divisas, a perda brasileira foi de US\$ 18,5 milhões e a nordestina de US\$ 16,2 milhões em relação a 2011.

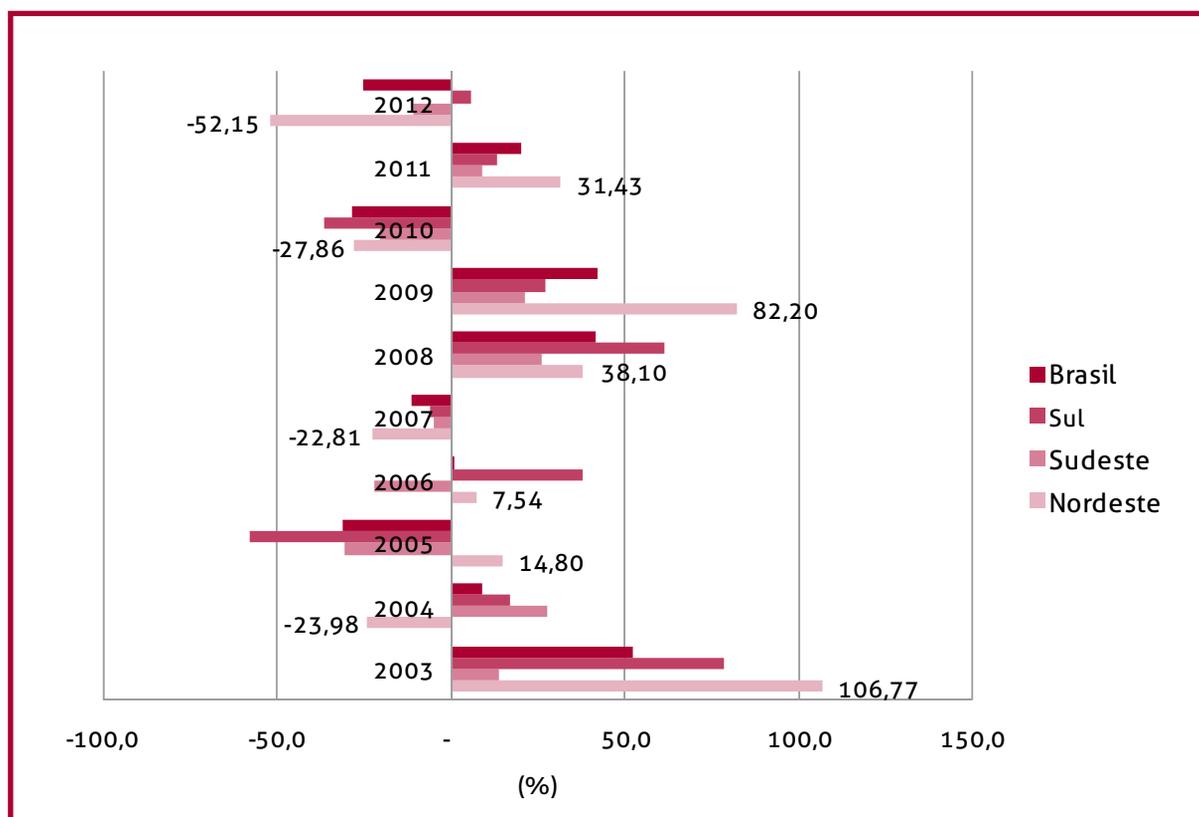
A quebra de safra no Nordeste provocou uma queda nas exportações de mel do Sudeste (Gráfico 1), porque grande parte do volume de mel exportado pelo Sudeste é produzida em outras regiões, principalmente no Nordeste e Sul.

Comparando-se os quatro primeiros meses de 2011 a 2013, observa-se que a queda no volume exportado em 2013 em relação a 2012 (-84,1%), foi muito superior à redução das exportações em 2012 (-11%) em relação ao mesmo período de 2011. (Tabela 6).

Uma das explicações para este fato é que em 2012 as poucas chuvas ocorreram no início do ano, de forma que foi possível em mui-

tas regiões se fazer pelo menos uma colheita. Observar que a produção nos primeiros meses do ano é baixa mesmo quando a precipitação pluviométrica é considerada normal, pois quando se iniciam as chuvas os enxames estão fracos (com pequeno número de indivíduos) e, portanto, utilizam as primeiras floradas para crescimento da família, atrasando a produção, sendo assim, mesmo tendo sido um ano seco a diferença de produção entre os primeiros meses de 2011 e 2012 foi pequena, refletindo-se nas exportações desse período.

Além disso, em 2013 estima-se que a quebra de safra tenha sido ainda maior que em 2012, pois além do prolongamento da estiagem os apicultores perderam grande parte dos seus enxames no ano anterior. Grande número de apicultores não obteve nenhuma colheita entre janeiro e abril de 2013, pois as poucas chuvas ocorreram a partir de maio, daí a grande redução das exportações entre janeiro a abril de 2013 comparado ao mesmo período de 2012.



**Gráfico 1 – Variação Percentual no Volume das Exportações Brasileiras de Mel por Região entre 2003 e 2012.**

Fonte: Brasil (2013).

**Tabela 5 – Evolução das Exportações Brasileiras de Mel por Região entre 2002 e 2012**

Regiões	Toneladas										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nordeste	2.706,9	5.597,1	4.255,1	4.884,9	5.253,2	4.055,0	5.600,1	10.203,5	7.360,8	9.674,3	4.629,3
Sudeste	6.290,7	7.171,8	9.172,0	6.374,4	4.964,2	4.719,6	5.956,2	7.229,2	5.738,8	6.264,4	5.572,5
Sul	3.645,1	6.503,1	7.609,5	3.185,1	4.384,3	4.131,2	6.675,0	8.496,2	5.393,1	6.094,7	6.430,6
Demais regiões	0,6	1,8	0,5	3,5	0,2	1,5	40,0	58,3	139,4	365,1	75,1
BRASIL	12.643,4	19.273,8	21.037,1	14.448,0	14.601,9	12.907,3	18.271,3	25.987,2	18.632,1	22.398,6	16.707,4

Fonte: Brasil (2013).

**Tabela 6 – Tabela - Exportação de Mel Natural (em toneladas) por Região e suas Variações no Período de Janeiro a Abril. 2011-2013**

Regiões	Toneladas										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nordeste	2.706,9	5.597,1	4.255,1	4.884,9	5.253,2	4.055,0	5.600,1	10.203,5	7.360,8	9.674,3	4.629,3
Sudeste	6.290,7	7.171,8	9.172,0	6.374,4	4.964,2	4.719,6	5.956,2	7.229,2	5.738,8	6.264,4	5.572,5
Sul	3.645,1	6.503,1	7.609,5	3.185,1	4.384,3	4.131,2	6.675,0	8.496,2	5.393,1	6.094,7	6.430,6
Demais regiões	0,6	1,8	0,5	3,5	0,2	1,5	40,0	58,3	139,4	365,1	75,1
BRASIL	12.643,4	19.273,8	21.037,1	14.448,0	14.601,9	12.907,3	18.271,3	25.987,2	18.632,1	22.398,6	16.707,4

Fonte: Brasil (2013).

# Considerações Finais

A exemplo das demais atividades agropecuárias, a apicultura nordestina sofreu grandes perdas com a estiagem de 2012. Diante do alarmante número de colmeias vazias, as perspectivas para as próximas safras não são boas, pois em 2013 as previsões de chuvas abaixo da média se confirmaram, e em 2014, mesmo que ocorra boa precipitação, a produção de mel será baixa, pois os apicultores possuem atualmente um pequeno número de enxames, apenas cerca de 30% das colmeias estão povoadas.

Além da perda da produção apícola, os apicultores também sofreram prejuízos em outras atividades agropecuárias por conta da seca, portanto, não terão recursos para repovoar todas as colmeias vazias, sendo que os custos para a retomada da produção serão elevados e o processo de recuperação, possivelmente, mais demorado.

Para minimizar as perdas provocadas por longos períodos de estiagem, é necessária a adoção de melhores práticas de manejo principalmente alimentar e sombreamento. E para a mais rápida recuperação da apicultura, é necessário crédito de custeio para manter os enxames que restaram e para o repovoamento de colmeias. Também é importante a capacitação dos apicultores com relação à multiplicação de enxames, pois se acredita que a seca reduziu também a quantidade de enxames silvestres. Especificamente para a reposição de cera estima-se, no mínimo, R\$ 40 milhões.

Há que se levar em conta ainda que a seca no semiárido nordestino é um fenômeno cíclico e que já existem muitas tecnologias que permitem conviver e produzir de forma mais segura nas condições edafoclimáticas dessa região, falta difusão mais célere dessas tecnologias e, em muitos casos, recursos para implantação.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE APICULTURA DO VALE DO CAPÃO. **Estamos vivos mas...** [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://flor.nativa.blog.uol.com.br/>>. Acesso em: 6 fev. 2013.

BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior. **Aliceweb**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 7 jun. 2013.

CONSTAM, P. **Carta aberta dos apicultores baianos**. [S.l.]: Federação Baiana de Apicultura e Meliponicultura, 2013. Disponível em: <<http://febamel.zip.net/>>. Acesso em: 6 fev. 2013.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Balanco da seca**. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www.senarrn.com.br/site2011/imprensa.php?id=4154&titulo=balanaaaca-seca>>. Acesso em: 8 fev. 2013.

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp?o=24&i=P>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

INMET. **Clima: monitoramento climático: SPI: índice padronizado**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br/portal/index>>.

php?r=clima/indicePrecipitacaoPadronizada>. Acesso em: 8 fev. 2013.

RIBEIRO, E. Para incentivar a apicultura migratória Wilson Martins distribui 6 caminhões. **Meio Norte.com**, 5 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.meionortecom/efremribeiro/para-incentivar-a-apicultura-migratoria-wilson-martins-distribui-6-caminhoes-23948.html>>. Acesso em: 6 fev. 2013.

UNIÃO NORDESTINA DE APICULTURA E MELIPONICULTURA. Efeitos da seca na apicultura nordestina: depoimento. In: PALESTRA, 2013, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Etene, 2013.



# 2 – SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

## 2.1-Resumo Executivo

Os resultados da atividade econômica no primeiro trimestre de 2013 ainda não sinalizam para uma recuperação consistente da economia brasileira. O Produto Interno Bruto (PIB) registrou um crescimento de 0,6%, na comparação com o quarto trimestre de 2012, o que corresponde a 2,4% em base anual.

O crescimento modesto do PIB foi influenciado pela desaceleração do consumo das famílias, com expansão de apenas 0,1% no primeiro trimestre deste ano, comparativamente ao trimestre imediatamente anterior. Vale mencionar que esse componente da demanda cresceu 1,0% no último trimestre de 2012 nessa mesma base de comparação.

A desaceleração do consumo das famílias está associada, sobretudo, à menor expansão do crédito no início do ano. De acordo com o Banco Central do Brasil, os empréstimos livres direcionados para as pessoas físicas registraram um aumento de apenas 1,0% no mês de abril. As operações de crédito do país vêm registrando, desde o primeiro semestre de 2011, uma nítida tendência de desaceleração na taxa de crescimento. Ressalte-se que isto acontece, apesar da redução nas taxas de juros e spreads, além da leve queda da taxa de inadimplência das famílias registradas entre abril/2012 e março/2013.

Também contribuiu para o menor crescimento do consumo, a pressão inflacionária dos últimos meses que reduziu os gastos reais de consumo final, especialmente dos segmentos de média e baixa renda.

Por outro lado, as informações da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) parecem sinalizar uma recuperação dos investimentos do país. Na passagem entre o quarto trimestre de 2012 e o primeiro trimestre de 2013, a FBCF apresentou forte incremento de 4,6%, após assinalar variação positiva de 1,3% no trimestre anterior nessa mesma base de comparação. Já no confronto com igual intervalo do ano anterior, constatou-se um aumento de 3,0% nessa variável, após quatro trimestres seguidos de recuo nesse indicador.

A retomada dos investimentos impactou positivamente na produção nacional de máquinas e equipamentos. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), a produção industrial de bens de capital cresceu 13,4% no acumulado do primeiro quadrimestre. Sete dos nove setores apresentaram incrementos, com ênfase para os segmentos de bens de capital, equipamentos de transportes (27,3%) e bens de capital para fins industriais seriados (10,3%).

Pelo lado da oferta, apesar das medidas do governo visando estimular a ampliação do valor adicionado no plano doméstico e o câmbio mais competitivo, ainda não se observou um desempenho mais robusto da atividade industrial no início de 2013. De fato, a indústria apresentou uma queda de 0,3%, indicador trimestre/trimestre imediatamente anterior. O decréscimo do setor industrial decorreu, sobretudo, da retração de 2,1% da indústria extrativa. A desaceleração da economia chinesa só contribuiu para a deterio-

ração do cenário internacional, prejudicando as exportações de produtos básicos, como os minerais metálicos.

Já a indústria de transformação assinalou um frágil crescimento de 0,3%. A falta de dinamismo do setor manufatureiro ainda reflete as dificuldades de exportação e o processo de substituição de produção local por importações. Entretanto, os dados mais recentes da PIM-PF apontam para uma mudança dessa tendência de resultados insatisfatórios da indústria nos últimos meses. O incremento de 1,8% no mês de abril comparativamente ao mês anterior, foi o segundo consecutivo nessa base de comparação, acumulando, nesse período, ganho de 2,7%.

No plano regional, a atividade industrial nordestina cresceu 1,2% no mês de abril frente ao mês anterior, resultado inferior à média nacional. A recuperação da indústria nordestina esbarra no cenário externo de retração da atividade econômica e no crescente protecionismo de tradicionais importadores de produtos da Região.

O comportamento do comércio internacional do Nordeste, no primeiro trimestre de 2013, registrou comportamento semelhante ao apresentado ao longo de 2012. Não houve grandes alterações na pauta e ocorreu déficit comercial da ordem de US\$ 4,2 bilhões. Este montante decorreu de declínio das exportações em todos os estados nordestinos, tendo a Região como um todo apresentado redução de 26,5% ao somar US\$ 3,5 bilhões exportados. Por outro lado, a elevada demanda interna contribuiu para o incremento de 24,6% nas importações (US\$ 7,8 bilhões).

No que concerne ao comércio interno, a Região Nordeste teve os dois estados que são apresentados na Pesquisa Mensal de Co-

mércio (Bahia e Ceará) com desempenho no volume de vendas, no primeiro trimestre de 2013, inferior à taxa acumulada pelo Brasil (3,5%) como um todo.

O crescimento da intermediação financeira na Região deveu-se exclusivamente aos aumentos registrados pelos bancos públicos, na captação de depósitos e na oferta privada, para os últimos doze meses terminados em fevereiro.

Outro fato importante a registrar é a forte estiagem que atinge a região Nordeste. Esta deve afetar os crescimentos previstos do valor bruto da produção agropecuária em 2013. Ademais, impacta setores significativos da base produtiva regional, como alimentos e bebidas e refino de petróleo e produção de álcool. Em contrapartida, a demanda interna permanece elevada na Região, apesar da desaceleração do consumo das famílias nos primeiros meses do ano.

A demanda elevada no Nordeste se refletiu em incremento real do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), no primeiro bimestre de 2013, da ordem de 10,8%, comparativamente ao mesmo período de 2012. Este número é superior ao registrado pelo Brasil (7,8%). Destacaram-se como estados que apresentaram as maiores taxas de crescimento na arrecadação do tributo na Região: Paraíba (17,7%), Sergipe (16,9%) e Bahia (14,8%). Já o Rio Grande do Norte teve o menor crescimento real: 3,5%.

No que concerne ao comportamento dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, dados de 2012 revelam o aspecto desigual pelo qual a política macroeconômica se espalha regionalmente. Houve queda real do total destes fundos em 2012, relativamente a 2011. Isto se deveu ao baixo incremento

na arrecadação de imposto de renda (0,7%) acompanhado da forte queda do IPI (6,8%) – bastante superior ao declínio da produção física industrial (-2,6%). Estas cifras levam a crer que as desonerações implementadas pelo governo federal, reduzindo as alíquotas

do imposto para alguns setores industriais, contribuíram para a queda dos fundos constitucionais em 2012, cuja redução tem maior impacto sobre as regiões de menor PIB per capita – como é o caso do Nordeste.

## 2.2 - Expectativas

O cenário internacional em 2013 permanece com a situação fiscal do setor público, no médio e longo prazos, das economias da Zona do Euro ainda sem solução. Na Zona do Euro, preocupam as dívidas públicas de países fortemente atingidos pela crise econômica e desemprego como Espanha, Grécia, Itália e Portugal. Nos Estados Unidos, questiona-se o ritmo em que se dará a consolidação fiscal americana, sendo que a aceleração desta pode levar a menores taxas de crescimento. No Japão, há perspectivas de que a razão entre dívida pública e PIB atinja 255% em 2018.

Desta maneira, tendo em vista a incerteza que paira no contexto global, a previsão do Banco Mundial para o crescimento do PIB mundial para 2013 é de 2,2%, sendo esta taxa alcançada graças à expansão de 5,1% das economias emergentes. China e Índia têm incrementos previstos de 7,7% e 5,7%, respectivamente – valores elevados, mas inferiores aos registrados entre 2008 e 2011 quando a China, por exemplo, cresceu em média 9,6% a.a..

Na Zona do Euro, há a previsão de pior desempenho registrado dentre as maiores economias globais: expectativa de queda de 0,6%.

Para o Brasil, as expectativas do Banco Mundial são de aumento do PIB em 2,9% em 2013. Já o mercado financeiro nacional se atém a patamares menores de expansão: 2,5%.

Neste contexto mundial, espera-se declínio do preço das commodities em torno de 1,3% para as metálicas e 5,9% para as agrícolas (Banco Mundial), o que deve levar a Região Nordeste a permanecer com déficit da balança comercial e reduzir o superávit da balança comercial brasileira.

No que toca ao volume de crédito do país, este deverá crescer em torno de 16,5%, convergindo para uma taxa sustentável de longo prazo, com forte influência das operações de crédito financiadas com recursos direcionados e aumento da participação das instituições financeiras públicas. A política monetária deverá ser um pouco mais restritiva, com aumentos da taxa básica de juros, para manter a inflação dentro da meta. Assim, os juros praticados e os spreads poderão sofrer alguma expansão, pressionando a taxa de inadimplência.

No Nordeste, o ritmo de expansão das operações de crédito, embora ainda elevado, deverá manter a tendência de desaceleração já observada. Assim, estima-se um

aumento por volta dos 16,0%, influenciado por um crescimento moderado da economia regional, que pode ser inferior ao nacional, em função da forte estiagem que assola o semiárido nordestino, pelo segundo ano conse-

cutivo. A taxa de inadimplência deverá sofrer uma pequena elevação, refletindo o aumento nas taxas de juros. Os bancos públicos deverão continuar expandindo suas operações a um ritmo bem superior aos bancos privados.

## REFERÊNCIAS

---

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório focus:** junho/2013. [S.l.], [20--]. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: jun. 2013.

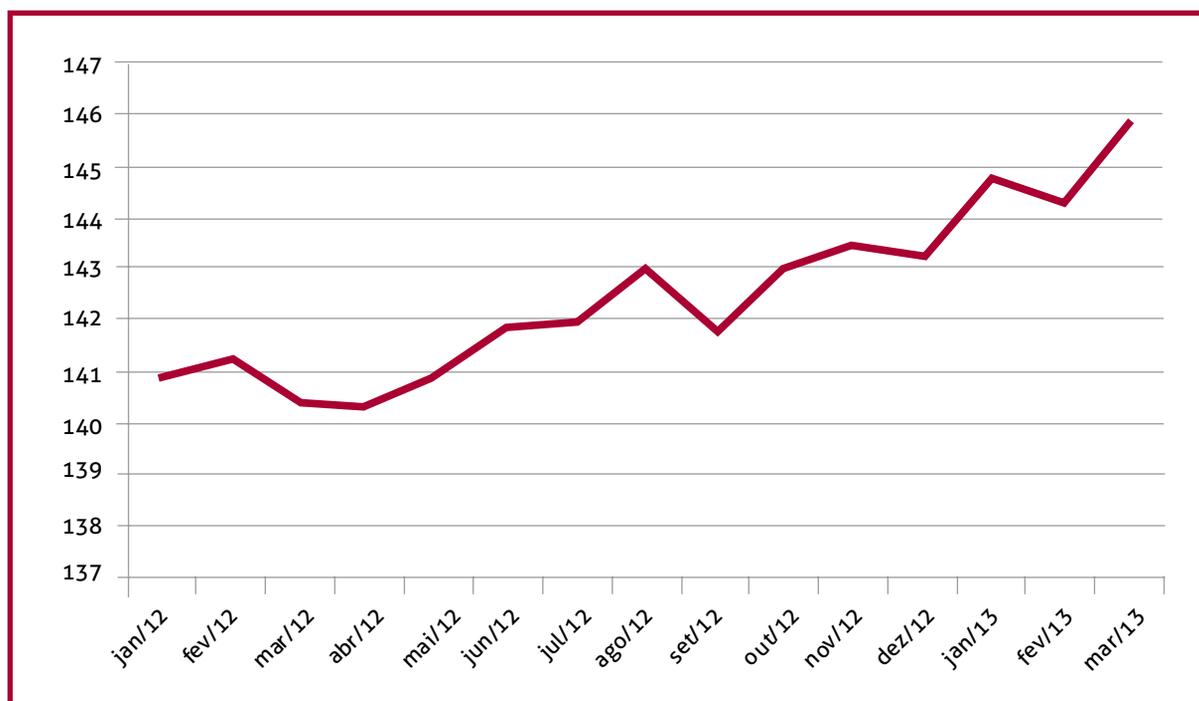
BANCO MUNDIAL. **Global economic prospects.** [S.l.], [20--]. Disponível em: <[www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)>. Acesso em: jun. 2013.

# 3 – NÍVEL DE ATIVIDADE

## 3.1 – PIB

**D**e acordo com o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), a economia brasileira registrou um avanço de 1,07% em março/2013 comparado ao mês imediatamente anterior, após registrar um recuo de 0,26% no mês de fevereiro/2013 em relação a janeiro/2013.

Realizando análises interanuais, observou-se uma variação positiva ainda maior, em torno de 3,88% do mês de março de 2013 vis-à-vis ao mesmo mês do ano anterior, bem como no acumulado de 12 meses, terminados em março/2013, o IBC-Br apontou crescimento de 3,97%. (Gráfico 1).



**Gráfico 1 – Brasil. Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Janeiro de 2012 a Março de 2013**

Fonte: Banco Central do Brasil (2013a).

Do ponto de vista da oferta, o comportamento do IBC-Br refletiu, sobretudo, o desempenho da indústria e do comércio varejista. Os dados mais recentes da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF)

revelam uma expansão de apenas 0,7% da atividade industrial em março de 2013, em comparação com o mês anterior. Por outro lado, a produção industrial registrou redução de 3,3% em março de 2013, quando compa-

rado ao mesmo mês do ano anterior, além de assinalar decréscimo de 0,5% no acumulado do ano de 2013.

Quanto ao comércio varejista, este registrou variação negativa de 0,1% em março de 2013, em relação ao mês imediatamente anterior, de modo a assinalar o segundo resultado negativo do ano. Contudo, o se-

tor varejista apresentou elevação de 4,5%, comparando o mês de março de 2013 com o mesmo mês em 2012. Apesar da desaceleração observada, o comércio varejista continua imprimindo um ritmo superior ao da indústria. Esse fato só vem a confirmar a tendência dos últimos anos na economia brasileira de descompasso entre o comércio varejista e a produção industrial. (Tabela 1).

**Tabela 1 – Brasil. Variações da Produção Industrial e do Comércio Varejista. 2004 - Primeiro Trimestre de 2013**

	Indústria	Varejo
2004	8,7	9,3
2005	-5,4	4,8
2006	-0,1	6,2
2007	3,4	9,7
2008	-2,8	9,1
2009	-10,1	5,9
2010	19,0	10,9
2011	-9,1	6,7
2012	-3,0	8,4
2013*	0,5	3,5

Fonte: IBGE (2013).

Na Região Nordeste, essa discrepância é igualmente significativa. Ou seja, o crescimento do comércio na Região não vem sendo acompanhado de incrementos da produção

industrial. O varejo nordestino se beneficia, sobretudo, da expansão do crédito, do aumento da massa salarial e dos programas de transferência de renda. (Tabela 2).

**Tabela 2 – Bahia, Ceará e Pernambuco. Variações da Produção Industrial e do Comércio Varejista - 2004 - Primeiro Trimestre de 2013**

	Bahia		Ceará		Pernambuco	
	Indústria	Varejo	Indústria	Varejo	Indústria	Varejo
2004	11,5	8,2	13,3	8,5	3,7	7,2
2005	-5,4	7,1	-12,0	16,1	-1,7	14,0
2006	-1,2	9,7	9,9	9,6	1,9	6,2
2007	-1,3	10,0	-6,5	10,6	-0,1	9,9
2008	0,3	7,8	1,3	8,0	-0,6	6,8
2009	-7,1	7,0	-6,1	9,5	-6,8	5,4
2010	12,5	10,3	13,3	14,0	13,5	11,9
2011	-10,8	7,1	-18,9	8,0	-9,3	6,7
2012	9,3	9,7	11,6	9,6	1,4	10,9
2013*	-2,0	0,2	3,0	4,7	-3,8	4,7

Fonte: IBGE (2013).

Do ponto de vista da demanda, constata-se que as variáveis associadas à demanda doméstica assinalaram resultados positivos nos primeiros meses do ano. O dinamismo do consumo das famílias reflete o bom desempenho do mercado de trabalho e as condições favoráveis de expansão do crédito.

No que tange ao mercado de trabalho, vale mencionar a manutenção de níveis extremamente baixos da taxa de desemprego. Em março de 2013, a taxa de desemprego apurada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas seis principais regiões metropolitanas do País ficou em 5,7%, recuo de 0,5 ponto percentual em relação a março de 2012. Em fevereiro de 2013, a taxa de 5,6% foi menor para o mês desde o início da série histórica. Nas capitais nordestinas pesquisadas pela PME, os resultados foram igualmente satisfatórios. Entretanto, em março de 2013, as taxas de desemprego apuradas em Salvador (6,9%) e Recife (6,8%), apresenta-

ram leve crescimento em relação a fevereiro de 2013.

Quanto ao rendimento médio real habitual, a PME traz para o agregado das Regiões Metropolitanas (RMs) um crescimento de 0,57% frente a março/2012. Em Recife, a variação foi mais expressiva (6,81%), enquanto que em Salvador os rendimentos tiveram redução de -10,71% na comparação com março/12.

Os ganhos reais de salários refletem a política de valorização do salário mínimo e o poder de negociação dos trabalhadores. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 95% das 704 unidades de negociação investigadas em 2012 registraram aumentos reais de salários superiores à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)-IBGE, o melhor resultado das negociações salariais desde 1996. Vale destacar que 63% dos reajustes assinalaram variações acima de 1%. (DIEESE, 2013). (Tabela 3).

**Tabela 3 – Brasil. Distribuição dos Reajustes Salariais. 2008 – 2012**

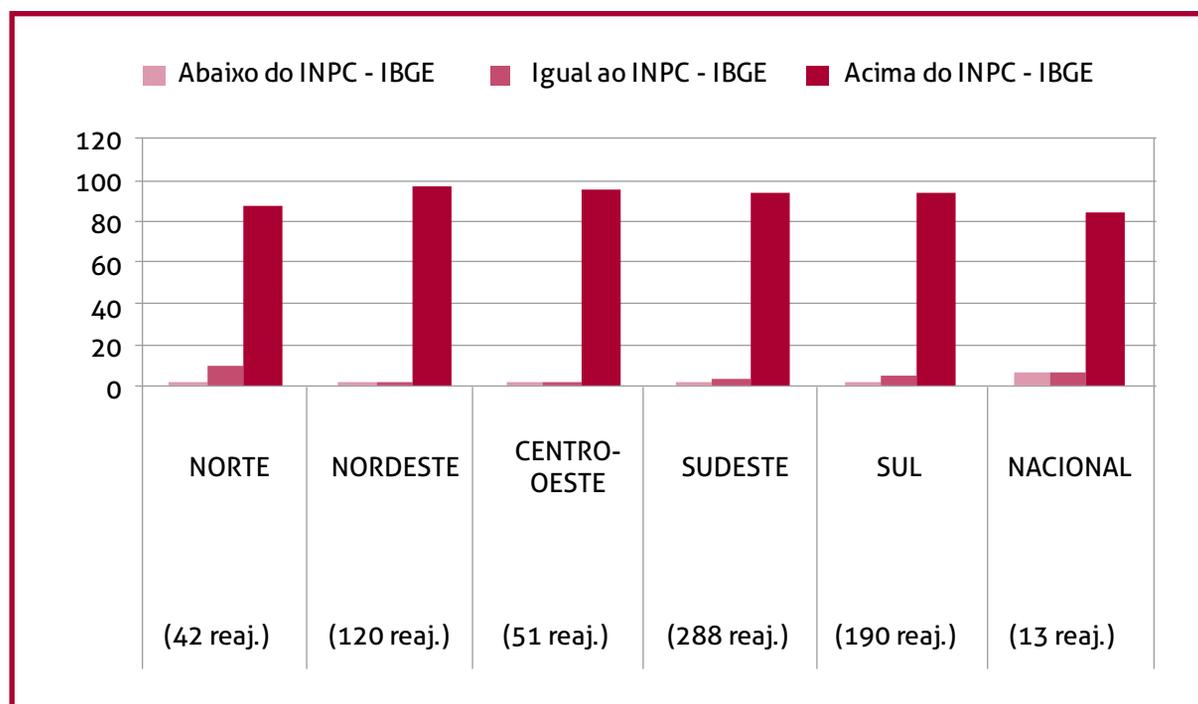
	(Em %)				
Varição	2008	2009	2010	2011	2012
Acima do INPC-IBGE	78,3	80,5	87,8	87,1	94,6
Mais de 5% acima	0,6	1,7	4,3	1,4	4,4
De 4,01% a 5% acima	0,9	1,4	3,4	1,4	4,0
De 3,01% a 4% acima	3,3	2,8	8,8	5,7	3,7
De 2,01% a 3% acima	9,7	11,4	16,3	15,2	28,4
De 1,01% a 2% acima	29,7	25,7	27,7	36,1	34,2
De 0,01% a 1% acima	34,2	37,5	27,3	27,3	19,9
Igual ao INPC-IBGE	10,7	11,6	7,7	7,1	4,1
De 0,01% a 1% abaixo	9,5	5,4	4,0	4,8	1,1
De 1,01% a 2% abaixo	0,9	0,6	0,1	0,4	0,1
De 2,01% a 3% abaixo	0,3	0,6	0,1	0,3	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	0,1	0,1	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	-	0,1	0,1	-	-
Mais de 5% abaixo	0,4	1,0	-	0,3	-
Abaixo do INPC-IBGE	11,1	7,8	4,5	5,8	1,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dieese (2013)

Comparativamente aos reajustes verificados pelas mesmas 704 unidades de negociação em 2008, constata-se um incremento de 16 pontos percentuais na ocorrência de ganhos salariais acima do INPC-IBGE em 2012.

No recorte regional, observa-se que o Nordeste apresenta o maior percentual de

negociações com reajustes acima da inflação (96,7%) e o segundo maior aumento real médio (2,26%) entre as regiões analisadas. Esses resultados decorrem principalmente da política de valorização do salário mínimo, já que a Região Nordeste concentra o maior número de trabalhadores que ganham até 1 salário mínimo. (Gráfico 2).



**Gráfico 2 – Distribuição dos Reajustes Salariais por Região. 2012**

Fonte: Dieese (2013).

Com relação ao crédito, constata-se que o estoque total de crédito do sistema financeiro alcançou R\$ 2.427 bilhões em março de 2013, apresentando elevação de 1,8% no mês e de 16,7% em doze meses. Esse desempenho elevou a relação crédito/PIB de 49,3% em março de 2012 para 53,9% em março de 2013. Desse total, o crédito livre a pessoas físicas chegou a R\$ 701 bilhões, alta de 9,2% em doze meses. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013b).

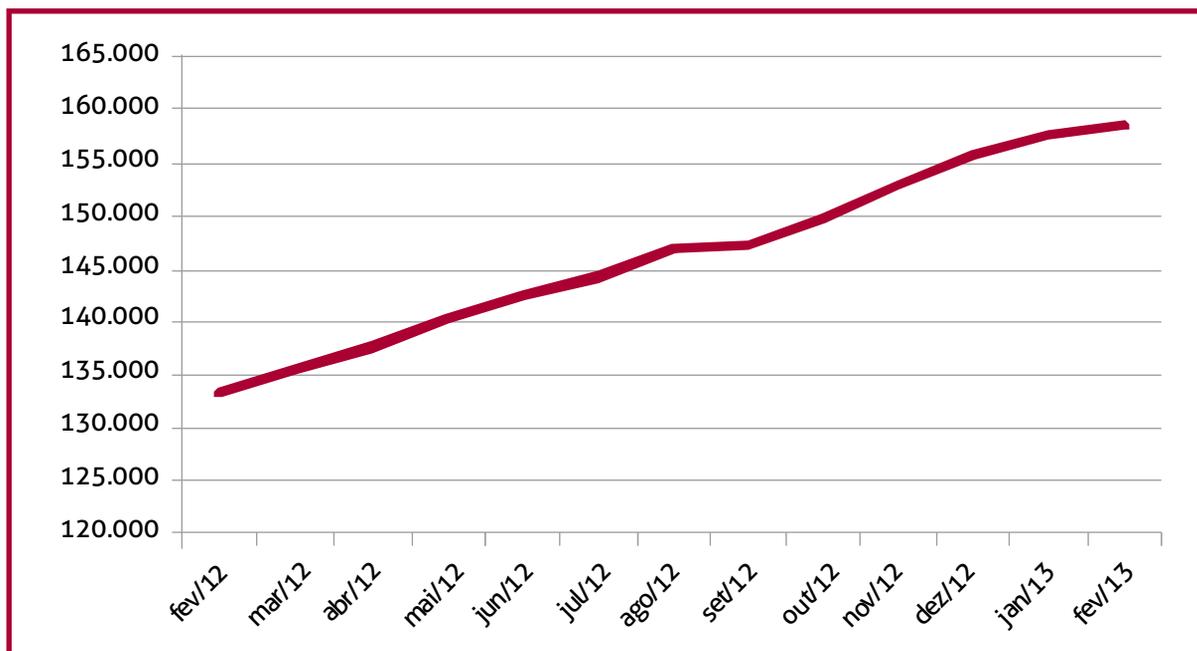
Na Região Nordeste, de acordo com o Banco Central, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro totalizou R\$ 302,9 bi-

lhões em fevereiro de 2013, alta de 17,1% em doze meses. Desse total, vale destacar as operações de créditos direcionadas para as pessoas físicas que atingiram R\$ 158,3 bilhões em fevereiro de 2013, alta de 18,6% em relação a fevereiro de 2012. (Gráfico 3).

O desempenho satisfatório do investimento no início do ano reflete os bons resultados da produção e importação de bens de capital. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), a produção doméstica de máquinas e equipamentos assinalou incremento de 9,8% no acumulado dos três primeiros meses do ano, com

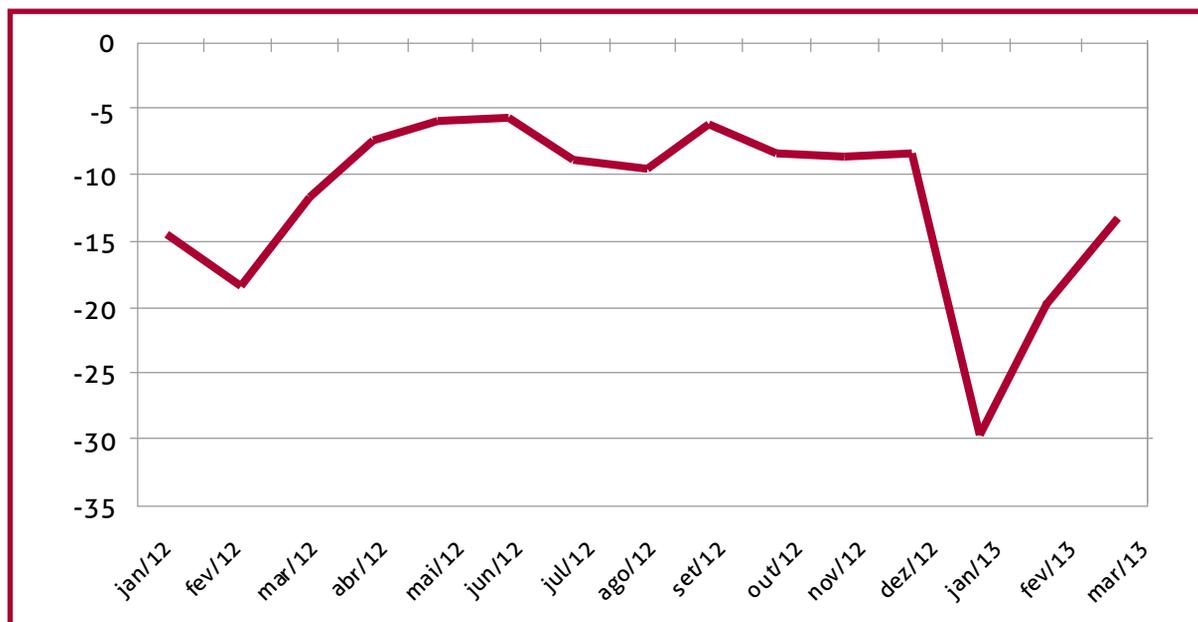
destaque para a forte expansão no ramo de bens de capital para transporte. A baixa base de comparação e a concentração do crescimento em alguns segmentos explicam o resultado expressivo do setor de bens de capital.

No que tange especificamente à Região Nordeste, constata-se igualmente uma recuperação da produção de bens de capital, porém, o ramo de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, continua registrando taxa negativas de crescimento no indicador acumulado do ano. (Gráfico 4).



**Gráfico 3 – Nordeste. Saldo das Operações de Crédito Direcionadas às Pessoas Físicas – Março de 2012 a Março de 2013 – R\$ Milhões**

Fonte: Banco Central do Brasil (2013c).



**Gráfico 4 – Nordeste. Produção de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos – Acumulado do ano – Janeiro de 2012 a Março de 2013**

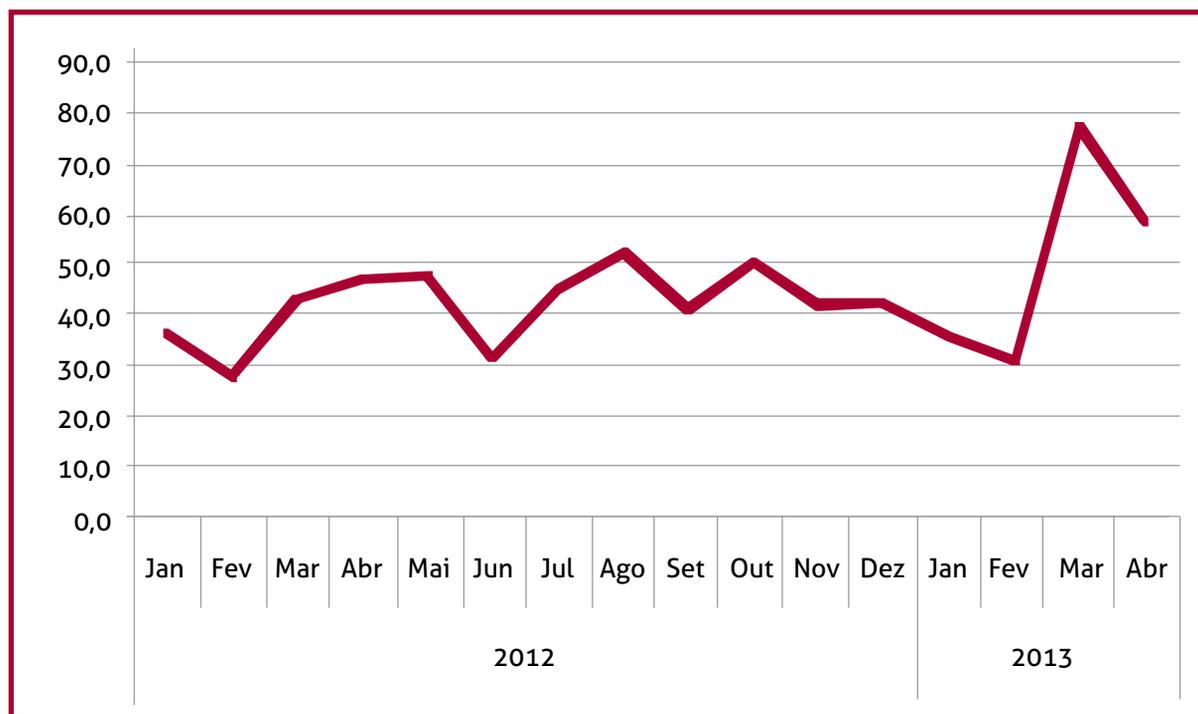
Fonte: IBGE (2013).

Já as importações de bens de investimento avançaram 3,1% no acumulado do primeiro quadrimestre (BRASIL, 2013), a despeito do baixo dinamismo da economia interna. O nível de valorização ainda observado da moeda nacional contribui para o incremento das compras internacionais de máquinas e equipamentos. Se, por um lado, as importações de bens de capital acentuam consideravelmente o déficit do segmento de média e alta tecnologia da indústria de transformação, por outro lado, essas aquisições estão sendo decisivas para a modernização da estrutura produtiva do País.

De acordo com o Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial (IEDI), “a necessidade das empresas em acelerar a inovação

para enfrentar a acirrada competição com produtos de outros países mais adiantados em termos tecnológicos está por trás desse movimento”. (IEDI, 2013). O baixo investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) explica a dependência da importação de bens de capital para estimular a inovação no País,

No Nordeste, o aumento das compras internacionais de máquinas reflete os grandes investimentos de infraestrutura no setor produtivo que estão sendo realizados na Região. Vale destacar a concentração dessas inversões em estados com maior densidade industrial, como Bahia, Pernambuco e Ceará. (Gráfico 5).



**Gráfico 5 – Bahia. Importação de Máquinas e Equipamentos, Aparelhos e Materiais Elétricos e Suas Partes, etc. – Janeiro de 2012 a Abril de 2013 – US\$ Bilhões**

Fonte: Brasil (2013).

No caso do mercado externo, as informações do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio (MDIC) revelam que a balança comercial brasileira apresentou déficit histórico US\$ 994 milhões em abril, o

pior já observado no período desde o início da série histórica, em 1993. No acumulado do ano, o déficit foi de US\$ 6,15 bilhões, contra um superávit de 3,29 bilhões no mesmo período de 2012.

As exportações brasileiras alcançaram US\$ 71,4 bilhões entre janeiro e abril, queda de 3,1% em relação ao mesmo intervalo de 2012. Em contrapartida, as importações totalizaram recorde de US\$ 77,6 bilhões, embaladas pelo bom desempenho da demanda doméstica e o nível ainda apreciado do Real.

O déficit significativo da indústria de transformação foi decisivo no resultados da balança comercial. Com exceção das manufaturas de baixa intensidade tecnológica, todos os demais grupos assinalaram queda nas exportações no primeiro quadrimestre, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado decorre, sobretudo, da retração da demanda externa em função da recessão nos países da zona do euro e da desaceleração chinesa. As dificuldades de exportar para a Argentina, em função de uma série de medidas protecionistas adotadas

por esse país, também contribui para o baixo dinamismo das exportações industriais.

Em síntese, os resultados no início do ano ainda não sinalizam para uma recuperação consistente da economia brasileira. O avanço de 1,07% em março/2013, comparativamente ao mês imediatamente anterior do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) revelou, sobretudo, os resultados ainda bastante modestos da atividade industrial. A falta de dinamismo do setor industrial reflete as dificuldades de exportação e o processo de substituição de produção local por importações. Por outro lado, as informações da produção e importação de bens de capital parecem sinalizar uma recuperação dos investimentos do País. Ademais, a demanda interna continua sendo beneficiada pelo aumento da massa salarial e da oferta de crédito.

## REFERÊNCIAS

---

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 13 maio 2013a.

\_\_\_\_\_. **Política monetária e operações de crédito do sistema financeiro**: março de 2013: notas para a imprensa. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <[www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br)>. Acesso em: 29 abr. 2013b.

\_\_\_\_\_. **Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional**: região Nordeste. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=getPagina>>. Acesso em: 13 maio 2013c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Balança comercial brasileira**: abril 2013. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <[www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)>. Acesso em: 30 abr. 2013.

DIEESE. **Balanço das negociações dos reajustes salariais em 2012**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)>. Acesso em: 30 abr. 2013.

IBGE. **Produção mensal de emprego**: junho 2013. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?z=t&o=1&i=P>>. Acesso em: 13 maio 2013.

## 3.2 – Produção Agropecuária

### 3.2.1 – Agricultura

Segundo o sétimo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2013c), a área estimada para a safra nacional de grãos é de 52,04 milhões de hectares, acréscimo de 4,2% em relação à safra 2011/2012. Com destaque para aumento das áreas plantadas com soja (aumento de 10,7%, o que representa 2.671,1 mil hectares) e com milho (acrécimo de 3,0%, ou seja, 449,2 mil hectares).

A safra nacional de grãos está estimada em 184,04 milhões de toneladas, acréscimo significativo de 10,8% em relação à safra 2011/2012. Destaque para as culturas da soja (produção estimada em 81,94 milhões de toneladas, acréscimo de 23,4% com relação à safra passada) e do milho de segunda safra (aumento de 9,1% com relação à safra de 2011/2012).

#### Algodão

Conforme o sétimo levantamento para a safra 2012/2013 elaborado pela CONAB (2013c), estima-se uma área cultivada com algodão em 886,8 mil hectares, uma redução de 36,4% em relação à safra passada. A redução nos preços internos e externos do algodão em pluma, associada aos altos custos de produção e os preços mais interessantes das commodities concorrentes, como milho e soja, são fatores que influenciaram as tomadas de decisões dos produtores em reduzir área, com a consequente redução na produção de algodão no País.

O Brasil deverá colher 3,26 milhões de toneladas de algodão em caroço, 1,63 milhões de toneladas a menos (-33,3%) que na sa-

fra 2011/2012. No entanto, a produtividade deve subir 4,8%, devido ao incremento tecnológico na produção, aliado às condições climáticas favoráveis nos principais estados produtores, passando de 3.513 kg/ha para 3.681 kg/ha.

Para o Nordeste, a expectativa é de redução de 34% na área cultivada, com destaque para a Bahia, que, apesar de ter a segunda maior redução (34,5%), é o maior produtor, com maior área. (Tabela 1).

No mercado internacional, as cotações variaram para cima neste primeiro trimestre de 2013, acumulam alta de 26,5%, devido a uma menor oferta interna e também maior demanda doméstica pelo produto. Isso porque as exportações dos últimos meses do ano de 2012 foram suficientes para diminuir a disponibilidade interna. (CEPEA, 2013b).

Conforme dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro, gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2013), a exportação brasileira de pluma, no primeiro trimestre de 2013 totalizou 151,8 mil de toneladas, com redução de 13% em relação à exportação contabilizada no mesmo período de 2012, com 174,5 mil toneladas.

Segundo dados do CEPEA, no primeiro trimestre de 2013, o mercado interno iniciou janeiro com os preços em alta, influenciado pela restrição da oferta de algodão nacional, que foi afetada pela instabilidade dos preços externos. (CEPEA, 2013b). Em São Paulo, a cotação de fechamento de abril/2013 foi de R\$ 66,14/@, alta de 11,12% em relação ao

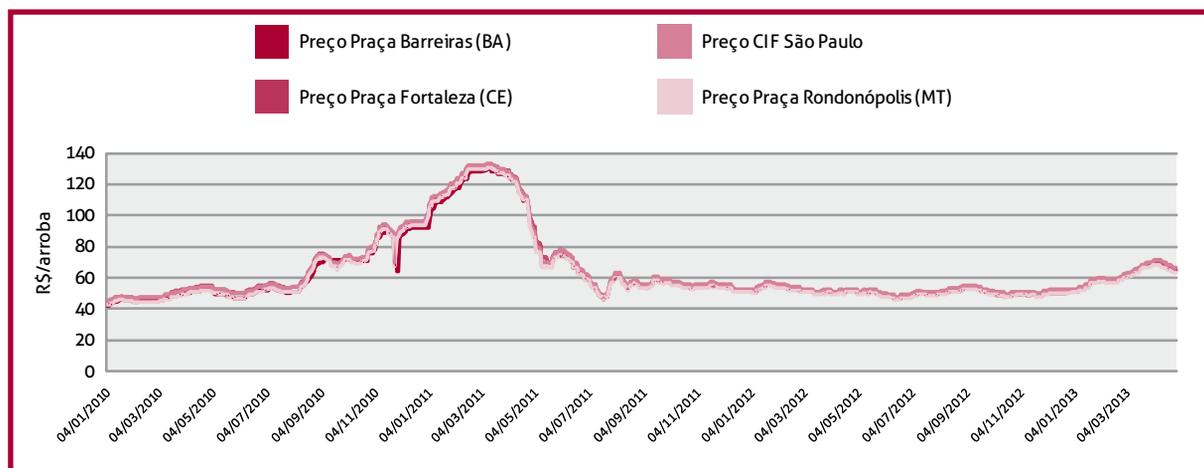
mês de janeiro/2013 e de 25% em relação a abril/2012. Em Rondonópolis (MT), a cotação foi de R\$ 63,13, alta de 11% em relação a janeiro/2013 e de 25% em relação a abril/2012. Em Barreiras (BA) e em Fortaleza

(CE), as variações foram as mesmas, com a cotação de abril fechando em R\$ 64,48/@, alta de 12,2% em relação a janeiro/2013 e de 25,5% em relação a abril/2012. (Gráfico 1)<sup>1</sup>.

**Tabela 1 – Algodão em Carozo Comparativo de Área, Produtividade e Produção Safras 2011/2012 e 2012/2013.**

REGIÃO/UF	Área (mil ha)			Produtividade ( kg/ha)			Produção ( mil t)		
	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	Var % (b/a)	Safra 11/12 (c)	Safra 12/13 (d)	Var % (d/c)	Safra 11/12 (e)	Safra 12/13 (f)	Var % (f/e)
<b>NORTE</b>	<b>7,5</b>	<b>6,0</b>	<b>-20,0</b>	<b>2.900</b>	<b>2.846</b>	<b>-1,9</b>	<b>21,8</b>	<b>17,1</b>	<b>-21,6</b>
<b>NORDESTE</b>	<b>460,4</b>	<b>304,0</b>	<b>-34,0</b>	<b>3.016</b>	<b>3.438</b>	<b>14,0</b>	<b>1.388,8</b>	<b>1.045,4</b>	<b>-24,7</b>
MA	18,6	16,7	-10,2	3.975	3.750	-5,7	73,9	62,6	-15,3
PI	21,3	10,8	-49,3	3.480	3.480	0,0	74,1	37,6	-49,3
CE	1,3	1,3	0,0	170	520	205,9	0,2	0,7	250,0
RN	0,5	0,5	0,0	520	520	0,0	0,3	0,3	0,0
PB	0,2	0,2	0,0	106	510	381,1	-	0,1	-
PE	0,8	0,8	0,0	195	480	146,2	0,2	0,4	100,0
AL	0,2	0,2	0,0	300	320	6,7	0,1	0,1	0,0
BA	417,5	273,5	-34,5	2.970	3.450	16,2	1.240,0	943,6	-23,9
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>877,3</b>	<b>550,2</b>	<b>-37,3</b>	<b>3.776</b>	<b>3.822</b>	<b>1,2</b>	<b>3.312,5</b>	<b>2.103,1</b>	<b>-36,5</b>
<b>SUDESTE</b>	<b>46,7</b>	<b>26,3</b>	<b>-43,7</b>	<b>3.651</b>	<b>3.727</b>	<b>2,1</b>	<b>170,6</b>	<b>98,0</b>	<b>-42,6</b>
<b>SUL</b>	<b>1,5</b>	<b>0,3</b>	<b>-80,0</b>	<b>1.439</b>	<b>2.200</b>	<b>52,9</b>	<b>2,2</b>	<b>0,7</b>	<b>-68,2</b>
<b>NORTE/NORDESTE</b>	<b>467,9</b>	<b>310,0</b>	<b>-33,7</b>	<b>3.015</b>	<b>3.427</b>	<b>13,7</b>	<b>1.410,6</b>	<b>1.062,5</b>	<b>-24,7</b>
<b>CENTRO-SUL</b>	<b>925,5</b>	<b>576,8</b>	<b>-37,7</b>	<b>3.766</b>	<b>3.817</b>	<b>1,4</b>	<b>3.485,3</b>	<b>2.201,8</b>	<b>-36,8</b>
<b>BRASIL</b>	<b>1.393,4</b>	<b>886,8</b>	<b>-36,4</b>	<b>3.514</b>	<b>3.681</b>	<b>4,8</b>	<b>4.895,9</b>	<b>3.264,3</b>	<b>-33,3</b>

Fonte: CONAB (2013c).



**Gráfico 1 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de Janeiro de 2010 a Abril de 2013**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Consultoria Métodos... (2013).

<sup>1</sup> Valores referentes a 29/04/2013.

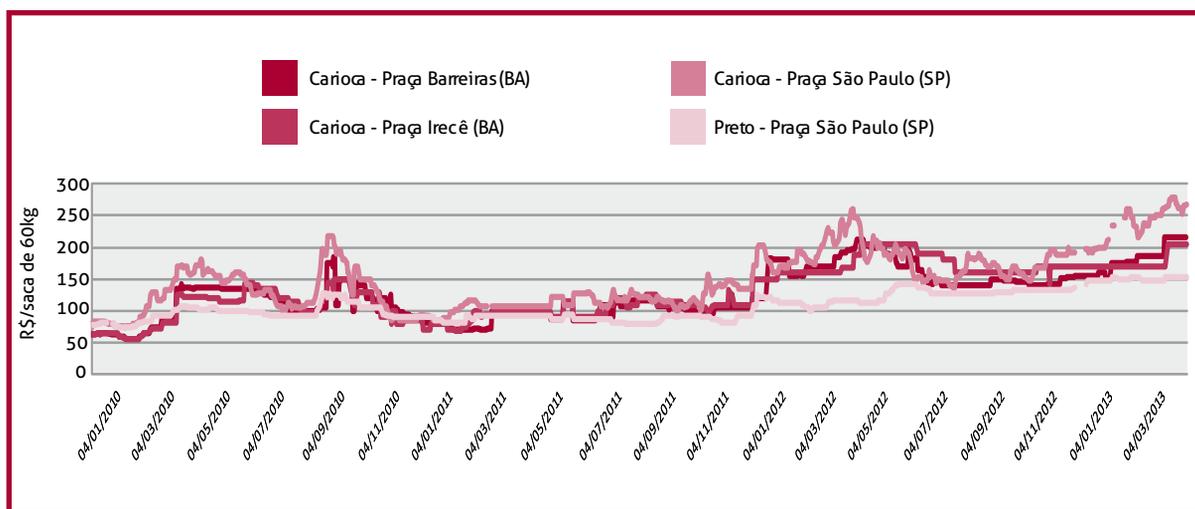
## Feijão

De acordo com o sétimo levantamento para a safra 2012/2013 da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), estima-se uma área plantada com feijão no Brasil (1ª, 2ª e 3ª safras) em 3,06 milhões de hectares, redução de 6% em relação à safra 2011/2012. As boas perspectivas para culturas de soja e milho, a comercialização instável e os riscos climáticos inerentes à cultura do feijão têm derrubado a intenção dos plantadores em todo o País.

A produção total pode chegar a 2,98 milhões de toneladas, um aumento de 2,3% em relação à safra 2011/2012. O rendimento também deve se elevar para 974 kg/ha, incremento de 8,8% em relação à safra anterior, em parte pela redução de área. O

mercado está aquecido e com preços elevados, ocasionados, dentre outros motivos, pela frustração da safra baiana e pelas intempéries climáticas verificadas no Centro-Sul do Brasil, que afetaram e continuam prejudicando a qualidade e o rendimento das lavouras. (CONAB, 2013c).

Para a safra de 2012/2013, a falta de chuvas nas regiões Nordeste e Sul e a elevada demanda pelo feijão continuam influenciando o mercado do produto. Em Barreiras (BA), o preço da saca do feijão tipo carioca de 60 kg atingiu R\$ 215,00<sup>2</sup> no mês de abril, aumento de 34,38% frente aos R\$ 160,00 praticados no final de janeiro deste ano. Em Irecê (BA), o produto foi cotado a R\$ 205,00 a saca em abril deste ano, valor 20,6% maior que o do fim do mês de janeiro/2013. (Gráfico 2).



**Gráfico 2 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca Tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Feijão Preto em São Paulo (SP), de Janeiro/2010 a Abril/2013.**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Consultoria Métodos... (2013).

## Milho

Estima-se que a produção total de milho no Brasil chegue a um novo recorde de 77,4 milhões de toneladas, motivado pelas boas condições de preço e de clima, nas princi-

pais regiões produtoras, consolidadas na safra passada. Na safra 2012/2013, o acréscimo deverá ser de 6,1%, de acordo com o sétimo levantamento da Conab. A estimativa é que o Centro-Sul seja responsável por 91,5% da produção brasileira, com desta-

<sup>2</sup> Valores referentes a 29/04/2013.

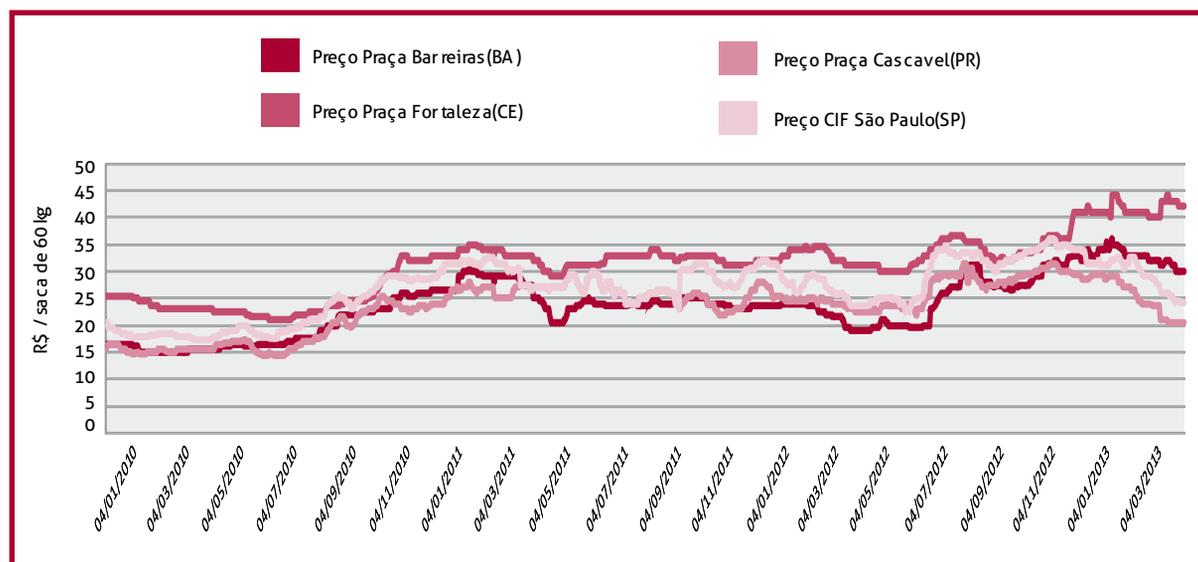
que para os estados do Paraná (aumento de 9,3%), com previsão de 18,3 milhões de toneladas e Mato Grosso (aumento de 11%), com previsão de produção de 17,3 milhões de toneladas. (CONAB, 2013c).

A área total cultivada na safra 2012/2013 deverá ser de 15,6 milhões de hectares, incremento de 3,0% em relação à safra anterior, havendo um crescimento relativo maior na macrorregião Centro-Sul (3,4%), com aumento expressivo em Mato Grosso (23,4%), o estado com maior crescimento de área. (CONAB, 2013c).

O mercado internacional continuou com preços em alta no último trimestre de 2013, em razão dos menores estoques mundiais de milho e de estimativas ainda mais reduzidas, por parte do United States Department of Agriculture (USDA). A quebra da safra norte-americana e a menor disponibilidade na Argentina e na Ucrânia abriram espaço para o aumento recorde nos volumes de milho exportados pelo Brasil. No primeiro

trimestre de 2013, foram embarcadas 7,27 milhões de toneladas. No entanto, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (CEPEA/ESALQ), os preços futuros na Bolsa de Chicago (o primeiro contrato de 2013) tiveram perda de 3,4% e para o segundo contrato também tem expressiva desvalorização de 3,9% (registrando US\$ 6,76/bushel, ou US\$ 266,12/t). (CEPEA, 2013e).

Em Barreiras (BA), a cotação final da saca de 60 kg, em abril/2013, foi de R\$ 30,00, desvalorização de 11,76% sobre a cotação de janeiro/2013 e alta de 57,89% no mesmo período de 2012. Em Fortaleza (CE), a cotação para abril foi de R\$ 42,00, cotação 2,44% superior ao mesmo mês de janeiro/2013. Em Cascavel (PR), a cotação para abril/2013 foi de R\$ 20,50, queda de 30,51% a janeiro/2013. Em São Paulo, a cotação de janeiro deste ano foi de R\$ 24,30, inferior 21,61% à cotação de janeiro/2013<sup>3</sup> (Preço CIF). (Gráfico 3)<sup>4</sup>.



**Gráfico 3 – Evolução dos Preços da Saca de 60kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de janeiro/2010 a Abril/2013**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Consultoria Métodos... (2013).

3 Valores referentes a 29/04/2013.

4 Valores referentes a 29/04/2013.

## Soja

A produção nacional de soja para a safra 2012/2013 está estimada em 81,9 milhões de toneladas, acréscimo de 23,4% em relação ao volume produzido na safra 2011/2012. Mesmo os problemas climáticos ocorridos em algumas regiões produtoras não foram suficientes para evitar novo recorde de safra. Estima-se uma área cultivada total de 27,7 milhões de hectares, acréscimo de 10,7% em relação à safra anterior. O incremento significativo (57,9%) de produção da Região Sul,

responsável por 35,7% da produção nacional, está relacionado com o problema climático ocorrido na safra 2011/2012. (CONAB, 2013c).

Para o Nordeste, estima-se um crescimento na área cultivada de 15,2%, que deve subir para 2,4 milhões de hectares. Enquanto na produção, estima-se uma redução de 7,6% do grão, que deve registrar em 5,6 milhões de toneladas, o responsável pela redução de 558,9 mil toneladas foi o fator clima. (Tabela 2).

**Tabela 2 – Soja – Comparativo de Área, Produtividade e Produção Safras 2011/2012 e 2012/2013**

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			Produção ( em mil t)		
	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	Var % (b/a)	Safra 11/12 (c)	Safra 12/13 (d)	Var % (d/c)	Safra 11/12 (e)	Safra 12/13 (f)	Var % (f/e)
NORTE	717,6	903,6	25,9	3.027	3.055	0,9	2.172,2	2.760,4	27,1
NORDESTE	2.117,1	2.438,9	15,2	2.880	2.310	-19,8	6.096,3	5.634,7	-7,6
MA	559,7	610,6	9,1	2.949	2.746	-6,9	1.650,6	1.676,7	1,6
PI	444,6	546,4	22,9	2.841	1.951	-31,3	1.263,1	1.066,0	-15,6
BA	1.112,8	1.281,9	15,2	2.860	2.256	-21,1	3.182,6	2.892,0	-9,1
CENTRO-OESTE	11.495,2	12.778,2	11,2	3.036	3.036	0,0	34.904,8	38.797,8	11,2
SUDESTE	1.606,2	1.758,2	9,5	2.899	3.099	6,9	4.656,3	5.448,2	17,0
SUL	9.106,1	9.834,4	8,0	2.037	2.979	46,2	18.553,4	29.299,5	57,9
NORTE/NORDESTE	2.834,7	3.342,5	17,9	2.917	2.512	-13,9	8.268,5	8.395,1	1,5
CENTRO-SUL	22.207,5	24.370,8	9,7	2.617	3.018	15,3	58.114,5	73.545,5	26,6
BRASIL	25.042,2	27.713,3	10,7	2.651	2.957	11,5	66.383,0	81.940,6	23,4

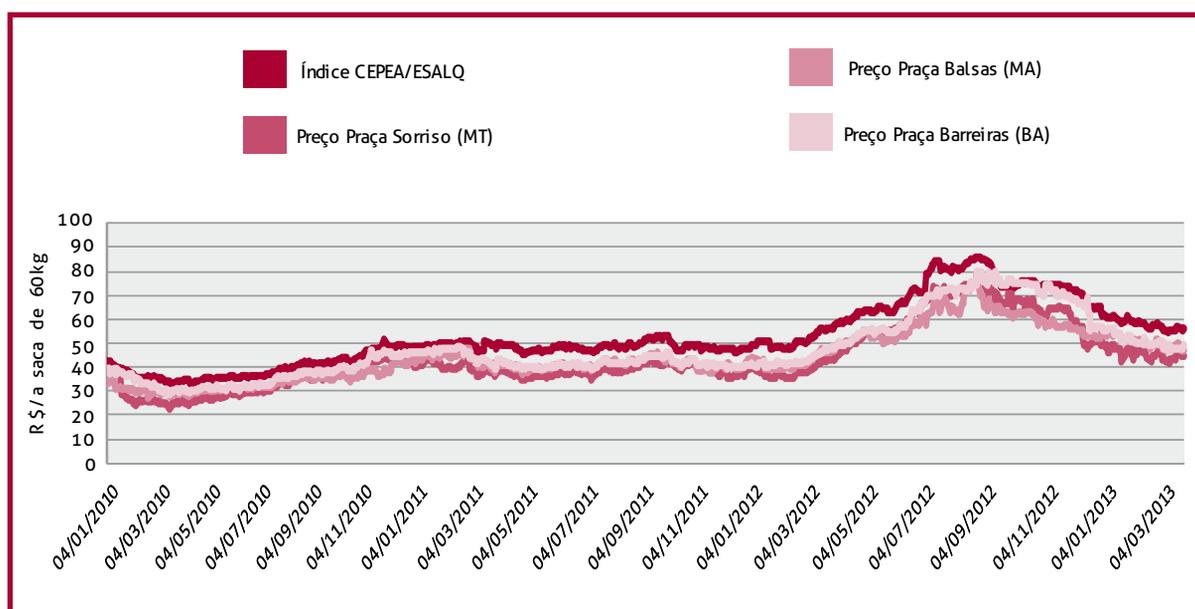
Fonte: CONAB (2013c).

No mercado externo, os contratos de soja em grão finalizaram com desvalorização de 4,7% no mês de março, fechando em US\$ 14,04/bushel, US\$ 30,97/sc de 60 kg. (CEPEA, 2013f). Os contratos de farelo de soja para maio de 2013 fecharam o mês de março em US\$ 445,99/tonelada. (CEPEA, 2011c).

Segundo dados do CEPEA (2013f), no estado paulista, a saca de 60 quilos foi negociada a R\$ 55,84, queda de 9,86% no trimestre e de 10,98% em relação a abril/2012.

Em Sorriso (MT), o produto desvalorizou-se 8,16% no trimestre e 12,62% em relação a abril/2012, encerrando o ano safra em R\$ 56,50/saca. No Nordeste, o movimento das cotações foi semelhante. Em Balsas (MA), a saca foi negociada a R\$ 47,3, redução de 12,41% no trimestre e 11,26% em relação a abril/2012. Em Barreiras (BA), a cotação ficou em R\$ 49,00 a saca de 60 kg, queda de 10,91% no trimestre e 9,26% em comparação com abril/2012. (Gráfico 4)<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Valores referentes a 29/04/2013.



**Gráfico 4 – Evolução dos Preços da Sacca de 60 kg da Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Índice CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2010 a Abril/2013.**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados Consultoria Métodos... (2013).

## Café

De acordo com a primeira estimativa da safra 2013 de café, realizada pela Conab, a área plantada no País com as variedades arábica e robusta (conilon) totalizará 2,06 milhões de hectares, acréscimo de 0,8% (ou 17.086,1 hectares) em relação à safra 2012. (CONAB, 2013a). Comparada à safra de 2011, haverá aumento na área cultivada em torno de 0,7% (acrécimo de 14.769 mil hectares).

A baixa bienalidade (que intercala um ano de alta produção com outro de baixa) determina uma redução na produção, que deve ficar próximo de 48,57 milhões de sacas de 60 quilos do produto beneficiado. Este resultado total do café beneficiado foi muito influenciado pela redução da produção do tipo arábica (-5,5%), de 38,34 milhões de sacas

em 2012 para 36,23 milhões de sacas de 60 kg em 2013. Nesta safra, o café tipo arábica deverá representar 74,6% do total de café beneficiado no País. (CONAB, 2013a).

Segundo a Conab (2013a), devido às condições climáticas que não favoreceram o desenvolvimento da cultura, a Bahia terá resultados inferiores aos da safra/2012. Para o principal produtor de café do Nordeste, estima-se um decréscimo da produção total de 0,4%. Os efeitos da seca continuarão afetando a produção do café arábica na região do Atlântico, já que as lavouras se encontram na fase de desfolha e em processo de recuperação. No entanto, o aumento da produção no Planalto baiano deverá compensar essa baixa, gerando um aumento de produção no Estado que deverá ser de 3,7% com relação à safra passada (CONAB, 2013c). (Tabela 3).

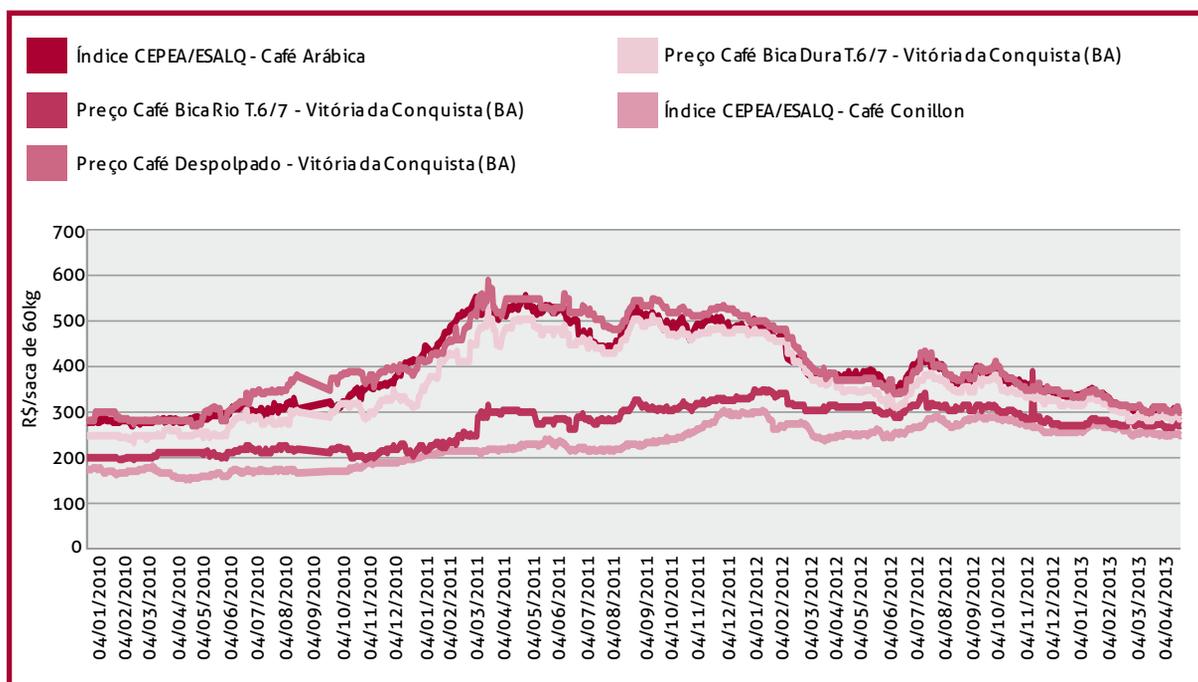
Tabela 3 – Café Beneficiado Comparativo de Área e Produção. Safra 2012 e 2013

UF/ Região	Área ( ha)			Produção ( mil sacas beneficiadas)										Var. total %
	Safra 2012	Safra 2013	Var %	Safra 2012			Safra 2013			Total	Arábica	Robusta	Total	
				Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total					
Minas Gerais	1.028.425,0	1.040.966,0	1,2	26.644,0	300,0	26.944	24.851,0	300,0	25.151	-6,7				
Sul e Centro-Oeste	518.082,0	525.400,0	1,4	13.792,0	-	13.792	11.835,0	-	11.835	-14,2				
Cerrado - Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	168.463,0	169.794,0	0,8	6.231,0	-	6.231	4.817,0	-	4.817	-22,7				
Zona da Mata, Rio Doce e Central	304.013,0	308.353,0	1,4	5.942,0	195,0	6.137	7.508,5	195,5	7.704	25,5				
Norte, Jequitinhonha e Mucuri	37.867,0	37.419,0	-	679,0	105,0	784	690,5	104,5	795	1,4				
Espírito Santo	450.128,0	450.846,0	0,2	2.789,0	9.713,0	12.502	3.314,0	9.522,0	12.836	2,7				
São Paulo	175.137,0	183.893,0	5,0	5.356,6	-	5.357	4.350,0	-	4.350	-18,8				
Paraná	67.177,0	65.950,0	-1,8	1.580,0	-	1.580	1.740,0	-	1.740	10,1				
Bahia	138.213,0	134.511,1	-2,7	1.336,5	813,1	2.150	1.341,5	799,3	2.141	-0,4				
- Cerrado	12.918,0	11.858,5	-8,2	527,7	-	528	506,6	-	507	-4,0				
- Planalto	100.861,0	98.473,7	-2,4	808,8	-	809	834,9	-	835	3,2				
- Atlântico	24.434,0	24.178,9	(1,0)	-	813,1	813	-	799,3	799	-1,7				
Rondônia	125.667,0	125.667,0	0,0	-	1.367,0	1.367	-	1.424,5	1.425	4,2				
Mato Grosso	21.028,0	21.028,0	-	2,5	121,6	124	2,5	121,6	124	0,0				
Goiás	6.320,0	6.320,0	-	247,4	-	247	247,4	-	247	0,0				
Pará	10.249,0	10.249,0	0,0	-	167,0	167	-	167,0	167	0,0				
Rio de Janeiro	13.225,0	13.225,0	0,0	262,2	-	262	262,2	-	262	0,0				
Outros	14.169,0	14.169,0	0,0	125,8	0,7	127	125,8	0,7	127	0,0				
BRASIL	2.049.738,0	2.066.824,1	0,8	38.344,0	12.482,4	50.826	36.234,4	12.335,1	48.569	-4,4				

Fonte: CONAB (2013a).

No mercado interno, os preços dos cafés tipo arábica e conilon se reduziram, diminuindo também a liquidez no mercado físico brasileiro. O volume de café negociado na safra 2012/2013 esteve consideravelmente inferior ao do mesmo período (abril) da safra 2011/2012. Em Vitória da Conquista, o café Bica Rio T6/7 foi comercializado a R\$ 270,00 a saca de 60 kg, redução de 3,57% em relação ao mês de janeiro/2013, e de 12,90% em

relação mesmo período de 2012. Enquanto isso, o preço do Bica Dura T6/7, naquela mesma praça, foi de R\$ 285,00 registrando redução de 12,31% no trimestre e de 18,57% em relação a abril de 2013. O café despulpado teve cotação de R\$ 300,00, também registrando redução de 11,76% no trimestre e de 18,92% em relação ao mesmo período de 2012. (Gráfico 5)<sup>6</sup>.



**Gráfico 5 – Evolução dos Preços da Sacca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T. 6/7 e Despulpado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Conillon, de Janeiro/2010 a Abril/2013**

Fonte: Consultoria Métodos... (2013) e CEPEA (2013c).

## Cana-de-Açúcar

A Conab, em seu primeiro levantamento da safra 2013/2014, confirma que a lavoura de cana-de-açúcar continua em expansão no Brasil: a área a ser cultivada para esta safra é de 8,89 milhões de hectares, 4,8% superior à da safra passada (ou 164.440 hectares a mais). Estima-se uma produção 11,0% superior à safra 2012/2013, totalizando 653,8 milhões de toneladas de cana moída (ou 64,89

milhões a mais). Um maior crescimento é barrado pela renovação de canaviais e pela falta de investimento em novas unidades (ou ampliação da capacidade de processamento das já existentes). Ainda assim, a produtividade deverá crescer e ficar em 73.520 kg/ha, incremento de 5,92% sobre os 69.407 kg/ha da safra passada. (CONAB, 2013b).

O esmagamento de cana para a produção nacional de etanol está estimado em 50,7%,

<sup>6</sup> Valores referentes 25/04/2013.

com 49,3% destinando-se à produção de açúcar, percentuais que deverão gerar 23,7 bilhões de litros de etanol (superávit de 2,12 bilhões de litros ou 8,99%, em relação à sa-

fra 2012/2013) e 43,55 milhões de toneladas de açúcar (superávit de 5,21 milhões de toneladas ou 13,61%, em relação à safra passada). (CONAB, 2013b).

**Tabela 4 – Cana de Açúcar Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2012/13 e 2013/14**

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			Produção ( mil t)		
	Safra 12/13	Safra 13/14	Var %	Safra 12/13	Safra 12/13	Var %	Safra 12/13	Safra 12/13	Var %
NORTE	41.990	51.700	23,1	70.431	73.023	3,7	2.957,4	3.775,3	27,7
NORDESTE	1.083.220	1.071.990	-1,0	48.903	52.205	6,8	52.972,2	55.962,9	5,6
MA	41.900	39.560	-5,6	49.450	57.490	16,3	2.072,0	2.274,3	9,8
PI	14.740	14.890	1,0	56.181	56.000	-0,3	828,1	833,8	0,7
CE	1.140	1.160	1,8	50.000	62.000	24,0	57,0	71,9	26,1
RN	53.620	53.080	-1,0	41.920	55.300	31,9	2.247,8	2.935,3	30,6
PB	121.980	125.050	2,5	43.900	46.893	6,8	5.354,9	5.864,0	9,5
PE	312.090	295.390	-5,4	43.500	49.535	13,9	13.575,9	14.632,1	7,8
AL	445.710	441.250	-1,0	52.800	52.800	0,0	23.533,5	23.298,0	-1,0
SE	43.430	48.930	12,7	51.100	56.740	11,0	2.219,3	2.776,3	25,1
BA	48.610	52.680	8,4	63.440	62.210	-1,9	3.083,8	3.277,2	6,3
CENTRO-OESTE	1.504.110	1.651.110	9,8	70.474	73.185	3,8	106.001,3	120.835,7	14,0
SUDESTE	5.243.290	5.492.680	4,8	73.852	77.889	5,5	387.228,3	427.818,3	10,5
SUL	612.390	625.520	2,1	64.920	72.606	11,8	39.756,4	45.416,8	14,2
NORTE/NORDESTE	1.125.210	1.123.690	-0,1	49.706	53.163	7,0	55.929,7	59.738,2	6,8
CENTRO-SUL	7.359.790	7.769.310	5,6	72.419	76.464	5,6	532.986,0	594.070,8	11,5
BRASIL	8.485.000	8.893.000	4,8	69.407	73.520	5,9	588.915,7	653.809,0	11,0

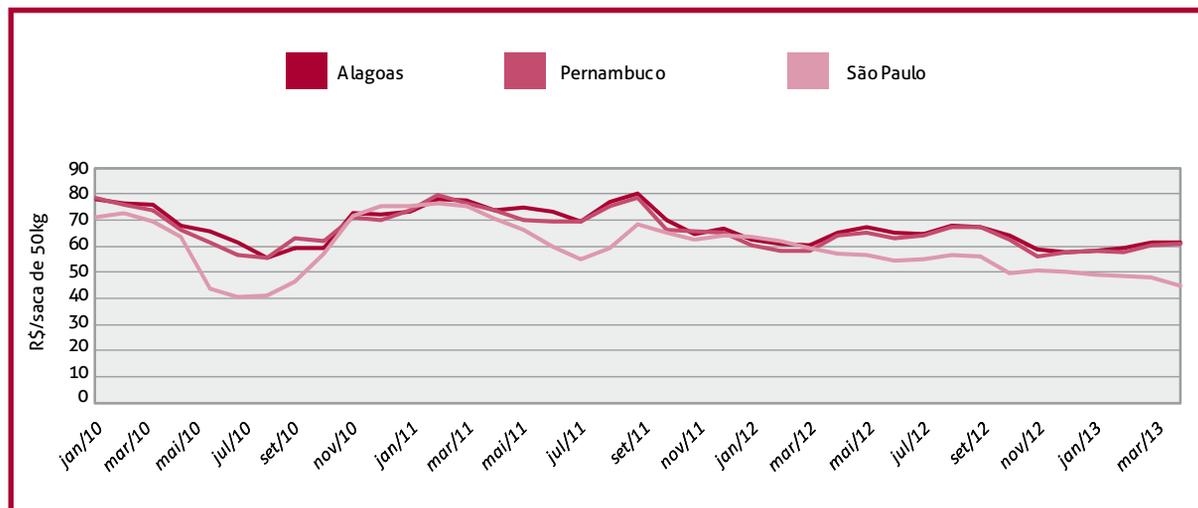
Fonte: CONAB (2013b).

No primeiro trimestre de 2013, o Brasil exportou 4,44 milhões de toneladas de açúcar bruto, volume 71,1% maior em relação ao mesmo período de 2012, muito embora, o volume tenha sido 40,9% menor do que o total do último trimestre de 2012 - 7,52 milhões de toneladas. (BRASIL, 2013). As receitas geradas pelas exportações do açúcar foram de US\$ 2,07 bilhões no primeiro trimestre de 2013, redução de 43,7% em relação ao último trimestre de 2012, embora elas tenham sido maiores 38% em relação ao primeiro trimestre de 2012.

A cotação de março de 2013 do indicador CEPEA/ESALQ do açúcar em São Paulo foi de R\$ 45,04/sc, queda de 7,71% em relação ao início do trimestre de 2013. Segundo esta fonte, o motivo para o menor patamar de preços na presente safra foi o fato de algumas usinas estarem na fase inicial de moagem da nova safra e, também, pelo reflexo dos impostos sobre os produtos incidirem a partir do dia 13 de março, onde as negociações implicaram volumes pouco expressivos. (CEPEA, 2012a).

Na Região Nordeste, a cotação da saca de açúcar de 60 kg não se reduziu: em Pernambuco, fechou em março de 2013 por R\$ 60,99, valorização de 6,12% no trimestre e queda

de 4,45% em relação a março de 2012. Em Alagoas, a saca foi negociada em março de 2013 por R\$ 61,17, aumento de 3,59% no trimestre e queda de 6,15% em relação a março de 2012. (Gráfico 6)<sup>7</sup>.



**Gráfico 6 – Evolução dos Preços da Saca de 50kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo índice CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2010 a Março/2013.**

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de CEPEA (2013a).

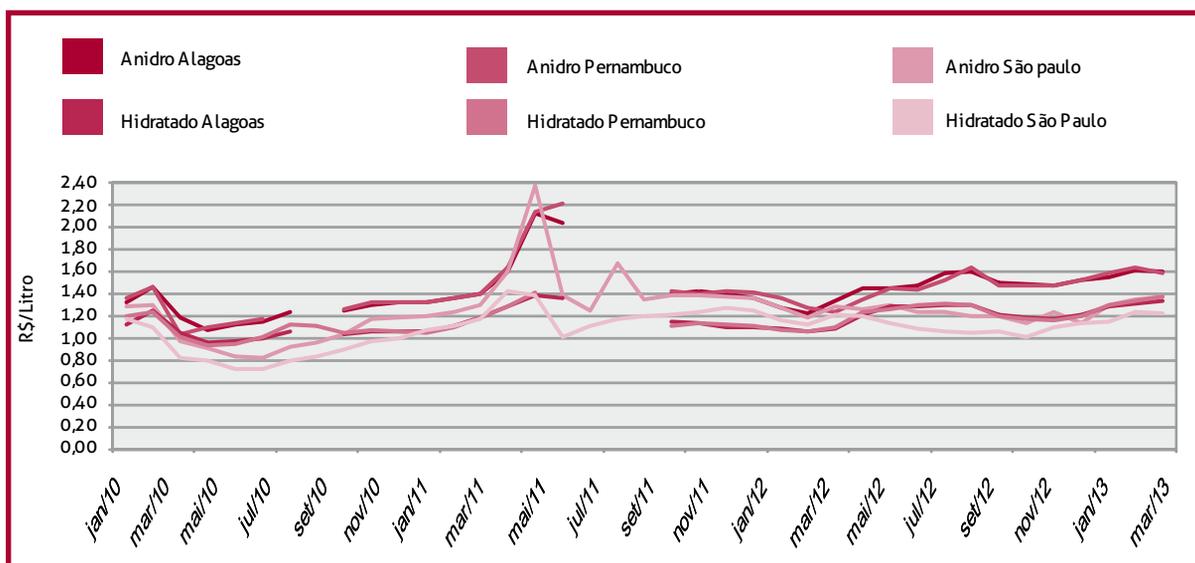
Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior, as vendas de etanol foram reduzidas em março de 2013, onde foram exportados 59,6 milhões de litros de etanol, redução de 71,4% em relação a fevereiro deste ano. (CEPEA, 2013d).

No mercado paulista, a cotação do álcool hidratado foi de R\$ 1,2264/l, aumento de 7,15% sobre janeiro/2013, em razão do aumento da demanda por parte das distribuidoras para reposição de estoques; o litro do álcool anidro foi cotado em R\$ 1,3745/l, com aumento de 5,53% em relação a janeiro/2013.

Nos principais mercados do Nordeste, as cotações do etanol hidratado variaram positivamente. Segundo os indicadores mensais CEPEA/ESALQ, para dezembro/2012, o álcool anidro, em Alagoas, esteve cotado em R\$ 1,5974/l, alta de 3,366% em relação ao início do trimestre, enquanto em Pernambuco, ficou em R\$ 1,5817/l, queda 0,39% em relação a janeiro/2013. A valorização das cotações do álcool hidratado foi 4,2% em Alagoas (R\$ 1,2035/l) e de 5,4%, em Pernambuco (R\$ 1,1932/l) em relação a janeiro/2013. (Gráfico 7)<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Valores referentes a março de 2013.

<sup>8</sup> Valores referentes a março de 2013.



**Gráfico 7 – Evolução dos Preços do Litro do Álcool Anidro e Hidratado em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo Índice CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2010 a Março/2013**

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de CEPEA (2013d).

## REFERÊNCIAS

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: açúcar e álcool. [S.L.]: CEPEA, 2013. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/04\\_abril/AcucarAlcool.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/04_abril/AcucarAlcool.htm)>. Acesso em: 19 maio 2013a.

\_\_\_\_\_. Informações de mercado: algodão. [S.L.]: CEPEA, 2013. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/04\\_abril/Algodao.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/04_abril/Algodao.htm)>. Acesso em: 19 maio 2013b.

\_\_\_\_\_. Informações de mercado: café. [S.L.]: CEPEA, 2013. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/04\\_abril/Cafe.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/04_abril/Cafe.htm)>. Acesso em: 19 maio 2013c.

\_\_\_\_\_. Informações de mercado: milho. [S.L.]: CEPEA, 2013. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/04\\_abril/Milho.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/04_abril/Milho.htm)>. Acesso em: 19 maio 2013d.

\_\_\_\_\_. Informações de mercado: soja. [S.L.]: CEPEA, 2013. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/04\\_abril/Soja.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/04_abril/Soja.htm)>. Acesso em: 19 maio 2013e.

cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/04\_abril/Soja.htm>. Acesso em: 19 maio 2013e.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro (Agrostat)**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <[http://dw.agricultura.gov.br/dwagrostat/seg\\_dwagrostat.principal\\_dwagrostat](http://dw.agricultura.gov.br/dwagrostat/seg_dwagrostat.principal_dwagrostat)>. Acesso em: 13 maio 2013.

CEPEA. **Indicadores de preços: açúcar**. [S.L.], 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/acucar/#>>. Acesso em: 16 maio 2013a.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de preços: algodão**. [S.L.], 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/algodao/#>>. Acesso em: 16 maio 2013b.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de preços: café**. [S.L.], 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/cafe/#>>. Acesso em: 16 maio 2013c.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de preços: etanol.** [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/etanol/#>>. Acesso em: 16 maio 2013d.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de preços: milho.** [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/milho/#>>. Acesso em: 16 maio 2013e.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de preços: soja.** [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/soja/#>>. Acesso em: 16 maio 2013f.

CONAB. **Acompanhamento de safra brasileira: café: safra 2013: primeira estimativa: janeiro 2013.** Brasília, DF, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar: safra 2012/2013: terceiro levantamento: dezembro 2012.** Brasília, DF, 2013b.

\_\_\_\_\_. **Acompanhamento de safra brasileira: grãos: safra 2012/2013: quinto levantamento: fevereiro 2013.** Brasília, DF, 2013c.

CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL. **Trading analysis information.** São Paulo, 2013.

## 3.2.2 – Pecuária

Segundo estimativa da equipe BNB/Conjuntura Econômica, com base em dados do Anualpec, o mercado físico de carne bovina no Nordeste deverá ter produção, em 2013, de 1,10 milhão de toneladas de equivalente-carcaça, aumento de 1% sobre a produção (ainda estimada) de 2012, pouco inferior ao percentual de crescimento previsto para o mercado brasileiro, que é de 1,2%. No entanto, a severa estiagem que perdura desde 2012 pode alterar essa previsão. (AGRAFNP, 2012).

Em janeiro de 2013, embora seja período com mercado desaquecido, de pouco movimento, o indicador de preço da arroba do boi gordo (BM&FBOVESPA, 2013) teve leve alta de 1% em relação a dezembro de 2012, fechando em R\$ 97,73/@. (AGROMENSAL CEPEA ESALQ, 2013b). Em fevereiro, ocorreu o oposto, com queda de 0,2%, fechando em R\$ 97,50/@, devido ao ritmo ainda lento do mercado, com compradores e vendedores recuados, estes últimos esperando preços superiores aos do mercado e postergando negociações. (AGROMENSAL CEPEA ESALQ,

2013a). Em março, o indicador encerrou o mês em R\$ 99,29/@, alta de 1,8%, devido à oferta reduzida de animais prontos para o abate, já que alguns pecuaristas postergaram as vendas de novos lotes aproveitando que as condições dos pastos permitiam o ganho de peso dos animais nas fazendas. A isenção dos impostos federais sobre a carne bovina, concedida no início do mês, ainda não impactou os segmentos primário, de processamento e atacadista da cadeia produtiva. (AGROMENSAL CEPEA ESALQ, 2013c). No primeiro trimestre de 2013, a variação positiva foi de 2,6%.

A captação de leite nos principais estados produtores do Brasil aumentou 3,2%, em 2012, em relação a 2011, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2013a). Em janeiro de 2013, o preço médio do litro de leite pago ao produtor foi 1,4% menor que em dezembro, caindo para R\$ 0,8829/litro. Em fevereiro, o preço subiu 1,3%, devido a uma menor captação de leite e ao aumento dos custos de produção (reajuste do salário mínimo), ajus-

tando para R\$ 0,8941/litro. (CEPEA, 2013b). Em março, houve novo aumento de 2,5%, para R\$ 0,9162/litro, por conta do início do período de entressafra. No trimestre, a alta foi de 2,5%. No Nordeste, a estiagem severa comprometeu a captação, causando baixas significativas no Ceará (13%) e Bahia (11%). (CEPEA, 2013c).

O preço médio da arroba bovina no Nordeste, segundo dados das Centrais de Apoio

Operacional do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) nos estados, é de R\$ 100,36, tendendo à estabilidade em alguns estados, como Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas e Minas Gerais. A média dos preços do litro de leite pago ao produtor, para a Região, é de R\$ 0,95, com tendência de alta no Rio Grande do Norte, Bahia e Minas, em razão das chuvas abaixo da média no primeiro trimestre de 2013 e de manutenção no Maranhão, Piauí e Sergipe.

**Tabela 1 – Nordeste – Cotações Médias para a Arroba do Boi Gordo e Litro de Leite Bovino Pago ao Produtor – Janeiro de 2013**

UF / Produto	Cotações Médias Atuais	
	Boi Gordo (R\$/@)	Leite Pago ao Produtor (R\$/l)
Maranhão	100,00	1,00
Piauí	105,00	1,03
Ceará	93,50	0,85
Rio Grande do Norte	116,25	1,10
Paraíba	97,50	1,03
Pernambuco	100,00	0,88
Alagoas	102,50	0,97
Sergipe	105,00	0,90
Bahia	94,30	0,89
Norte de Minas Gerais	89,50	0,87
Média da área de atuação do BNB	100,36	0,95

**Fonte:** Elaboração BNB/ETENE/Conjuntura Econômica e Dados de 2013 Fornecidos pelas Centrais de Apoio Operacional do BNB nos Estados do Nordeste.

## REFERÊNCIAS

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: pecuária. [S.l.]: CEPEA, fev. 2013. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/02\\_fevereiro/Pecuaria.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/02_fevereiro/Pecuaria.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2013a.

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: pecuária. [S.l.]: CEPEA, jan. 2013. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/01\\_janeiro/Pecuaria.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/01_janeiro/Pecuaria.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2013b.

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: pecuária. [S.l.], CEPEA, mar. 2013. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/03\\_marco/Pecuaria.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/03_marco/Pecuaria.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2013c.

BEEFPOINT. **Qual será a participação da Índia, Brasil, Austrália e EUA no mercado mundial de carne bovina em 2013?**: relatório USDA. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/usda-competicacao-nas-exportacoes-de>>

-carne-bovina-entre-brasil-e-india-se-estreita/>. Acesso em: 2 maio 2013.

BM&FBOVESPA. **Cotações on line:** boi gordo. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www2.bmf.com.br/pages/portal/bmfbovespa/boletim1/BoletimOnline1.asp?caminho=&page type=pop&Acao=BUSCA&cboMercadoria=BG>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

CEPEA. **CEPEA/leite:** captação aumenta 3,2% em 2012, impulsionada principalmente pelo Sul do Brasil. Piracicaba, 2013. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/comu>

nicacao/Cepea\_Leite\_Jan\_13.doc>. Acesso em: 30 abr. 2013a.

\_\_\_\_\_. **CEPEA/leite:** dificuldades dentro da porteira levam a reajuste ao produtor. Piracicaba, 2013. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea\\_Leite\\_Fev\\_13.doc](http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Fev_13.doc)>. Acesso em: 30 abr. 2013b.

\_\_\_\_\_. **CEPEA/leite:** produção segue em queda e preços ao produtor, em alta. Piracicaba, 2013. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea\\_Leite\\_Mar\\_13.doc](http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Mar_13.doc)>. Acesso em: 30 abr. 2013c.

## 3.2.3 – Agronegócio

### 3.2.3.1 – Desempenho do faturamento

O desempenho do faturamento do setor agropecuário brasileiro em 2013 é animador. Estima-se o acréscimo de 8,9% em relação a 2012. Em termos absolutos, esse percentual equivale a R\$ 28,7 bilhões. A soja (+26%), o feijão (+17,5%) e a cana-de-açúcar (+12,4%) são os grandes responsáveis pela elevação do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional.

A análise do setor agrícola entre 2012 e 2013, seccionado por tipo de cultura, revela a importância das lavouras temporárias no incremento do VBP do setor. Isso representa uma variação absoluta de R\$19,7 bilhões, que significa uma parcela de 68,7% do VBP agropecuário brasileiro. As lavouras permanentes, por sua vez, deverão sofrer um decréscimo da ordem de 0,7%.

Os grãos têm um peso considerável no VBP agrícola, cerca de 48,5% do total. Além disso, serão os maiores responsáveis pelo acréscimo do faturamento em 2013. Dos R\$ 19,4 bilhões decorrentes dessa elevação, R\$ 16,4 bilhões são em função dos grãos, isto é, 84,5%. Já o conjunto das demais lavouras apresenta um aumento de 2,7%. No total, o VBP agrícola crescerá 9,4%, contribuindo, sobremaneira, para o crescimento do agronegócio brasileiro. (Tabela 2).

Para o VBP do setor pecuário espera-se a variação positiva de 8% em 2013, gerando receitas totais na magnitude de R\$ 9,3 bilhões. Desse valor, as carnes são responsáveis por R\$ 8,1 bilhões (87,6%).

**Tabela 2 – Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2012 e 2013**  
R\$ Milhões de Março/13

Produtos	2012	2013	Var. %	Var. Abs.
<b>Agrícolas</b>	205.168	224.546	9,4	19.378
- lavouras temporárias (1)	160.891	180.570	12,2	19.679
- lavouras permanentes (2)	44.277	43.976	-0,7	-301
grãos (3)	92.510	108.894	17,7	16.384
outras lavouras	112.658	115.653	2,7	2.994
<b>Pecuários</b>	116.332	125.627	8,0	9.296
- carnes (4)	91.608	99.748	8,9	8.140
- derivados (5)	24.724	25.880	4,7	1.155
<b>Total</b>	<b>321.500</b>	<b>350.173</b>	<b>8,9</b>	<b>28.674</b>

Fonte: Elaboração do BNB-ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos de IBGE (2013a, 2013b, 2013c)

- (1) Abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.
- (2) Abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha-de-caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pera, pêssego, pimenta-do-reino, sisal, tangerina, tungue, urucum e uva.
- (3) Amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.
- (4) Bovina, suína e de frango.
- (5) Leite e ovos.

O VBP das lavouras temporárias do Nordeste em 2013 está estimado em R\$ 20,4 bilhões, 12,9% a mais se comparado ao montante de R\$18,0 bilhões de 2012. Cabe identificar, porém, os fatores que condicionam essa elevação. Para esse fim, foram decompostas as variações de quantidade e de preço para cada cultura.

Constatou-se um efeito misto na variação do VBP agrícola do Nordeste; isto é, as variáveis de quantidade e de preço estão contribuindo, conjuntamente e de forma positiva, para a elevação do faturamento. Restam como exceções as estimativas das quantidades produzidas das culturas temporárias do algodão (-18,5%), do alho (-22,3%), da cebola (-14,6%) e da soja (-11,8%) e, por parte das lavouras permanentes, a do cacau (-8,3%).

No entanto, comparando a magnitude dos efeitos de preço e de quantidade, verificou-se que as variações das quantidades superam as variações de preços na maioria das culturas, com destaque para o girassol (+34,9%), a castanha de caju (+6%), o feijão (+1,7%) e o milho (+1,1%).

Enquanto para o Brasil a previsão de crescimento é de 12,2% para o VBP das lavouras temporárias; no Nordeste, espera-se um incremento de 12,9%. No tocante às lavouras permanentes, o Brasil reduzirá o faturamento em 0,7%, enquanto o do Nordeste crescerá 10,5%.

Das culturas temporárias mais relevantes, insta mencionar o crescimento das culturas do feijão (+209,3%), do milho (+51,3%) e da soja (+22%). Estima-se, ainda, um leve aumento, de 11,2% para 11,3% no período de

análise, da participação nordestina no faturamento nacional das culturas temporárias.

Das lavouras permanentes, destaca-se a evolução do VBP da castanha-de-caju (+267,9%), do sisal (+183,9%) e da banana (+18,9%). Espera-se que o VBP dessas culturas alcance R\$ 8,6 bilhões em 2013. Ademais, a participação do Nordeste em relação ao Brasil deve passar de 17,7%, em 2012, para 19,7, em 2013. A contribuição do Nordeste em relação ao Brasil no faturamento total da agricultura deve passar de 12,6% para 12,9%.

Por fim, o crescimento estimado da pecuária regional é de 6%, impulsionado pelo

aumento do VBP da carne de frango (+8,3%). Em termos de volume de receita, porém, a bovinocultura é a que mais gera fluxos de receitas. Assim, em 2013, espera-se alcançar R\$ 9,1 bilhões, o que representa 71,9% da pecuária nordestina.

A suinocultura<sup>9</sup> recuará R\$7,2 milhões do seu faturamento, fato atribuído à redução da quantidade produzida em consequência da crise que o setor atravessou em 2012. Ademais, em relação aos derivados do setor pecuário, o VBP nordestino apresenta boas perspectivas: leite (+6,1%) e ovos (+14,8%). (Tabela 3).

**Tabela 3 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2012 e 2013**

Produtos	Unidade	2012	2013	Preço (kg)		VBP (mil reais)	
				2012	2013	2012	2013
<b>Lavoura temporária (a)</b>							
<b>Brasil</b>						<b>160.891.043</b>	<b>180.569.718</b>
<b>Nordeste</b>						<b>18.038.589</b>	<b>20.357.321</b>
Abacaxi	Mil frutos	615.272	625.402	1,02	1,05	628.512	653.579
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.407.227	1.147.357	1,45	1,49	2.044.837	1.705.632
Alho	Tonelada	7.959	6.181	4,43	4,53	35.241	27.999
Amendoim (em casca)	Tonelada	10.458	12.895	1,54	1,58	16.128	20.344
Arroz (em casca)	Tonelada	706.725	958.839	0,68	0,69	478.035	663.509
Batata - doce	Tonelada	184.633	184.633	0,65	0,66	119.222	121.969
Batata - inglesa	Tonelada	159.850	183.353	0,94	0,96	149.957	175.969
Cana-de-açúcar	Tonelada	68.136.598	71.234.564	0,07	0,07	4.870.591	5.209.356
Cebola	Tonelada	313.258	267.438	0,97	0,99	304.372	265.839
Fava (em grão)	Tonelada	16.060	16.060	2,67	2,73	42.904	43.892
Feijão (em grão)	Tonelada	258.187	780.498	1,87	1,91	481.613	1.489.455
Fumo (em folha)	Tonelada	15.619	15.836	3,31	3,39	51.752	53.680

continua

<sup>9</sup> A análise da suinocultura, doravante, far-se-á por meio do uso dos dados da Pesquisa Trimestral de Abates do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em substituição aos dados da Revista Anualpec. Essa mudança tornará mais dinâmica a atualização das estimativas do setor, tendo em vista a publicação trimestral daquela pesquisa. Entretanto, levando em conta que as metodologias das duas fontes de dados são diferentes, os valores colhidos do IBGE são inferiores, posto que esse Instituto considera apenas produtores formalizados, que possuam certificação federal, estadual ou municipal.

**Tabela 3 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2012 e 2013**

Produtos	Unidade	2012	2013	Preço (kg)		VBP (mil reais)	
				2012	2013	2012	2013
Girassol	Tonelada	7	113	0,76	0,78	5	88
Mamona (baga)	Tonelada	23.077	25.056	1,01	1,04	23.404	25.997
Mandioca	Tonelada	5.976.103	6.990.454	0,21	0,22	1.273.605	1.524.103
Melancia	Tonelada	678.871	678.871	0,41	0,42	276.824	283.202
Melão	Tonelada	468.436	468.436	0,77	0,79	360.589	368.897
Milho (em grão)	Tonelada	3.900.552	5.770.050	0,51	0,52	1.984.198	3.002.828
Soja (em grão)	Tonelada	6.095.546	5.374.051	0,74	0,75	4.491.952	4.051.504
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	35.870	37.477	0,40	0,41	14.485	15.482
Tomate	Tonelada	416.688	682.385	0,94	0,96	390.361	653.999
<b>Lavoura permanente (b)</b>							
<b>Brasil</b>						<b>44.277.176</b>	<b>43.976.468</b>
<b>Nordeste</b>						<b>7.822.732</b>	<b>8.642.072</b>
Abacate	Tonelada	9.022	9.022	0,60	0,61	5.372	5.496
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	250	250	1,20	1,23	301	308
Banana	Tonelada	2.427.639	2.821.370	0,58	0,59	1.400.721	1.665.404
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	52.122	52.122	2,65	2,71	137.888	141.065
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	159.432	146.175	5,73	5,86	913.042	856.407
Café (beneficiado)	Tonelada	146.096	151.796	5,93	6,07	866.342	920.881
Caqui	Tonelada	119	119	1,74	1,78	207	211
Castanha de caju	Tonelada	76.054	273.481	1,30	1,33	99.073	364.461
Coco-da-baía	Mil frutos	1.405.011	1.406.304	0,48	0,49	671.576	687.680
Dendê (coco)	Tonelada	215.784	215.784	0,25	0,25	53.614	54.849
Goiaba	Tonelada	151.903	151.903	0,80	0,82	121.534	124.334
Guaraná (semente)	Tonelada	2.682	2.772	6,07	6,21	16.291	17.226
Laranja	Tonelada	1.936.760	1.957.517	0,29	0,29	554.309	573.157
Limão	Tonelada	88.084	88.084	0,47	0,48	41.567	42.524
Maçã	Tonelada	480	480	1,09	1,11	522	534
Mamão	Tonelada	1.174.510	1.174.510	0,83	0,85	974.153	996.596
Manga	Tonelada	877.715	877.715	0,53	0,54	466.224	476.965
Maracujá	Tonelada	671.421	671.421	0,91	0,93	613.145	627.271
Marmelo	Tonelada	50	50	1,96	2,00	98	100
Palmito	Tonelada	20.211	20.211	0,54	0,55	10.837	11.087
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.119	4.221	5,31	5,43	21.857	22.914

continua

**Tabela 3 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2012 e 2013**

Produtos	Unidade	2012	2013	Preço (kg)		VBP (mil reais)	
				2012	2013	2012	2013
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	87.528	242.893	1,02	1,04	88.853	252.252
Tangerina	Tonelada	39.486	39.486	0,45	0,46	17.926	18.339
Urucum (semente)	Tonelada	2.433	2.433	2,04	2,08	4.957	5.071
Uva	Tonelada	287.817	294.454	2,58	2,64	742.324	776.939
Agricultura							
Brasil						205.168.219	224.546.185
Nordeste						25.861.321	28.999.393
<b>Pecuária</b>							
Brasil						116.331.620	125.627.183
Nordeste						11.955.121	12.673.750
Carne bovina	Tonelada	1.211.591	1.239.313	7,19	7,35	8.708.768	9.113.258
Frango	Tonelada	1.046.883	1.108.498	2,12	2,17	2.222.333	2.407.343
Leite	Milhões de litros	3.716	3.855	0,89	0,91	3.291	3.493
Ovos	Mil cx. De 30 dúzias	10.022	11.245	2,76	2,82	920.865	1.057.012
Suínos	Tonelada	28.607	25.941	3,49	3,57	99.864	92.644
<b>Agropecuária</b>							
Brasil						<b>321.499.839</b>	<b>350.173.369</b>
Nordeste						<b>37.816.443</b>	<b>41.673.143</b>
<b>Relações Nordeste/Brasil</b>							
Lavoura temporária (a)						11,2	11,3
Lavoura permanente (b)						17,7	19,7
Agricultura (c)						12,6	12,9
Pecuária (d)						10,3	10,1
Agropecuária (c + d)						11,8	11,9

**Fontes:** IBGE (2013a, 2013b, 2013c) e AgraFNP (2012).

**Nota 1:** Valores a preços de mar/2013.

A análise individual por estado revela que a Bahia (34,4%), o Maranhão (15%) e Alagoas (10,9%) deterão maior parcela de contribuição das culturas temporárias do Nordeste, os dois primeiros impulsionados pelo volume de produção de grãos das regiões de cerrado.

Quanto às culturas permanentes, o estado da Bahia terá a maior parcela do VBP regio-

nal, 59,3%, seguido de Pernambuco (14,9%) e do Ceará (11,7%).

Em relação à pecuária, a Bahia participa com 37,9%, seguido por Pernambuco (15,6%), Maranhão (13,5%) e Ceará (10,6%). Juntos, esses estados concentram 74,1% da receita bruta de R\$ 41,1 bilhões da agropecuária nordestina.

**Tabela 4 – Nordeste – Estimativa da Participação de Estados Seleccionados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2013**

R\$ Milhões Mar/2013

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Perma-nentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agrope-cuária	%
Ma	3.051	15,0	85	1,0	3.136	10,8	1.637	13,5	4.773	11,6
Pi	1.675	8,2	106	1,2	1.781	6,1	685	5,6	2.466	6,0
Ce	1.789	8,8	1.008	11,7	2.798	9,6	1.289	10,6	4.087	9,9
Rn	955	4,7	263	3,0	1.217	4,2	433	3,6	1.650	4,0
Pb	1.148	5,6	216	2,5	1.364	4,7	668	5,5	2.033	4,9
Pe	1.702	8,4	1.286	14,9	2.988	10,3	1.895	15,6	4.884	11,9
Al	2.222	10,9	78	0,9	2.300	7,9	460	3,8	2.760	6,7
Se	814	4,0	476	5,5	1.290	4,4	472	3,9	1.761	4,3
Ba	7.001	34,4	5.124	59,3	12.124	41,8	4.597	37,9	16.721	40,6
Ba+Pe+Ce+Ma	13.543	66,5	7.503	86,8	21.046	72,6	9.418	77,6	30.465	74,1
Demais	6.814	33,5	1.139	13,2	7.953	27,4	2.718	22,4	10.671	25,9
Soma	20.357	100,0	8.642	100,0	28.999	100,0	12.136	100,0	41.135	100,0

Fontes: IBGE (2013a, 2013b, 2013c) e AgraFNP (2012).

## REFERÊNCIAS

AGRAFNP. **Anualpec**: anuário da pecuária brasileira. São Paulo, 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 7 maio 2013.

IBGE. **SIDRA**: levantamento sistemático da produção agrícola municipal 2013. [S.l.], [20--]. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=LA&z=t&o=26>>. Acesso em: 7 maio 2013a.

\_\_\_\_\_. **SIDRA**: pesquisa trimestral do abate de animais 2012. [S.l.], [20--]. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=c&p=AX&v=284&z=t&o=24>>. Acesso em: 6 maio 2013b.

\_\_\_\_\_. **SIDRA**: produção agrícola municipal 2011. [S.l.], [20--]. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2011/default.shtm>>. Acesso em: 6 maio 2013c.

### 3.2.3.2 – Balança Comercial do Agronegócio

O cenário internacional se mostra preocupante e, pelo menos no curto prazo, não apresenta sinais de reversão. Evidência disso

são os problemas nos fundamentos macroeconômicos da zona do Euro que continuam sem solução. No Brasil, entretanto, a fonte

de instabilidade comercial advém das perspectivas de desaceleração da economia do principal parceiro comercial do País, a China.

Ademais, a leve tendência de baixa dos preços das commodities e os gargalos logísticos que levaram à rescisão de alguns contratos comerciais corroboraram o déficit na balança comercial acumulado, em 2013, da ordem de US\$ 5,2 bilhões. Esses fatos prenunciam um ano difícil para o comércio internacional brasileiro. Há muitos anos o saldo comercial anual não fecha deficitário. Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), 2000 foi o último ano que isso ocorreu.

A mudança conjuntural torna-se evidente ao se comparar o saldo comercial de 2013 (-US\$5,2 bilhões) com o do mesmo período de 2012 (+US\$ 2,4 bilhões). Em termos pontuais, o governo atribui essa variação negativa às importações de combustíveis e lubrificantes (+15,8%), bens de capital (+12%), matérias-primas e produtos intermediários (+11,7%) e bens de consumo (+7,3%). Alado a isso, as exportações sofreram forte recuo, principalmente, nos seguintes produtos: petróleo bruto (-47,8%), soja em grãos (-25,1%) e café em grãos (-25,1%). As exportações totais nacionais decresceram 7,7%, enquanto as importações cresceram 6,3%.

O agronegócio brasileiro, entretanto, obteve saldo comercial positivo de US\$16,3 bilhões, impulsionado em grande parte pelo aumento das exportações (+5,9%). O recuo de 1% das importações, por sua vez, também contribuiu para esse resultado.

Os déficits comerciais nordestinos também se agravaram. Em 2012, o saldo negativo da Região foi de US\$1,4 bilhão, muito inferior aos US\$ 4,3 bilhões de 2013. O agronegócio nordestino fechou o trimestre em queda de 22,6% (de US\$ 1,2 bilhão para

US\$946 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.

Entre os estados do Nordeste, Paraíba (-US\$ 39,1 milhões), Pernambuco (-US\$ 22,1 milhões) e Maranhão (-US\$ 17,3 milhões) apresentaram saldos comerciais deficitários no agronegócio em um montante de US\$ 78,5 milhões. Os destaques positivos ficaram por conta da Bahia e de Alagoas que, respectivamente, contribuíram com US\$ 549,7 milhões e US\$ 399,7 milhões.

Quanto à representatividade do setor, as exportações do agronegócio nordestino participaram de 45% das exportações totais da Região, resultado relativamente maior do que os 38,3% de 2012. O inverso ocorreu em relação às importações do agronegócio frente ao total regional que caíram de 10% em 2012 para 8,4% em 2013.

Em comparação ao saldo comercial do agronegócio nacional, o Nordeste reduziu a sua representatividade que passou de 8,1% para 5,8%. Os superávits nacional e regional do agronegócio não tiveram força para reverter os déficits nos saldos totais, embora tenham minimizado suas perdas. No Brasil, não fosse o agronegócio, o saldo comercial seria de US\$ 21,4 bilhões. O mesmo ocorreria no Nordeste, cujo déficit estimado seria de US\$ 5,2 bilhões. (Tabela 5).

Complexo sucroalcooleiro; Produtos florestais; Fibras e produtos têxteis; Frutas (inclui nozes e castanhas) foram os principais produtos do agronegócio exportados pelo Nordeste no primeiro trimestre de 2013, participando com 76,7% (US\$ 1,2 bilhão) das exportações desse segmento. Apenas cinco produtos (dos 15 destacados) não reduziram as exportações em relação a 2012, a maior redução foi do Café que caiu 53%, entretanto, esse produto tem pouca participação nas exportações (1,3%). Entre os produtos de destaque, as maiores quedas foram em

Sucos (-48,3%) e Fibras e produtos têxteis (-34,6%), Cacau e seus produtos (-30,6%). Em termos absolutos, a maior queda foi do Complexo Sucrialcooleiro (-US\$ 96,7 milhões). Em valores monetários a perda total dos produtos que apresentaram queda foi de

US\$ 274,3 milhões. Por outro lado, Cereais, farinhas e preparações; Chá, mate e especiarias e produtos florestais aumentaram suas exportações. Destaque para o primeiro grupo de produtos que obteve o aumento significativo de 12.566,2%.

**Tabela 5 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2012 e 2013**

Região/Estado	2012			2013		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil - Total (a)	55.079,7	52.659,4	2.420,4	50.836,6	55.992,4	-5.155,8
Brasil - Agronegócio (b)	19.412,0	4.322,9	15.089,1	20.567,6	4.275,8	16.291,8
Nordeste - Total (c)	4.847,3	6.291,9	-1.444,6	3.560,3	7.842,9	-4.282,7
Nordeste - Agronegócio (d)	1.854,3	631,5	1.222,8	1.601,8	655,9	946,0
Alagoas	488,5	30,4	458,1	415,2	15,5	399,7
Bahia	782,1	231,3	550,8	713,7	164,0	549,7
Ceará	211,8	102,7	109,2	166,3	141,1	25,2
Maranhão	60,8	36,3	24,5	45,1	62,4	-17,3
Paraíba	44,5	29,4	15,1	25,5	64,6	-39,1
Pernambuco	153,3	181,7	-28,4	148,6	170,7	-22,1
Piauí	22,4	0,5	21,9	19,1	0,5	18,6
Rio Grande do Norte	60,5	11,9	48,6	48,0	21,1	26,9
Sergipe	30,5	7,3	23,2	20,4	15,9	4,5
<b>Variação % 2012/2013</b>						
Brasil - Total (a)				-7,7	6,3	-313,0
Brasil - Agronegócio (b)				6,0	-1,1	8,0
Nordeste - Total (c)				-26,6	24,7	196,5
Nordeste - Agronegócio (d)				-13,6	3,9	-22,6
Alagoas				-15,0	-48,9	-12,7
Bahia				-8,7	-29,1	-0,2
Ceará				-21,5	37,4	-76,9
Maranhão				-25,8	71,7	-170,6
Paraíba				-42,7	119,7	-359,3
Pernambuco				-3,1	-6,1	-22,2
Piauí				-14,7	-1,8	-15,0
Rio Grande do Norte				-20,6	78,2	-44,7
Sergipe				-33,1	117,9	-80,8
<b>Relações (%)</b>						
b/a	35,2	8,2	623,4	40,5	7,6	-
d/c	38,3	10,0	-84,6	45,0	8,4	-
d/b	9,6	14,6	8,1	7,8	15,3	5,8

**Fonte:** Elaboração da Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2013).

**Tabela 6 – Nordeste— Principais Produtos Exportados do Agronegócio, Janeiro a Março**

Produtos	2011			2012			Variação	
	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
1 Complexo Sucrialcooleiro	679,2	36,6	36,6	582,6	36,4	36,4	-96,7	-14,23
2 Produtos Florestais	396,3	21,4	58,0	419,1	26,2	62,5	22,8	5,75
3 Fibras e Produtos Têxteis	177,1	9,5	67,6	115,8	7,2	69,8	-61,3	-34,60
4 Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	128,8	6,9	74,5	110,5	6,9	76,7	-18,3	-14,19
5 Complexo Soja	113,6	6,1	80,6	97,3	6,1	82,7	-16,3	-14,34
6 Couros, Produtos de Couro e Peleteria	111,9	6,0	86,7	95,8	6,0	88,7	-16,0	-14,33
7 Cacau e seus Produtos	63,5	3,4	90,1	44,1	2,8	91,5	-19,4	-30,56
8 Demais Produtos de Origem Vegetal	51,8	2,8	92,9	31,0	1,9	93,4	-20,8	-40,14
9 Sucos	43,4	2,3	95,2	22,5	1,4	94,8	-21,0	-48,29
10 Café	44,2	2,4	97,6	20,8	1,3	96,1	-23,4	-52,99
11 Cereais, Farinhas e Preparações	0,1	0,0	97,6	18,8	1,2	97,3	18,7	12.566,2
12 Produtos Alimentícios Diversos	8,7	0,5	98,1	9,1	0,6	97,9	0,4	4,40
13 Fumo e Seus Produtos	11,8	0,6	98,7	8,0	0,5	98,4	-3,7	-31,88
14 Pescados	6,2	0,3	99,1	6,5	0,4	98,8	0,3	5,15
15 Chá, Mate e Especiarias	3,7	0,2	99,3	6,2	0,4	99,1	2,4	65,70
16 Outros	13,8	0,7	100,0	13,7	0,9	100,0	-0,2	-1,09
	<b>1.854,3</b>	<b>100,0</b>		<b>1.601,8</b>	<b>100,0</b>		<b>-252,5</b>	<b>-13,62</b>

**Fonte:** Elaboração da Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2013).

As exportações, no primeiro trimestre de 2013, foram mais concentradas que as importações, tanto que 82,7% (US\$ 1,3 bilhão) das vendas externas do agronegócio nordestinos foram de apenas 5 produtos, enquanto das importações esse percentual ficou em 75,6% (US\$ 1,8 bilhão). (Tabela 7).

Os principais produtos importados são: Cereais, Farinhas e Preparações (US\$ 1 bilhão); Produtos florestais (US\$ 249 milhões); Cacau e seus produtos (US\$ 211 milhões) e Produtos oleaginosos (exclui soja) (US\$

197,7 milhões). Em termos de variação entre 2012 e 2013, destacam-se Cacau e seus produtos (+59,1%); Demais produtos de origem vegetal (+47,8%); e Produtos alimentícios diversos (+20,7%).

Por fim, contribuíram para melhorar o saldo comercial nordestino, a queda das importações de Fibras e produtos têxteis (-74,6%); Complexo sucrialcooleiro (-63,1%); e Carnes (-41,6%). A redução total das importações foi de 19,9% no período analisado, o que representou US\$ 588,1 milhões.

**Tabela 7 – Nordeste – Principais Produtos Importados do Agronegócio, Janeiro a Março**

Produtos	2012			2013			Variação	
	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
1 Cereais, Farinhas e Preparações	1.089,1	36,8	36,8	1.019,5	43,0	43,0	-69,6	-6,4
2 Produtos Florestais	278,0	9,4	46,2	248,9	10,5	53,5	-29,1	-10,5
3 Cacau e seus Produtos	132,6	4,5	50,7	211,0	8,9	62,4	78,4	59,1
4 Produtos Oleaginosos (Exclui Soja)	228,3	7,7	58,4	197,7	8,3	70,7	-30,6	-13,4
5 Complexo Sucroalcooleiro	316,1	10,7	69,0	116,6	4,9	75,6	-199,5	-63,1
6 Fibras e Produtos Têxteis	438,9	14,8	83,9	111,3	4,7	80,3	-327,6	-74,6
7 Pescados	116,1	3,9	87,8	108,7	4,6	84,9	-7,5	-6,4
8 Bebidas	99,9	3,4	91,2	106,0	4,5	89,3	6,1	6,1
9 Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	96,8	3,3	94,4	104,8	4,4	93,8	8,0	8,3
10 Produtos Hortícolas, Leguminosas, Raízes e Tubérculos	40,4	1,4	95,8	34,0	1,4	95,2	-6,4	-15,9
11 Carnes	47,4	1,6	97,4	27,7	1,2	96,4	-19,7	-41,6
12 Produtos Alimentícios Diversos	17,4	0,6	98,0	21,0	0,9	97,2	3,6	20,7
13 Demais Produtos de Origem Vegetal	10,5	0,4	98,3	15,5	0,7	97,9	5,0	47,8
14 Lácteos	13,8	0,5	98,8	13,2	0,6	98,4	-0,6	-4,7
15 Rações para Animais	8,3	0,3	99,1	9,5	0,4	98,8	1,2	14,3
16 Outros	27,2	0,9	100,0	27,4	1,2	100,0	0,2	0,9
<b>Total</b>	<b>2.960,9</b>	<b>100,0</b>		<b>2.372,8</b>	<b>100,0</b>		<b>-588,1</b>	<b>-19,9</b>

**Fonte:** Elaboração da Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2013).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agrostat**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

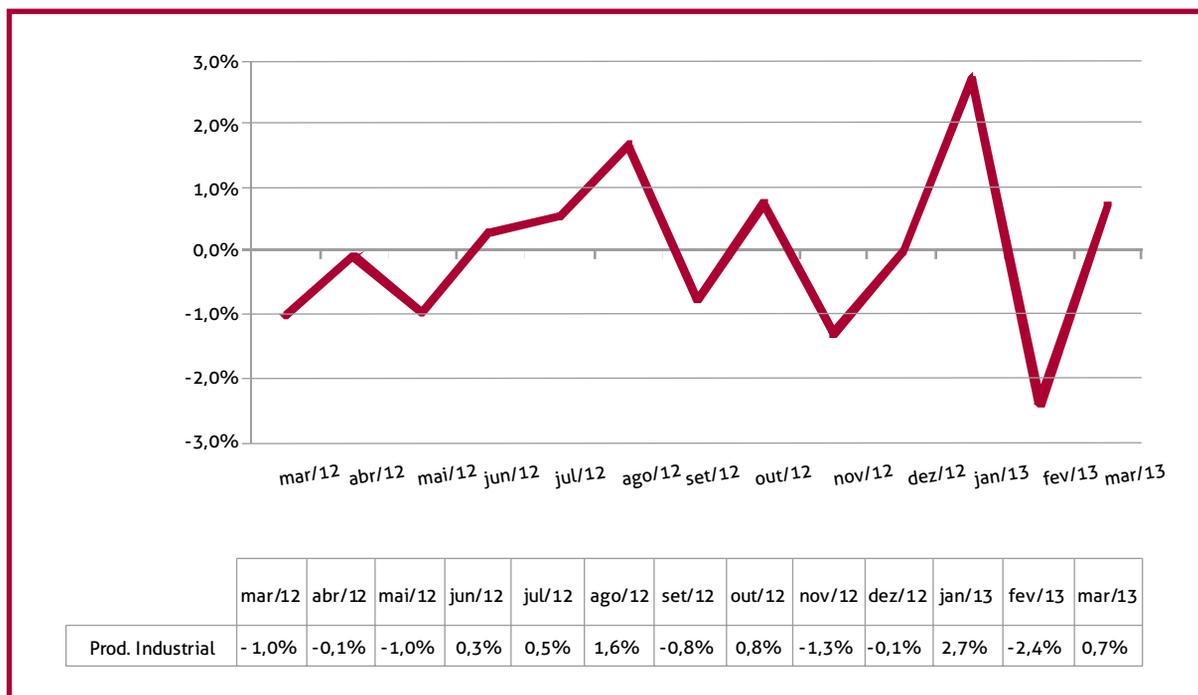
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança**

**Comercial:** Unidades da Federação. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

## 3.3 – Produção Industrial do Brasil

A produção industrial brasileira cresceu 0,7% em março de 2013, relativamente ao mês anterior, após recuo de 2,4% em feve-

reiro. Contudo, em bases interanuais, os resultados foram negativos: - 3,3% em relação a março de 2012 e - 0,5% no acumulado do primeiro trimestre. (Gráfico 1).



**Gráfico 1 – Brasil: Produção Física Industrial, Mês/Mês Imediatamente Anterior. Março de 2012 a Março de 2013)**

O aumento de 0,7% decorreu da expansão de treze dos vinte e sete ramos investigados, com destaque para veículos automotores (5,1%), refino de petróleo e produção de álcool (3,3%), máquinas para escritório e equipamentos de informática (11,9%), bebidas (4,6%) e fumo (33,4%).

Por categoria de uso, vale ressaltar a variação positiva do setor de bens de consumo duráveis (4,5%) nessa base de comparação, após o decréscimo de 7,3% observado em fevereiro. Os segmentos de bens intermediários e bens de capital também assinalaram resultado positivo em março de 2013, de 0,8% e 0,7% respectivamente. Em contrapartida, o segmento de bens de consumo

semi e não duráveis recuou 0,5%, registrando decréscimo nesse indicador pela segunda vez consecutiva.

Comparativamente a igual mês de 2012, o recuo de 3,3% da média global decorreu das quedas em vinte e uma das vinte e sete atividades investigadas. As principais contribuições negativas foram verificadas nas indústrias de alimentos (-7,9%), farmacêutica (-17,3%), extrativa (-7,1%) e de metalurgia básica (-7,3%).

Entre as categorias de uso, os setores de bens de consumo duráveis (-4,0%), bens intermediários (-1,7%) e bens de consumo semi e não duráveis (-8,2%) assinalaram va-

riação negativa nesse indicador. O segmento de bens de capital foi o único a apresentar incremento nesse tipo de comparação.

No acumulado do ano, a atividade industrial assinalou recuo de 0,5%, com dezessete dos vinte e sete ramos pesquisados apontando decréscimos. As maiores variações negativas foram observadas em impressão e reprodução de gravuras (-10,2%), metalurgia básica (-6,9%), farmacêutica (-9,0%), alimentos (-3,1%), indústrias extrativas (-4,9%), produtos têxteis (-7,1%) e máquinas e equipamentos (-2,0%).

Os resultados modestos da atividade industrial não foram suficientes para promover maior expansão do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI). De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, o NUCI da indústria de transformação atingiu 83,8% em abril de 2013, com ligeiro aumento em relação a abril de 2012 (83,5%). Por categoria de uso, constatou-se que todos os segmentos apresentaram redução no grau de ociosidade, porém apenas o segmento de material de construção registrou uma queda significativa.

Em compensação, observa-se um déficit significativo da balança comercial da indústria de transformação, alcançando US\$ 16,3 bilhões no acumulado do primeiro trimestre, bem acima dos US\$13,3 bilhões negativos verificados em igual período de 2012. Além da forte expansão das importações em alguns segmentos, a retração das exportações foi decisiva para o crescimento do déficit da indústria manufatureira.

Por intensidade tecnológica, os maiores saldos negativos no acumulado dos três primeiros meses do ano foram verificados nos grupos de alta (US\$ 7,8 bilhões) e média alta intensidade (US\$ 14,1 bilhões). Esse último assinalou o pior resultado da sua série para esse período. Já o grupo de média alta intensidade tecnológica apresentou um déficit de US\$ 2,9 bilhões, o quarto desempenho negativo para esse intervalo desde o início da série em 1989. O segmento de baixa intensidade foi o único a apresentar superávit na balança comercial (US\$ 8,5 bilhões), beneficiado pelos bons resultados das exportações de alimentos industrializados, bebidas e fumo. (A RETRAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES..., 2013).

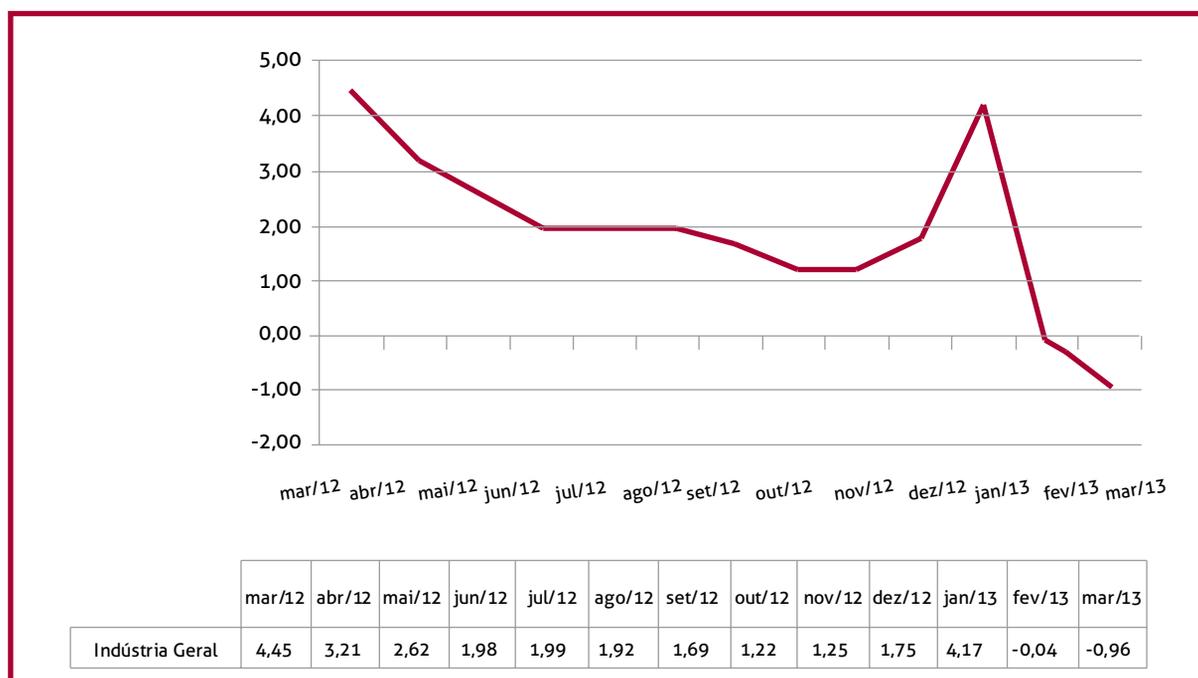
O desempenho ainda insatisfatório da indústria prejudica a geração de empregos industriais. Em março de 2013, o total de ocupados da indústria registrou incremento de apenas 0,2% em relação ao mês anterior, após três meses consecutivos sem variação positiva. Nas comparações interanuais, constatou-se um recuo de 0,6% no indicador mês/mesmo mês do ano anterior e de 1,0% no acumulado do ano.

Embora o governo tenha adotado um conjunto de medidas visando estimular a ampliação do valor adicionado no plano doméstico, ainda não se observou uma reativação da atividade industrial no início de 2013. A recuperação da atividade industrial parece esbarrar na deterioração da demanda por produtos manufaturados em decorrência da retração dos mercados externos e do recrudescimento de medidas protecionistas.

## 3.3.1-Produção industrial do Nordeste

A atividade industrial nordestina registrou um incremento de 0,5% em março de 2013 na comparação com o mês anterior, após assinalar recuo de 1,9% em fevereiro nessa base

de comparação. Nas comparações interanuais, os resultados permanecem negativos: queda de 2,6% em relação a fevereiro e de 0,9% no acumulado do ano. (Gráfico 1).



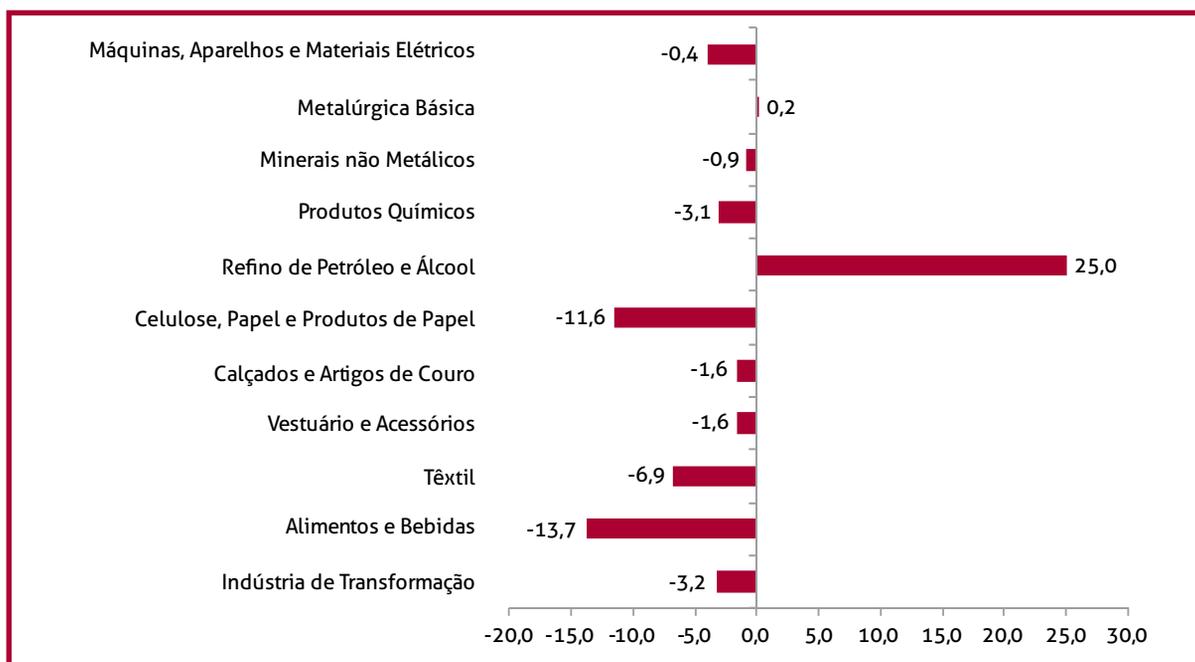
**Gráfico 1 – Produção Industrial Nordestina – Março de 2012 a Março de 2013 - Indicador Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior - %**

Fonte: IBGE (2013).

O recuo de 2,6% no indicador mês/mesmo mês do ano anterior significou o segundo decréscimo nessa base de comparação. Oito dos onze segmentos analisados assinalaram resultados negativos, com destaque para alimentos e bebidas (-13,1%), celulose, papel e produtos de papel (-11,6%) e produtos químicos (-3,1%). Enquanto isso, a atividade de refino de petróleo e produção de álcool apresentou aumento de 25,0%. (Gráfico 2).

Em relação à indústria química, o recuo da produção industrial segue a tendência nacional. De acordo com Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), o índice médio de produção assinalou queda de 2,7% no primeiro trimestre de 2013, enquanto as vendas internas registraram retração de 2,4%. Em contrapartida, o consumo aparente nacional<sup>1</sup> apresentou um crescimento de 4,5%.

<sup>1</sup> Produção + Importação - Exportação.



**Gráfico 2 – Nordeste. Classe e Gêneros da Indústria de Transformação - Março de 2012 a Março de 2013. Indicador Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior**

Fonte: IBGE (2013).

Esses resultados refletem, sobretudo, o forte déficit comercial do segmento. No primeiro quadrimestre, as importações de produtos químicos chegaram a US\$ 14,3 bilhões, alta de 15,1% em relação ao mesmo intervalo do ano anterior. Por outro lado, as exportações atingiram US\$ 4,7 bilhões, diminuição de 4,3% nessa mesma base de comparação. Essa discrepância engendrou um aumento de 27,8% no déficit da balança comercial de produtos químicos no acumulado dos quatro primeiros meses do ano. (ABIQUIM, 2013).

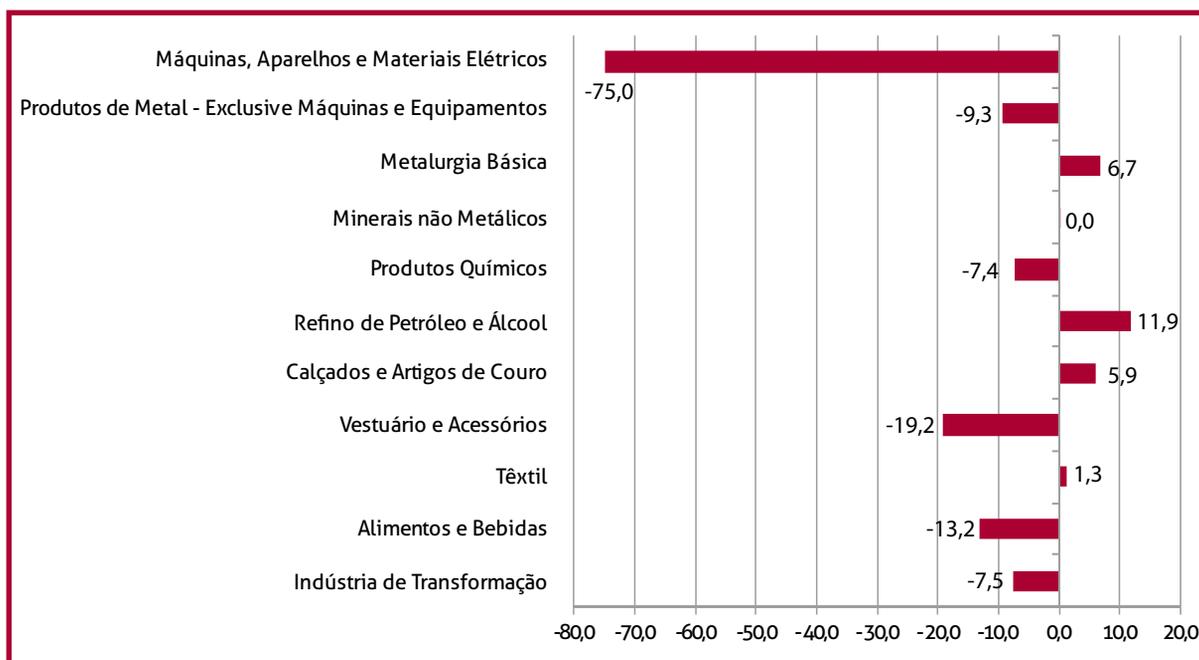
Entre outros fatores, o baixo custo do gás de xisto americano tem sido um dos grandes responsáveis pela queda da competitividade e o crescimento das importações do setor. Vale destacar que a indústria petroquímica utiliza intensivamente o gás como insumo.

Diante desse cenário, o governo reduziu a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS) e a Programa de Integração Social (Cofins) das matérias primas e dos produtos de primeira e segunda gerações da indústria petroquímica com o objetivo de garantir a retomada da competitividade do se-

tor. A alíquota do PIS-Cofins vai cair de 5,6% para 1,0%, o que representa uma renúncia fiscal de R\$ 1,1 bilhão em 2013. (RESENDE; PEREZ; SIMÃO, 2013).

No que se refere às principais economias estaduais da Região, o Ceará apresentou decréscimo de 1,0% no mês de março na sua produção industrial, comparativamente ao mês precedente, após assinalar forte expansão em fevereiro (8,5%). Já nas comparações interanuais, a indústria registrou recuo de 6,8% no indicador mensal e alta de 1,7% no acumulado do ano. (Gráfico 3).

Cinco dos dez ramos investigados apresentaram decréscimo em março de 2013, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior. As maiores retrações foram verificadas em alimentos e bebidas (-11,4%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-75,0%) e vestuário e acessórios (-19,2%). Em sentido contrário, calçados e artigos de couro (5,9%) e refino de petróleo e produção de álcool (11,9%) exerceram as principais influências positivas.



**Gráfico 3 – Ceará. Classe e Gêneros da Indústria de Transformação. Março de 2012 a Março de 2013 - Indicador Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior**

Fonte: IBGE (2013).

A expansão da produção do segmento de calçados e artigos de couros não está associada ao crescimento de suas exportações. O desempenho das vendas internacionais está sendo afetado pela crise econômica mundial e pelas medidas protecionistas impostas por tradicionais parceiros, como é o caso da Argentina. Vale destacar que o estado do Ceará é atualmente o maior exportador de calçados do Brasil em volume embarcado.

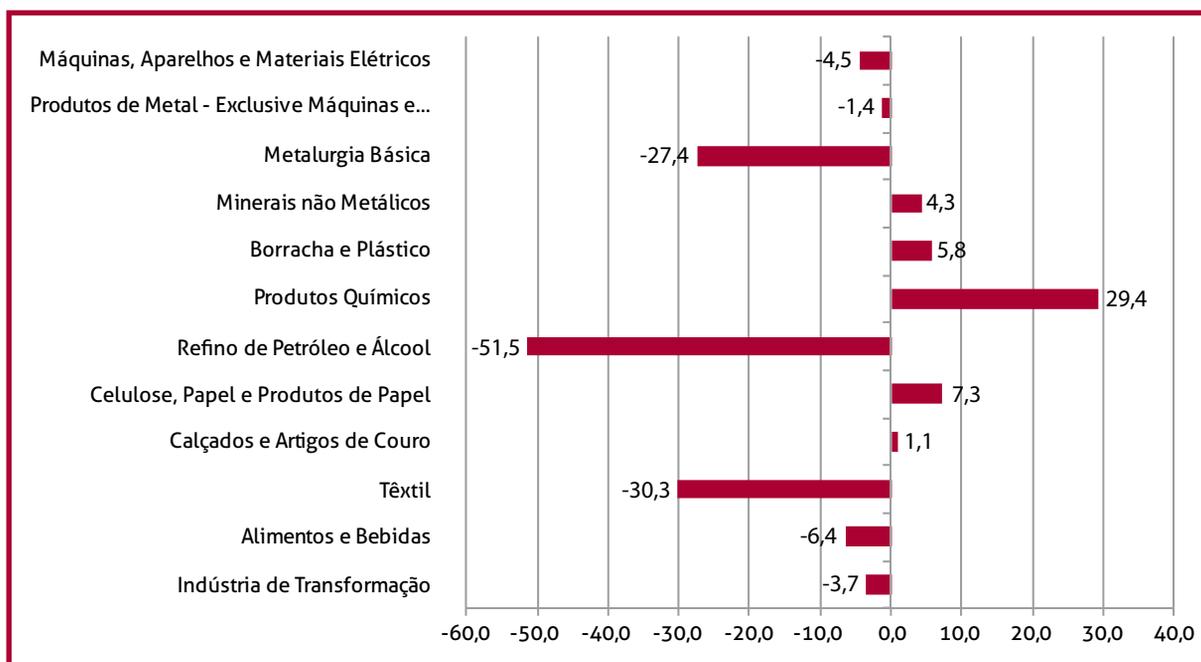
Em Pernambuco, a atividade industrial registrou um avanço de 2,6% em março no confronto com o mês imediatamente anterior, após dois meses consecutivos de recuo. Em bases interanuais, os resultados permanecem negativos: -3,7% no indicador mensal e -2,6% no acumulado do ano. (Gráfico 4).

A queda de 3,7% na comparação mês/mesmo mês do ano anterior decorreu da variação negativa de seis das onze atividades investigadas. As maiores retrações couberam à metalurgia básica (-27,4%), alimentos e bebidas (-6,4%), refino de petróleo e produ-

ção de álcool (-51,5%), bem como produtos têxteis (-30,3%).

As retrações observadas nos setores de alimentos e bebidas e refino de petróleo e produção de álcool decorreram, sobretudo, da diminuição das produções de açúcar e de álcool. A produção de açúcar encolheu 18% na safra encerrada em março de 2013. Já a fabricação de álcool recuou 30% nesse mesmo período. (SINDIAÇÚCAR, 2013).

Esses resultados refletem, sobretudo, a forte queda da produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata Pernambucana em decorrência da diminuição substancial dos índices pluviométricos na região. De fato, a seca na região comprometeu a safra 2012/2013 de cana-de-açúcar que assinalou um recuo de 25%. Para a próxima safra, a expectativa é de redução de 15%.



**Gráfico 4 – Pernambuco. Classe e Gêneros da Indústria de Transformação. Marco de 2012 a Março de 2013. Indicador Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior**

Fonte: IBGE (2013).

Esse cenário está prejudicando substancialmente os sessenta e dois municípios dependentes do setor sucroalcooleiro em Pernambuco. No município de Vicência, por exemplo, a Usina Laranjeiras é a maior empregadora da cidade. A empresa compra cana-de-açúcar de 524 fornecedores de 25 municípios da Zona da Mata Norte. A direção da usina já sinalizou que a continuação desse quadro de estiagem pode implicar redução do efetivo. (GUARDA, 2013).

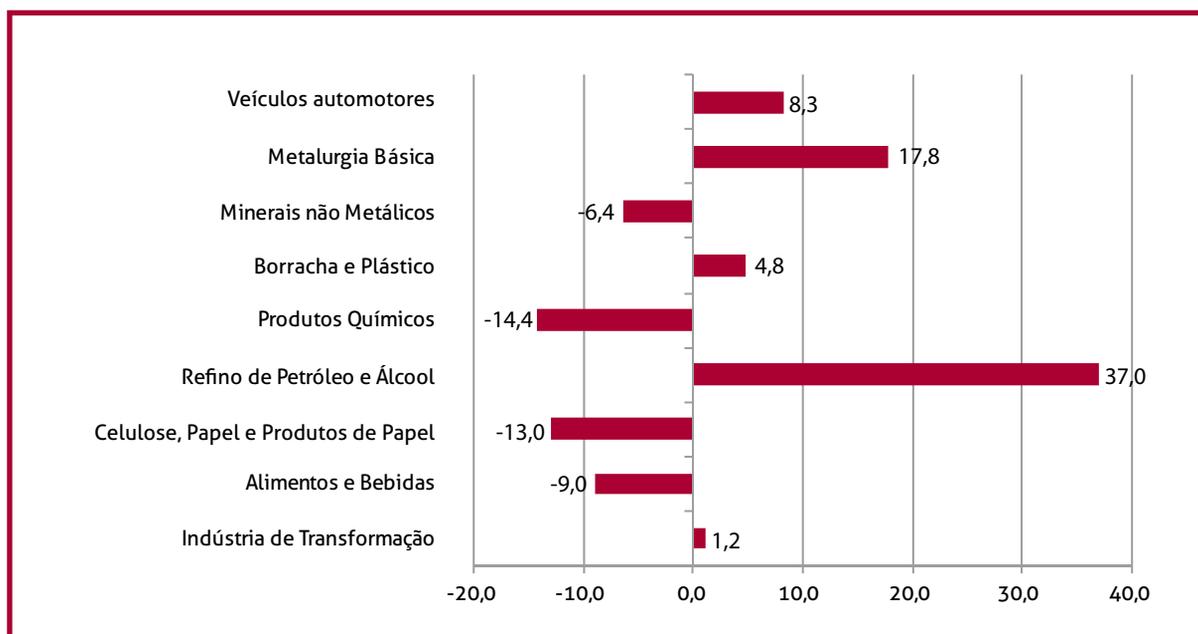
Em contrapartida, a produção de açúcar da Região Centro-Sul atingiu 34,07 milhões de toneladas na safra 2012/2013, segundo estimativa da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), incremento de 8,8%. Entretanto, para a temporada 2013/2014, os produtores devem priorizar a produção de etanol, em função dos baixos preços do açúcar no mercado internacional. (ÚNICA, 2013).

Na Bahia, constatou-se um aumento de 0,8% da produção industrial em março na comparação com o mês anterior. Nos indicadores interanuais, os resultados também

foram positivos: 1,4% no comparativo mês/mesmo do ano anterior e 2,2% no acumulado do ano. (Gráfico 5).

A alta de 1,4% no indicador mensal refletiu o avanço de cinco dos nove ramos pesquisados. As principais contribuições positivas ocorreram nos segmentos de refino de petróleo e produção de álcool (37,0%) e metalurgia básica (17,8%). Por outro lado, o ramo de produtos químicos (-14,4%) apresentou a maior variação negativa.

Em síntese, a lenta recuperação da indústria nordestina está associada ao cenário externo de retração da atividade econômica e o crescente protecionismo de tradicionais importadores de produtos da Região. Ademais, a forte estiagem que atinge a Região vem afetando setores significativos da base produtiva nordestina, como alimentos e bebidas e refino de petróleo e produção de álcool. Em contrapartida, a demanda interna permanece elevada na região, apesar da desaceleração do consumo das famílias nos primeiros meses do ano.



**Gráfico 5 – Bahia. Classe e Gêneros da Indústria de Transformação. Março de 2012 a Março de 2013. Indicador Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior**

Fonte: IBGE (2013).

## REFERÊNCIAS

ABIQUIM. **Déficit em produtos químicos supera US\$ 30,2 bilhões nos últimos doze meses.** [S.l.], [20--]. Disponível em: <www.abiquim.org.br>. Acesso em: 31 maio 2013.

GUARDA, Adriana. Seca devasta produção de cana-de-açúcar da Zona da Mata. **Jornal do Comércio**, 21 abr. 2013. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2013/04/21/seca-devasta-producao-de-cana-de-acucar-na-zona-da-mata-80498.php>. Acesso em: 30 maio 2013.

IBGE. **Produção industrial mensal: produção física: março 2013.** [S.l.], 2013. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=2295&z=t&o=22&i=P>. Acesso em: 5 jun. 2013.

RESENDE, Thiago; PEREZ, Leandra; SIMÃO, Edna. Renúncia fiscal de redução do PIS/Cofins para químicos é de R\$ 1,1 bi. **Valor**

**Econômico**, 23 abr. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3097276/renuncia-fiscal-de-reducao-do-piscofins-para-quimicos-e-de-r-11-bi>. Acesso em: 31 maio 2013.

A RETRAÇÃO das exportações de bens da indústria de transformação. **Carta IEDI**, n.569, 24 abr. 2013. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta\_iedi\_n\_569.html>. Acesso em: 5 maio 2013.

SINDIAÇÚCAR. **Comparativo da produção sucroalcooleira nos Estados do Norte/Nordeste.** Recife, 2013. Disponível em: <http://www.sindicucar.com.br/noticias\_estatisticas.html>. Acesso em: 30 maio 2013.

UNICA. **Apresentação da estimativa de safra 2013/2014.** [S.l.], [20--]. Disponível em: <www.unica.com.br>. Acesso em: 30 maio 2013.

## 3.4 – Desempenho do Comércio Varejista no Brasil

O comércio apresentou desempenho positivo, embora aquém das expectativas, no primeiro trimestre de 2013, com crescimento acumulado em volume de vendas de 3,5% no comércio varejista restrito e de 3,8% no comércio varejista ampliado, conforme resultados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE, 2013).

A PMC reúne dados de 5.700 empresas sediadas no território nacional, com 20 ou mais empregados e receita bruta oriunda, predominantemente, da atividade comercial vare-

jista. A presente análise do desempenho do comércio se baseia no conceito de “volume de vendas” da PMC, o qual representa valores nominais correntes deflacionados por índices de preços específicos para cada grupo de atividades e estado da Federação.

A Tabela 1 mostra os resultados do comércio varejista em 2013 e explicações sintéticas do desempenho dos dez grupos de atividades, dispostos em ordem decrescente de sua contribuição para a formação da taxa global do varejo.

**Tabela 1 – Desempenho do Comércio Varejista no Brasil em 2013, em Volume de Vendas**

GRUPOS DE ATIVIDADES/FATORES DE DESEMPENHO	DESEMPENHO (%) <sup>1</sup>		
	A	B	C
<b>Comércio Varejista Restrito</b>	<b>-0,1</b>	<b>4,5</b>	<b>3,5</b>
<b>Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo</b> Fator positivo: comemoração da Páscoa em março.	-2,1	4,0	1,8
<b>Outros artigos de uso pessoal e doméstico</b> Fator positivo: comemoração da Páscoa em março.	0,7	14,9	11,8
<b>Tecidos, vestuário e calçados</b> Fator positivo: lançamento da coleção outono-inverno em março, com a consequente liquidação da coleção anterior.	3,9	5,9	4,0
<b>Combustíveis e lubrificantes</b> Fator positivo: aumento moderado do preço dos combustíveis (5,1% nos últimos 12 meses).	2,4	3,6	3,9

continua

**Tabela 1 – Desempenho do Comércio Varejista no Brasil em 2013, em Volume de Vendas**

Grupos de Atividades/Fatores de Desempenho	Desempenho (%) <sup>1</sup>		
	A	B	C
<b>Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria</b>  Fatores positivos: crescimento da massa de salários, do poder de compra e estabilidade no emprego são fatores que explicam o bom desempenho do grupo.	-1,9	4,7	7,3
<b>Livros, jornais, revistas e papelaria</b>  Fatores positivos: aumento de renda e diversificação da linha de produtos, principalmente pelas grandes livrarias.	-2,9	3,9	5,6
<b>Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação</b>  Fatores positivos: deflação do setor e incorporação de computadores pessoais e celulares nos hábitos de consumo das famílias. Houve uma acomodação da demanda nos últimos meses.	-5,2	-2,2	3,6
<b>Móveis e eletrodomésticos</b>  Fatores negativos: aumento dos preços do setor e reposição gradual da alíquota do IPI para os produtos da linha branca.	0,7	-0,8	1,5
<b>Comércio Varejista Ampliado Veículos, motocicletas, partes e peças</b>  Fator positivo: política do IPI, que repercutiu nos preços dos automóveis novos (-3,2% contra a inflação média de 6,6%, segundo o IPCA).	<b>0,2</b>	<b>3,0</b>	<b>3,8</b>
<b>Material de construção</b>  Fatores positivos: redução do IPI para uma cesta de produtos do setor, melhores condições de crédito habitacional (aumento da oferta em 37,6% em 2012) e evolução do Programa Minha Casa Minha Vida foram os principais fatores de desempenho positivo do grupo.	0,7	-0,1	5,0

**Fonte:** Elaboração do BNB/ETENE, com base em IBGE (2013).

**Nota:** 1) Índices de desempenho: A) Índice Mês/Mês – Mar./Fev. 2013, série com ajuste sazonal; B) Índice Mensal – Mar. 2013/2012; C) Índice Acumulado em 2013.

Em geral, os resultados do comércio varejista foram influenciados por crescimento do poder de compra da população, expansão da massa salarial e estabilidade do emprego; em caráter mais específico, destacam-se medidas governamentais de estímulo à demanda, tais como: redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para eletrodomésticos, em novembro de 2011, para móveis, em março de 2012, e para automóveis, em maio de 2012.

Em março de 2013, o comércio varejista restrito apresentou variação de -0,1% em

relação a fevereiro. Das oito atividades, seis apresentaram resultados negativos. Já o comércio varejista ampliado, obtido pela inclusão dos grupos de atividades veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção (os quais incluem vendas no varejo e no atacado), registrou, em março, índices de crescimento de 0,2% em relação a fevereiro de 2013.

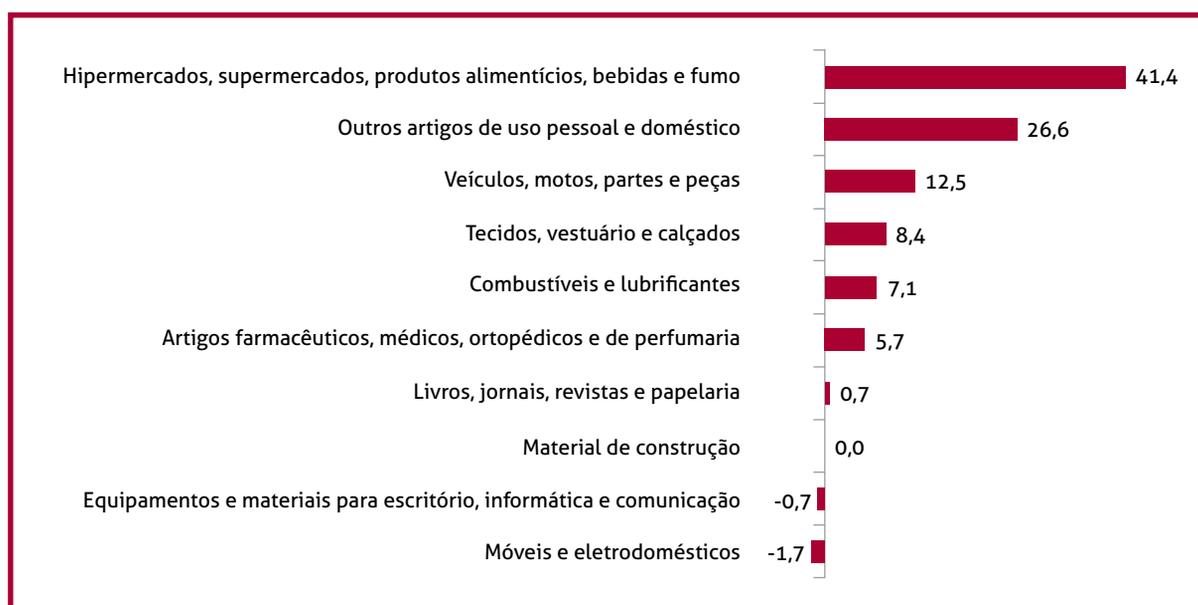
Na comparação com março de 2012, sete grupos de atividades apresentam desempenho positivo, com destaque para: outros artigos de uso pessoal e doméstico (14,9%),

tecidos, vestuário e calçados (5,9%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (-1,9%). Dos três grupos que tiveram recuo em relação a 2012, o pior desempenho coube a equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-2,2%).

No Gráfico 1, tem-se a participação percentual dos dez grupos de atividades na composição da taxa global do volume de vendas do comércio varejista ampliado em 2013, para a qual três grupos de atividades

contribuíram com 80,5%: hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (41,4%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (26,6%) e veículos, motocicletas, partes e peças (12,5%).

Segundo a LCA Setorial (2013), esses resultados mostram que o comércio varejista encerrou o primeiro trimestre em processo de desaceleração, com um viés de baixa, dirigido mais por determinantes do consumo, como estabilidade do emprego e aumento do preço dos alimentos.



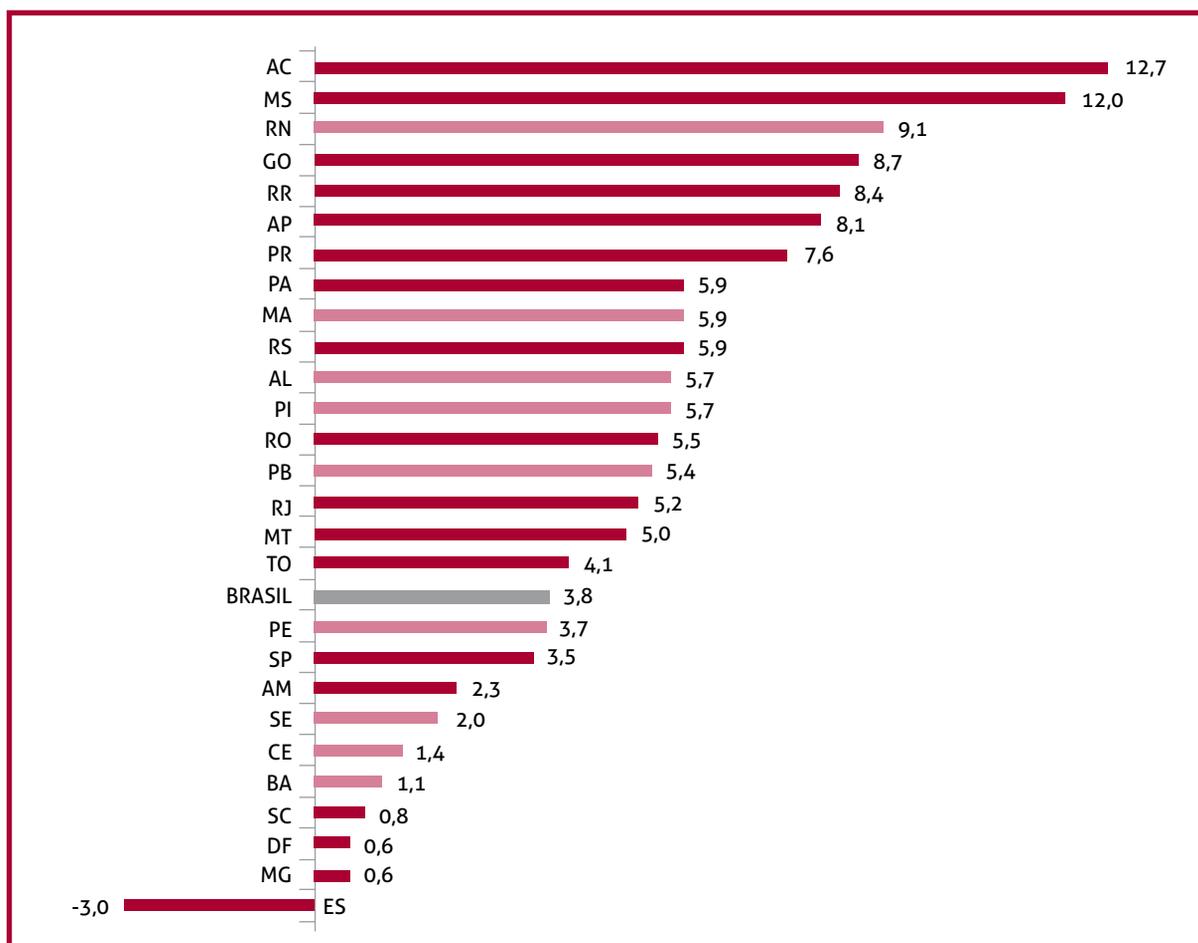
**Gráfico 1 – Percentuais de Participação das Atividades na Formação da Taxa Global – Volume de Vendas – Março 2013**

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base em IBGE (2013).

## 3.4.1 – Desempenho do Comércio no Nordeste

A PMC não agrupa o desempenho do comércio por região. Considerando o resultado acumulado em 2013 do comércio varejista ampliado, o Gráfico 2 mostra que cinco estados nordestinos tiveram desempenho superior ao do Brasil (3,8%), com destaque

para Rio Grande do Norte (9,1%), Maranhão (5,9%) e Piauí (5,7%). Entretanto, os estados de economia mais expressiva - Bahia, Pernambuco e Ceará - registraram taxas de crescimento abaixo da média nacional.



**Gráfico 2 – Crescimento Percentual Acumulado do Volume do Comércio Varejista Ampliado por Unidade da Federação – Março 2013**

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base em IBGE (2013).

## REFERÊNCIAS

IBGE. **Pesquisa mensal de comércio:** março 2013. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 maio 2013.

LCA SETORIAL. **Sinopse setorial:** indústria de bens de consumo, comércio e serviços. [S.l.], 2013.

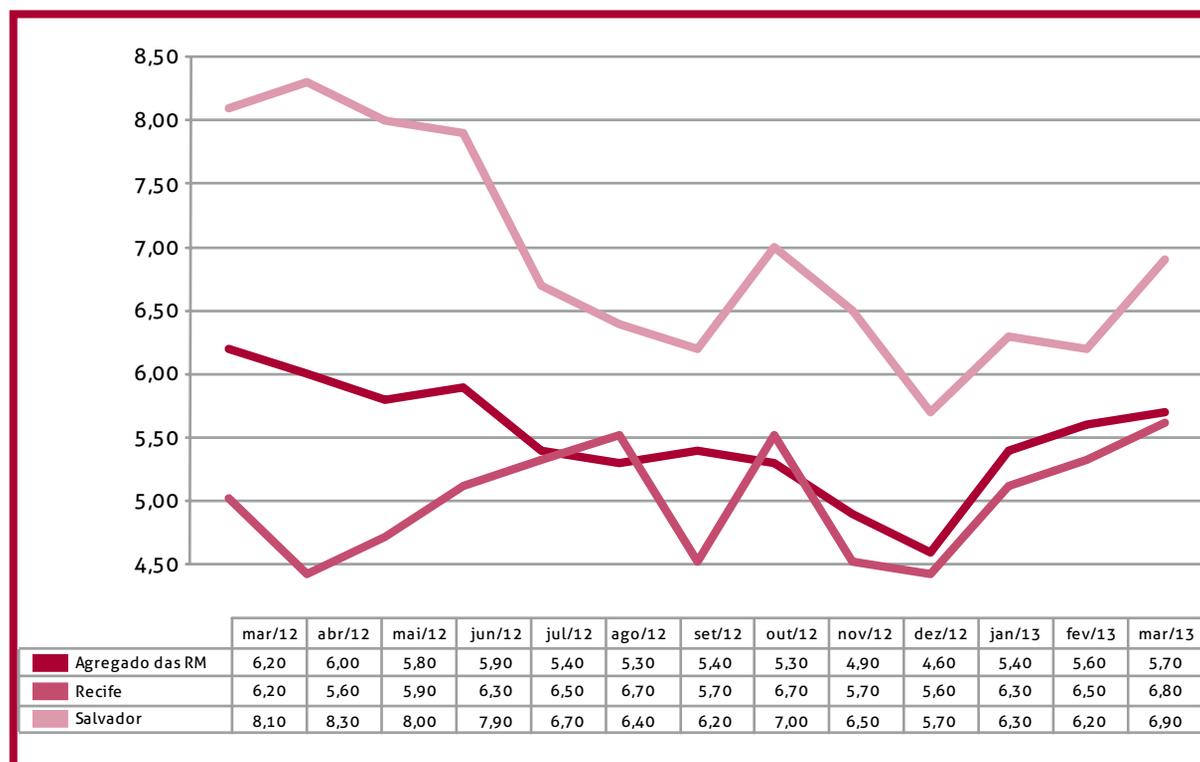


## 4 – EMPREGO E RENDIMENTO

**A**pós registrar níveis historicamente baixos em 2012, quando a taxa média de desocupação alcançou 5,5% na média do ano, a taxa de desocupação em março de 2013 demonstra estabilidade na comparação com fevereiro de 2013 para o agregado das seis regiões. (Gráfico 1). Entre março de 12 e março de 13, houve decréscimo de 8,5% no contingente de desocupados, período em que aproximadamente 127 mil pessoas deixaram esta condição. Isso significa que o mercado de trabalho brasileiro permanece aquecido a despeito do pouco dinamismo da economia nacional.

As regiões metropolitanas de Recife e Salvador registraram nos três primeiros meses do ano, um mercado de trabalho menos aquecido, quando comparado ao agregado das regiões. Recife e Salvador tiveram aumento no número de desocupados de 8,3% e 11,8%, respectivamente, frente a fevereiro último. Na comparação com março/12, Recife teve crescimento no contingente de desocupados (14,6%), enquanto em Salvador ocorreu declínio (-14,7%).

De acordo com estimativas da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), a população ocupada no agregado das regiões metropolitanas pesquisadas totalizou 22,9 milhões em março último, percebendo-se pouca alteração (-0,23%) na comparação com o mês imediatamente anterior. Em relação ao mesmo período do ano anterior, foram inseridos 276 mil trabalhadores na população ocupada, representando um crescimento de (1,22%) na população ocupada.



**Gráfico 1 – Taxa de Desocupação por Região Metropolitana**

Fonte: IBGE (2013).

A região metropolitana de Recife teve o contingente ocupado estimado em 1.608 mil pessoas (48,5% da população em idade ativa). A desagregação do total ocupado mostra que 55,6% são do sexo masculino, 64,1% estão na faixa etária de 25 a 49 anos, 63,7% têm 11 anos ou mais de estudo e 59,2% trabalham em empreendimentos com 11 ou mais pessoas. A variação em relação a fevereiro foi 3,28%, variação equivalente à registrada no mesmo período de 2012.

O total de ocupados na Região Metropolitana de Salvador, em março de 2013, foi estimado em 1.793 mil pessoas (50,8% da popu-

lação em idade ativa). Desse total, 53,5% são do sexo masculino, 65,3% tinham entre 25 a 49 anos, 66% estudaram 11 anos ou mais e 60,1% estavam empregados em empreendimentos com 11 ou mais pessoas. O total ocupado manteve-se praticamente estável em Salvador (0,1%) na comparação com fevereiro último. Em relação ao mesmo período do ano anterior, o crescimento foi de 1,8%.

Em suma, a população ocupada nas regiões metropolitanas do Nordeste caracteriza-se de forma similar ao verificado para o agregado das regiões investigadas pela pesquisa. (Tabela 1).

**Tabela 1 – População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador (%). Março/2013**

População Ocupada (%)	Total das 6 Áreas	Recife	Salvador
<b>Sexo</b>			
Masculino	54	55,6	53,5
Feminino	46	44,4	46,5
<b>Faixa Etária</b>			
10 a 14 anos	0,1	0,2	0,1
15 a 17 anos	1,4	1,0	1,3
18 a 24 anos	13,1	14	11,8
25 a 49 anos	61,9	64,1	65,3
50 anos ou mais	23,5	20,8	21,4
<b>Anos de Estudo</b>			
Sem instrução e menos de 1 ano	1,3	1,7	1,1
1 a 3 anos	2,9	3,6	3,6
4 a 7 anos	15,9	17,2	14,2
8 a 10 anos	16,1	13,4	15,1
11 anos ou mais	63,7	63,7	66
<b>Tamanho do Empreendimento</b>			
1 a 5 pessoas	32	35,1	34,6
6 a 10 pessoas	5,2	5,7	5,3
11 ou mais pessoas	62,8	59,2	60,1

Fonte: IBGE (2013).

A segmentação da população ocupada por setor de atividade capta mudanças dentro dos setores produtivos, antecipando recuperação ou perda de dinamismo das atividades. As mudanças nas participações nos grupamentos de atividades sinalizam algumas dessas mudanças. (Tabela 2). Nesse sentido, a comparação interanual mostra

redução na população ocupada na indústria (-1,7%) e construção civil (-2,7%), ao passo que registra crescimento no comércio (1,2%) e nos serviços (3,0%) para o agregado das regiões.

Recife apresentou variação no desempenho setorial distinto do agregado, com crescimento interanual da indústria (3,26%),

construção (14,66%) e comércio (3,56%), e queda no setor de serviços (-7,14%).

A Região Metropolitana de Salvador segue o comportamento observado para o

agregado das regiões, registrando queda no pessoal ocupado na indústria (-1,74%) e construção (-2,74%) e crescimento nas ocupações do comércio (1,20%) e dos serviços (3,03%) na comparação interanual.

**Tabela 2 – População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador (%), segundo Grupamento de Atividades. Março 2012/2013.**

Grupamentos de Atividade	TODAS 6 RMs		RECIFE		SALVADOR	
	% População Ocupada		% População Ocupada		% População Ocupada	
	mar/12	mar/13	mar/12	mar/13	mar/12	mar/13
Indústria	16,5	16	11,8	11,8	9,3	8,8
Construção	7,9	7,6	7,5	8,3	10,1	9,3
Comércio	18,7	18,7	23,2	23,5	20,6	20,9
Serviços prestados às empresas	16	16,3	17,1	15,4	16,2	16,5
Educação, saúde e adm. Pública	16	16,7	17,1	18,5	19,1	18,1
Serviços domésticos	6,6	6,2	7,3	6,5	6,5	7,4
Outros Serviços	17,8	18	15,1	15,7	17,7	18,2

Fonte: IBGE (2013).

A distribuição da população ocupada<sup>1</sup> por posição na ocupação mostra que o contingente de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado vem registrando aumento de participação ao longo dos últimos anos, em contrapartida diminuiu a participação dos empregados sem carteira. Em março de 2013, o número de empregos com carteira foi estimado em 12,1 milhões, correspondendo a 49,9% da população ocupada, enquanto a população ocupada sem carteira era de 2,4 milhões. (Tabela 3).

No âmbito regional, também se observa incremento na participação dos empregados com carteira na população ocupada no período de março de 2005/13, em detrimento da redução do emprego sem carteira. Em março último, o contingente ocupado com carteira e sem carteira correspondia, respectivamente, a 46% e 10,7% da popu-

lação ocupada (1.608 mil) na Região Metropolitana de Recife. Para a população ocupada na Região Metropolitana de Salvador (1.793 mil pessoas), as participações do emprego com e sem carteira foram estimadas em 46,7% e 10,5%, respectivamente.

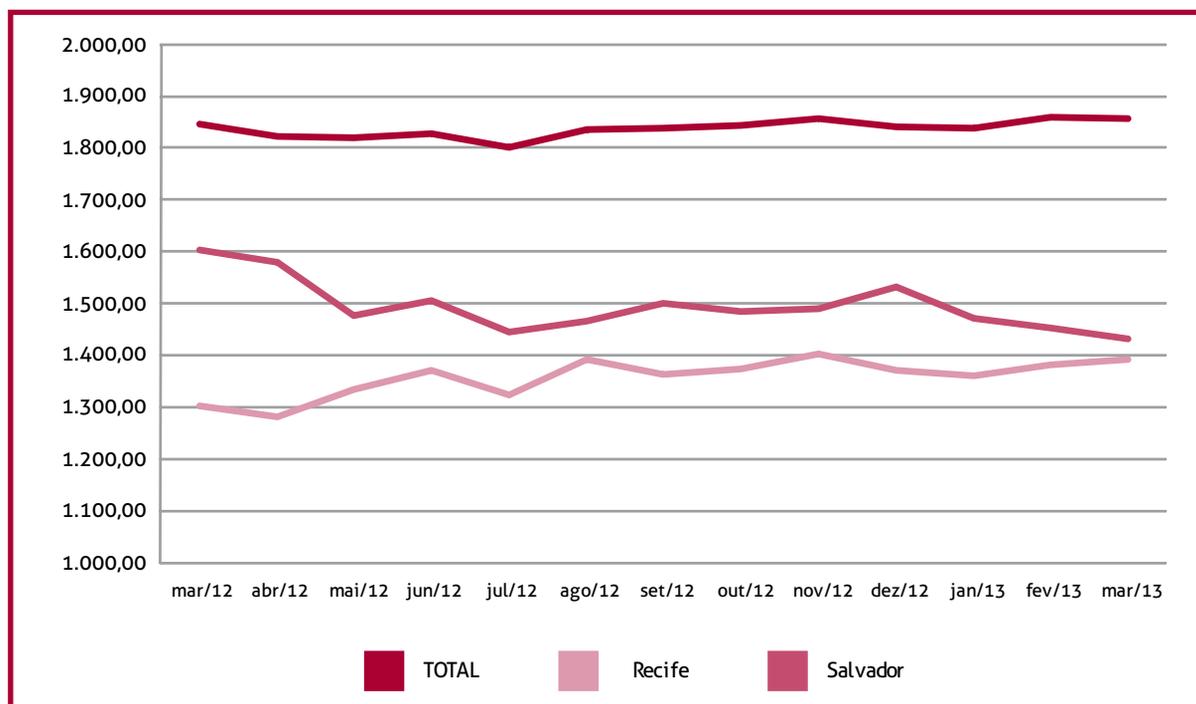
No que se refere ao rendimento médio real habitual, a PME traz para o agregado das Regiões Metropolitanas (RMs) um crescimento de apenas 0,57% frente a março/12. Em Recife, a variação foi mais expressiva (6,81%), mas em Salvador os rendimentos tiveram redução de -10,71% na comparação com março/12. Esses resultados confirmam a tendência à estabilização do rendimento real para o ano de 2013, anunciada na conjuntura anterior. A estabilidade no rendimento real pode ser atribuída em parte aos menores ganhos do salário mínimo em 2013 e à aceleração da inflação acumulada no período, uma vez que ambos dificultam a obtenção de ganho real entre um dissídio e outro.

1 A distribuição da população ocupada por posição na ocupação divide-se, ainda, em militares e funcionários públicos, trabalhadores por conta própria e empregadores.

**Tabela 3 – Empregados no Setor Privado (%) - Março 2005/2013**

Mês/Ano	Todas 6 RM		RM Recife		RM Salvador	
	com carteira	sem carteira	com carteira	sem carteira	com carteira	sem carteira
mar/05	40,3	15,5	35,8	14,0	36,9	12,7
mar/06	41,2	14,5	35,1	14,6	35,2	14,1
mar/07	41,7	14,0	35,5	14,3	36,6	13
mar/08	43,8	13,2	38,3	11,8	39,6	12,2
mar/09	44,5	12,5	39,0	10,8	40,4	11,9
mar/10	46,0	12,2	41,1	11,3	42,1	10,9
mar/11	48,2	11,4	44,6	10,9	44,3	11,2
mar/12	49,2	10,7	45,4	10,5	47,2	9,7
mar/13	49,9	9,8	46,0	10,7	46,7	10,5

Fonte: IBGE (2013).



**Gráfico 2 – Rendimento Real Habitual Médio (em R\$) – Março de 2012 a Março de 2013**

Fonte: IBGE (2013).

## 4.1 – Considerações Adicionais sobre Emprego Formal

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego, é possível observar que, no 1º trimestre de 2013, a geração líquida de emprego formal, foi inferior a 2012. (BRASIL, 2013a, 2013b).

Para o mês de março, a geração de postos de trabalho foi inferior ao ano anterior: 119.329 postos, em 2013, contra 177.592 em 2012. Conforme dito na edição passada, o Brasil está vivendo uma desaceleração na geração de empregos formais.

A Região Nordeste do País, que também experimentou desaceleração no ritmo de crescimento econômico, seguiu trajetória semelhante no período de 2011 a 2013. No 1º trimestre de 2013, foram retirados 64.821 postos de trabalho na Região, resultado de uma queda frente ao resultado alcançado em 2012, onde foram retiradas 1.716 vagas de trabalho na comparação dos últimos anos. Vale destacar que a Região Nordeste também registra contínua perda de participação na geração de novas vagas de trabalho celetista no País desde 2010. O Gráfico 3 mostra a evolução do saldo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) regionalmente para o intervalo de 2009/2012, onde se percebe que o Nordeste apresentou a pior marca de geração de emprego nos anos apresentados.

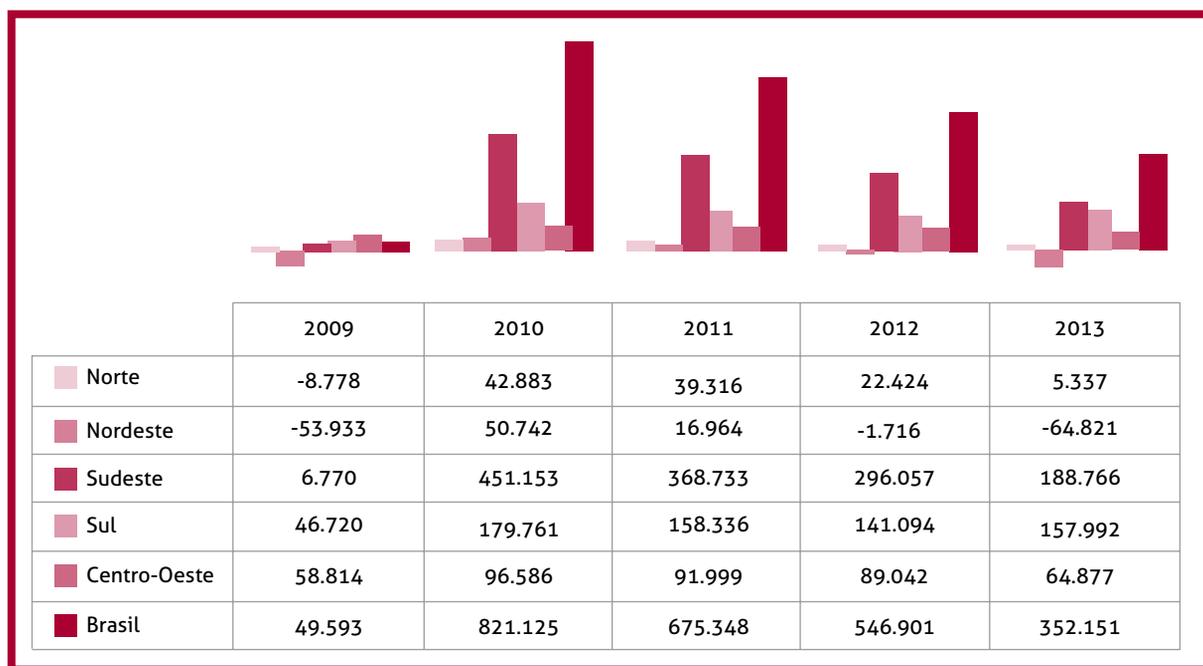
Historicamente, os efeitos sazonais são responsáveis pela queda do saldo líquido de emprego formal no início do primeiro trimestre do ano. É possível relacionar, portanto, a piora do mercado de trabalho no início deste ano a um aumento dos desligamentos, influenciados, por sua vez, pela decepção com a demora pela retomada do crescimento eco-

nômico e com a perda da confiança dos empresários. Nos setores comércio e serviços, é comum o fechamento líquido de postos de trabalho no início do ano. O mês de janeiro configurou-se como o de pior resultado desde 2009; já em fevereiro, a geração de emprego começou mostrar bons resultados, devido ao bom desempenho do setor de serviços e da recuperação da indústria. No mês de março, ocorreu um leve crescimento, assim mostrando recuperação na geração de novos postos de trabalhos, que nos leva a crer que a retomada de contratações se dará a partir de abril.

Apenas os estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Piauí apresentaram saldos positivos bem significativos de postos de trabalhos, 2.719, 570 e 725, respectivamente, para o mês de março. Entretanto, no acumulado do ano, o saldo é positivo apenas para a Bahia, com saldo líquido de 4.892 novos postos de trabalho.

A discriminação geográfica e setorial do saldo de empregos acumulados no ano (Tabela 5) indica que, em âmbito nacional, o setor de serviços foi responsável por mais da metade (53,97%) do total, seguido pela indústria de transformação (32,19%) e construção civil (25,01%). Entre as regiões, o Sudeste participa com 53,60% do saldo nacional.

Destaque para o setor da indústria que, com os incentivos do Governo Federal, as desonerações da folha salarial e com a desvalorização cambial, ganha competitividade frente a seus parceiros comerciais, gerando assim mais empregos.

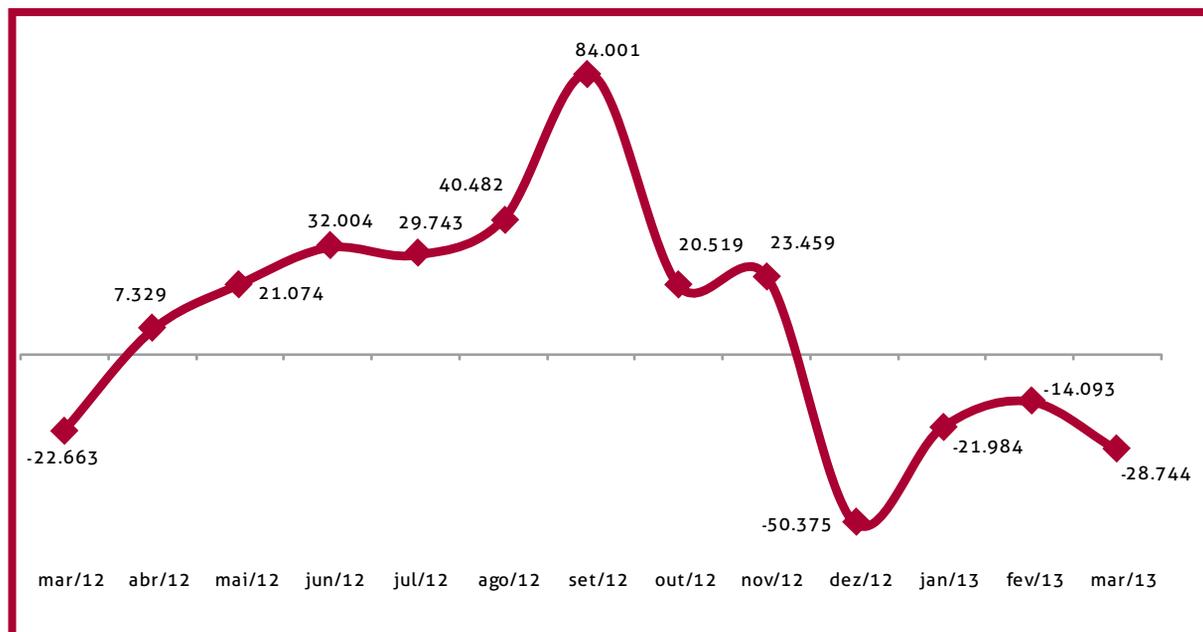


### Gráfico 3 – Brasil e Regiões – Evolução do Saldo de Empregos 2002-2012

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2013a, 2013b).

\* Série ajustada.

\*\* Dados ajustados com as declarações fora do prazo que chegaram até setembro de 2012.



### Gráfico 4 – Nordeste – Evolução do Saldo do Emprego Formal – Mensal – Mar/12 a Mar/13

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2013).

\* Série ajustada.

**Tabela 4 – Nordeste e Estados – Saldo do Emprego Formal – 2012 e 2013**

Nordeste e Estados	Resultado Mensal Março		Acumulado no Ano (Jan - Mar)	
	2012	2013	2012	2013
Nordeste	- 22.663	- 28.744	-1.716	- 64.821
Maranhão	-275	- 88	1.468	- 2.912
Piauí	1.328	725	3.503	- 87
Ceará	-300	- 701	2.494	- 4.644
Rio Grande do Norte	1.430	570	- 557	- 2.830
Paraíba	-2.728	- 1.946	- 4.358	- 7.170
Pernambuco	-7.634	- 11.658	- 4.977	- 25.027
Alagoas	-20.746	- 15.121	- 22.572	- 24.325
Sergipe	198	- 3.244	4.317	- 2.718
Bahia	6.064	2.719	18.966	4.892

**Fonte:** Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2013a, 2013b).

\* Série ajustada.

No acumulado do ano de 2013, os setores da economia regional apresentaram desempenho não muito satisfatório, apenas os setores serviços, construção civil, serviços

industriais de utilidade pública e administração pública, tiveram saldo positivo. A análise por Estado mostra que, em alguns segmentos, os resultados também foram aquém do esperado.

## REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **CAGED**: ajustes 2013. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_fora\\_do\\_prazo/index.htm](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_fora_do_prazo/index.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2013a.

\_\_\_\_\_. **CAGED 2013**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 3 jun. 2013b.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**: março 2013. [S.l.], 2013. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Emprego/fasciculo\\_indicadores\\_ibge/2013/pme\\_201303pubCompleta.pdf](http://www.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2013/pme_201303pubCompleta.pdf)>. Acesso em: 2013.

Tabela 5 – Brasil, Regiões e Estados do Nordeste – Evolução do Saldo do Emprego Formal – Janeiro a Dezembro 2012 Fonte:

Brasil, Regiões e Estados.	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	SIUP	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária
Brasil	1.520	113.372	5.169	88.092	-58.442	190.058	21.300	-8.918
Sudeste	805	77.183	3.379	49.617	-42.066	99.671	11.369	-11.192
Sul	273	76.140	66	12.928	3.051	49.946	7.817	7.771
Centro-Oeste	363	13.593	573	10.347	1.373	25.582	425	12.621
Norte	87	1.344	-15	4.462	-4.890	3.112	810	427
Nordeste	-8	-54.888	1.166	10.738	-15.910	11.747	879	-18.545
Maranhão	-13	172	70	-1.712	-1.204	849	142	-1.216
Piauí	-21	-108	-46	809	-673	405	5	-458
Ceará	26	1.981	102	539	-3.345	-2.495	903	-2.355
Rio Grande do Norte	-195	-1.721	-72	243	-20	1.495	4	-2.564
Paraíba	4	-5.786	-37	-35	-339	2.517	-11	-3.483
Pernambuco	41	-23.357	782	6.218	-5.101	1.802	-57	-5.355
Alagoas	12	-23.944	154	92	-818	668	-33	-456
Sergipe	3	-1.578	151	583	-516	1.723	-18	-3.066
Bahia	135	-547	62	4.001	-3.894	4.783	-56	408

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2013a).

\* Série ajustada.

## 5 – SETOR EXTERNO

No primeiro trimestre de 2013, o saldo da balança comercial brasileira foi de US\$ -5,156 bilhões, resultantes de US\$ 50,836 bilhões exportados e US\$ 55,992 bilhões de importações. Ao analisarem-se as séries anuais do comércio internacional de bens do país, constata-se que, desde 2000, não é registrado déficit na balança comercial. Ademais, neste século, apenas em duas ocasiões anteriores houve declínio anual das exportações: em 2009 (-22,7%), resultante do impacto da crise financeira internacional, e em 2012 (-5,3%).

Os valores exportados até março de 2013 registraram redução em todos os segmentos: básicos (-8,4%), semimanufaturados (-3,4%) e manufaturados (-8,2%). Os produtos básicos tiveram seu comportamento influenciado pelo atraso dos embarques e, para o restante do ano de 2013, estes devem permanecer desfavorecidos pelo declínio do preço de algumas commodities agrícolas e pela coincidência temporal do escoamento da safra do hemisfério norte com parte da venda dos produtos brasileiros. O comportamento da renda mundial, com baixo crescimento europeu e a redução da taxa de expansão da China, maior comprador das exportações nacionais, também prejudicaram as exportações brasileiras.

As importações tiveram aumento de 6,3%, no acumulado do primeiro trimestre, com incremento em bens de capital (8,0%), bens intermediários (3,4%), bens de consumo não duráveis (5,1%) e combustíveis (27,5%). Apenas o grupo de bens de consumo duráveis (-23,0%) teve declínio no período em análise.

A análise dos fluxos comerciais regionais do Nordeste revela que houve tendência de incremento de déficit da Região, que alcançou o maior déficit comercial do século (US\$ -7.225,9 milhões) em 2012.

Já no primeiro trimestre de 2013, o Nordeste permaneceu com déficit comercial (US\$ -4.282,6 milhões) sendo este oriundo de queda das exportações (US\$ 3.560,2 milhões) de 26,5% e crescimento das importações (US\$ 7.842,9 milhões) de 24,6%, na comparação com igual período de 2012.

Constata-se que a pauta comercial das exportações nordestinas não teve significativas alterações qualitativas nos últimos quatro anos. As maiores mudanças ocorreram no ano de 2009, quando, ainda que se mantivessem os mesmos principais capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) na pauta de exportação, constata-se a queda de posição relativa de produtos industrializados como veículos e automóveis e o crescimento de bens ligados ao sistema agroindustrial como pastas de madeiras e outras matérias fibrosas.

No ano de 2012, há outra novidade: crescem as vendas do capítulo embarcações e estruturas flutuantes, decorrentes da presença do Estaleiro Atlântico Sul, no estado de Pernambuco, inaugurado em 2008.

Em 2013, de janeiro a março, a participação dos principais capítulos da NCM nas exportações nordestinas está descrita no Gráfico 1.

As exportações nordestinas tiveram como principal destino: Estados Unidos (14,6%),

China (9,6%), Argentina (9,4%), Holanda (6,8%), Canadá (5,0%), México (3,6%), Rús-

sia (3,3%) Antilhas Holandesas (2,9%), Espanha (2,9%) e Alemanha (2,7%).

As exportações do Nordeste foram concentradas não somente em capítulos da NCM, mas também em principais empresas exportadoras: Braskem (8,7%), Petrobrás (7,2%), Bahia Sul Celulose S.A. (6,2%), Paranapanema S.A. (5,6%), Ford Motor Company Brasil Ltda. (4,7%), Copertrading Comércio Exportação e Importação S.A. (4,6%), Alcoa World Alumina Brasil Ltda. (3,4%), Veracel Celulose S.A. (3,0%), Bahia Specialty Celulose S.A. (2,5%) e Usina Caeté (2,1%). Dentre as principais exportadoras, apenas Braskem (crescimento de 16,3%), Bahia Celulose (38,2%), Paranapanema S.A. (5,0%) e Ford Company Brasil Ltda. (14,4%) tiveram incremento nas exportações.

No que concerne às importações, a análise dos principais produtos importados revela que 52% das importações foram combustíveis (gasóleo, querosenes de aviação, outras gasolinas exceto para aviação, butanos liquefeitos, gás liquefeito de petróleo, gás natural liquefeito); 22,7%, insumos industriais; 12,2%, bens de capital; 7,1%, bens de consumo e 6%, bens intermediários para a indústria de alimentos e bebidas, para a indústria de transporte e outras. Do total de bens de consumo importados, 41% referem-se a automóveis e/ou motos.

Estados Unidos (27,1%), Argentina (8,7%), China (7,6%), Índia (7,4%), Holanda (5,5%), Coreia do Sul (4,3%), Chile (4,0%), Argélia (3,4%), Antilhas Holandesas (2,7%) e México (2,6%) se constituíram no grupo de países de origem da maior parte das importações nordestinas no primeiro trimestre de 2013.

Em maio de 2013, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) revelou que incentivará, por financiamentos e informações, as exportações brasileiras para o continente africano. O Nordeste tem posição privilegiada para incrementar os fluxos comerciais com a África. Atualmente, de país africano, somente a Argélia aparece dentre os principais parceiros comerciais nordestinos. Desta forma, surge a oportunidade do Nordeste vir a ser beneficiado pela nova política do BNDES. (SINDICATO..., 2013).

O exame do comércio de cada unidade federativa da Região, com ênfase nos principais produtos exportados, pode lançar luz sobre a situação regional.

## Alagoas

Apenas três estados nordestinos registraram superávit comercial no primeiro trimestre de 2012: Alagoas, Bahia e Rio Grande do Norte. Alagoas destacou-se com maior superávit da balança comercial: US\$ 314,9 milhões, muito embora tenha apresentado declínio(-14,9%) tanto nos valores exportados (US\$ 417,3 milhões), como nos importados (-15,2%; US\$ 102,4 milhões).

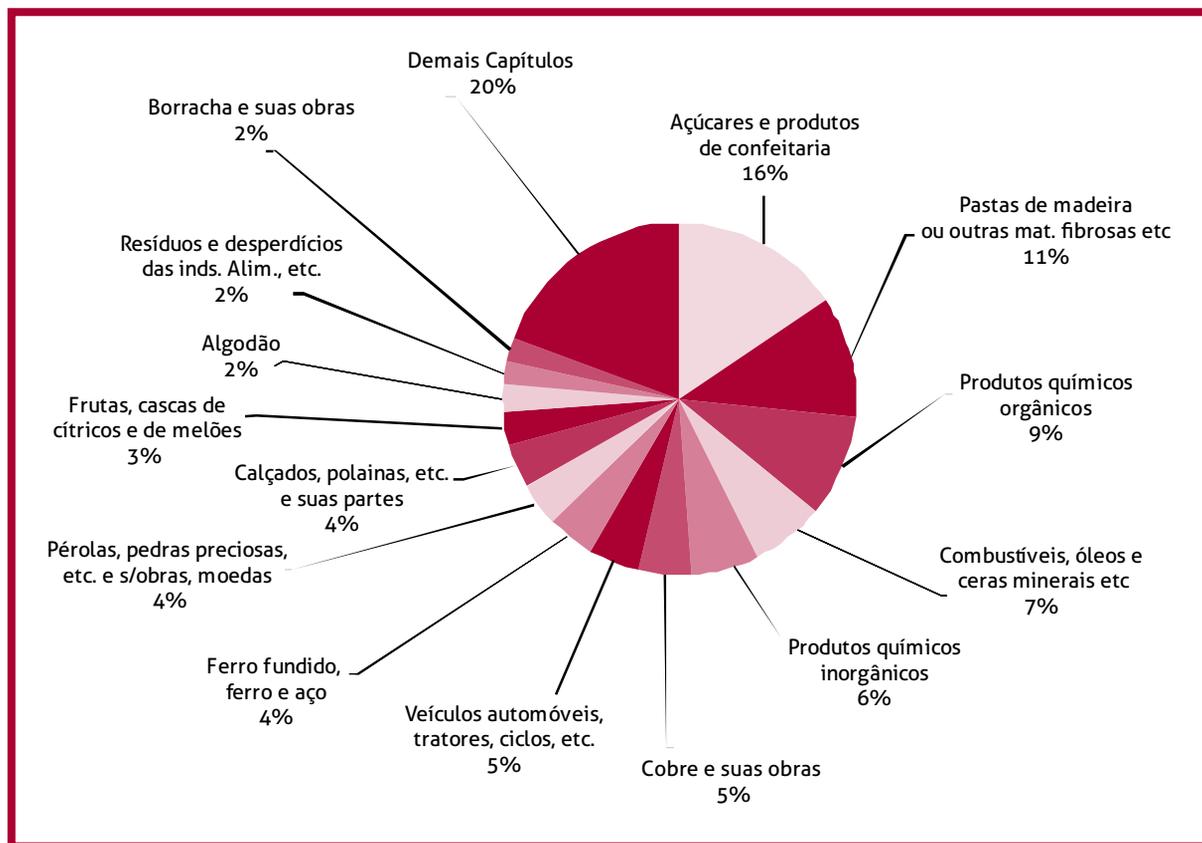
Quase a totalidade da pauta de exportação alagoana concentrou-se em açúcares (US\$ 390,3 milhões) e álcool etílico (US\$ 24,6 milhões), com quedas em relação a 2012 de -12% e -44%, respectivamente.

Este desempenho pode ser explicado pelo declínio de preços do açúcar ao longo de 2012 (-18%).

Para 2013, a previsão é de preços ainda menores do açúcar, ainda que haja expectativas de aumento dos preços do etanol em virtude da mistura do etanol anidro no combustível mudar de 20 para 25% no mercado interno. (AGROCLIMA..., 2013).

## Bahia

A Bahia, estado que detém 57% do total exportado pela Região, obteve, nos três meses iniciais de 2013, o segundo maior superávit da balança comercial: US\$ 185,8 milhões. Entretanto, houve queda (-20,6%) nos montantes exportados (US\$ 2.028,0 milhões) e nas importações baianas (-6,4%; US\$ 1.842,2 milhões) relativamente ao primeiro trimestre de 2012.



**Gráfico 1 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste – Janeiro / Março de 2013**

Fonte: Brasil (2013a).

Pastas de madeiras e outras matérias fibrosas (US\$ 393,4 milhões) foi o principal capítulo exportado pelo Estado e segundo maior do Nordeste, com incremento de 4%, na comparação com janeiro a março de 2012.

Na Bahia, há previsão de expansão da atividade de celulose nos territórios da Costa do Descobrimento e no Extremo Sul, estimada em R\$ 10 bilhões nos próximos anos. Consoante o Secretário do Planejamento, Sérgio

Gabrielli "com a implantação do Porto Sul, o fluxo de cargas de minerais e celulose deverá ser alterado, já que hoje a produção escoava, principalmente pelo Espírito Santo ao invés da Bahia". (CRESCIMENTO..., 2013).

As vendas de produtos químicos orgânicos (US\$ 329,3 milhões) cresceram 11% no período em análise. Propeno (US\$ 68,4 milhões), P-xileno (US\$ 53,8 milhões) e Benzeno (US\$ 46,4 milhões) foram os produtos

de maior destaque no capítulo, com taxas de expansão respectivas de 15, 28 e 43%.

Combustíveis, óleos e ceras minerais, etc. (US\$ 230,3 milhões) foi o capítulo a ter a maior redução (-66%) em suas vendas, comparativamente a 2012, sendo decisivo para a queda das exportações baianas.

Cobre e suas obras (US\$ 173,4 milhões) teve aumento de 1% nos valores exportados, apesar do declínio das quantidades embarcadas, compensada pelo aumento do preço do produto (relativamente a 2012) no mercado internacional. Analistas têm expectativas de que não ocorrerão grandes valorizações nos preços dos metais em 2013, inclusive no preço do cobre. Estas previsões se alicerçam na declaração do governo da China (maior consumidora de metais do globo) onde afirma que tomará medidas para desacelerar o mercado imobiliário do país. (METAIS..., 2013).

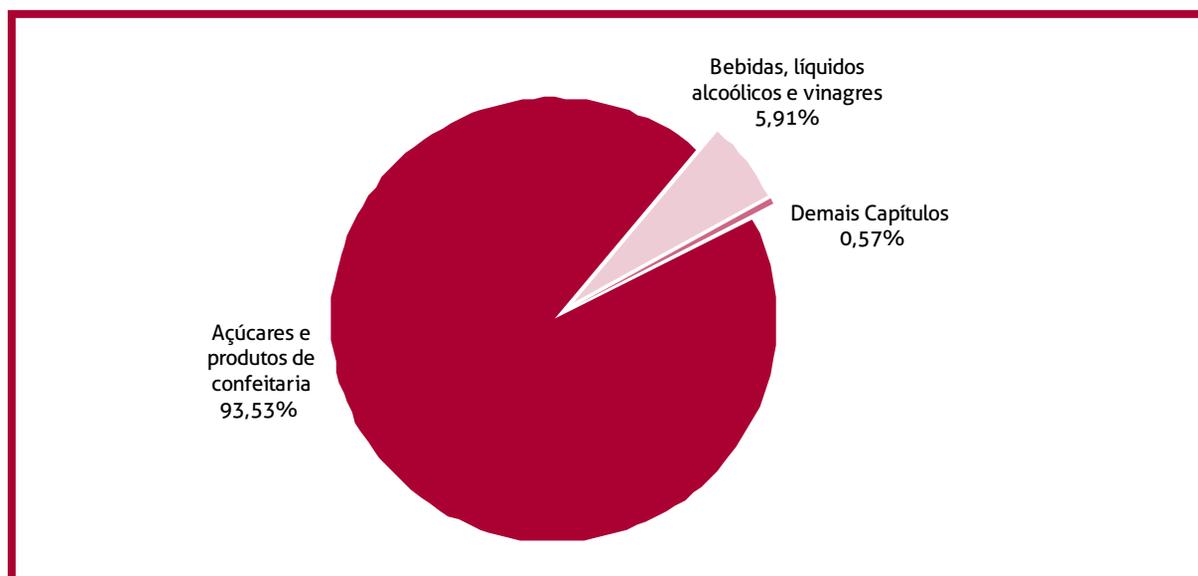
Veículos automóveis, tratores, ciclos, etc. (US\$ 164,5 milhões) aumentaram 15% as vendas internacionais.

Pérolas, pedras preciosas, etc., e s/obras, moedas (US\$ 122,1 milhões; declínio de 18%) teve como principal produto exportado ouro que sob a forma de bulhão dourado para uso não monetário (US\$ 45,2 milhões) ou de ouro em barras, fios (US\$ 42,3 milhões).

Resíduos e desperdícios da indústria alimentícia (US\$ 74,6 milhões) envolve apenas um produto - bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja e teve incremento de 14% no primeiro trimestre de 2013. A partir de abril, com o início do embarque da safra de soja, deve se verificar maior participação do grão nas pautas baiana e nordestina, bem como uma redução na taxa das exportações baianas, relativamente a 2012.

Borracha e suas obras (US\$ 69,6 milhões) apresentaram queda de 20% e pneus novos para veículos de passageiros (US\$ 50,9 milhões) foi o principal produto do referido capítulo.

## Ceará



**Gráfico 2 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas – Janeiro / Março de 2013**

Fonte: Brasil (2013a).

No acumulado do ano até março, o Ceará registrou o terceiro maior déficit comercial no Nordeste (US\$ -525,8 milhões). Esta cifra foi decorrente de decréscimo de 16% nos valores exportados (US\$ 275,6 milhões) e incremento de 31,9% nas importações (US\$ 801,5 milhões).

Dentre os seis principais capítulos exportados pelo Ceará, apenas um - máquinas aparelhos e materiais elétricos etc. (US\$ 13,6 milhões) registrou aumento nos valores exportados (1.400%).

Calçados, polainas, etc. e suas partes (US\$ 81,4 milhões), o principal capítulo exportado pelo Estado, teve queda de receita de 21%, decorrente tanto de declínio no preço como nas quantidades vendidas. Cumpre ressaltar que a tendência cadente das exportações cearenses de calçados já se manifesta há pelo menos, quatro anos. Em 2008, o Ceará chegou a exportar 57 milhões de pares. Em 2012, este número caiu para 48 milhões.

A Abicalçados anuncia as dificuldades enfrentadas pelo setor calçadista em nível nacional. De fato, constata-se o crescimento das importações de peças de calçados (cabedais) oriundos principalmente, da China, Índia, Paraguai e Indonésia. Empresários do setor já alertam para a possibilidade do saldo comercial do setor, que tem se apresentado superavitário neste século, vir a tornar-se deficitário em breve. (ASSOCIAÇÃO..., 2013).

Frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 57,5 milhões) teve como principais produtos vendidos: castanha de caju (US\$ 26,4 milhões), melões frescos (22,9 milhões) e bananas frescas (US\$ 4,2 milhões). Houve crescimento tanto nas exportações de melões (20%) como de bananas (79%), enquanto castanha de caju reduziram-se em 41%.

Peles (exceto peleteria), e couros (US\$ 41,3 milhões), cuja principal empresa exportadora é a Bermas Indústria e Comércio de Couro Ltda., teve declínio de 14% nos valores exportados.

Ressalte-se que, a exportação de peles de ovinos e caprinos pelo Estado foi prejudicada em virtude da seca que assolou a Região Nordeste em 2012 e 2013. O rebanho dos animais perdeu peso e, na busca por alimentação em pastos mais e mais distantes, teve suas peles danificadas pela vegetação típica da Região: a caatinga. (EXPORTAÇÃO DE COURO..., 2013).

Gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais (US\$ 15,9 milhões), cuja quase totalidade (US\$ 15,4 milhões) é decorrente de vendas de ceras vegetais, obteve decréscimo de 47%, comparativamente ao primeiro trimestre de 2012. O Ceará, assim como o estado do Piauí foi afetado pela queda do preço da cera de carnaúba.

## Maranhão

O déficit no comércio exterior maranhense foi, em termos quantitativos, igual a 49,9% do déficit no Nordeste. O Estado exportou US\$ 445,6 milhões (crescimento de 27,1%) e importou US\$ 2.582,7 milhões (expansão de 38,9%) nos três meses iniciais de 2013.

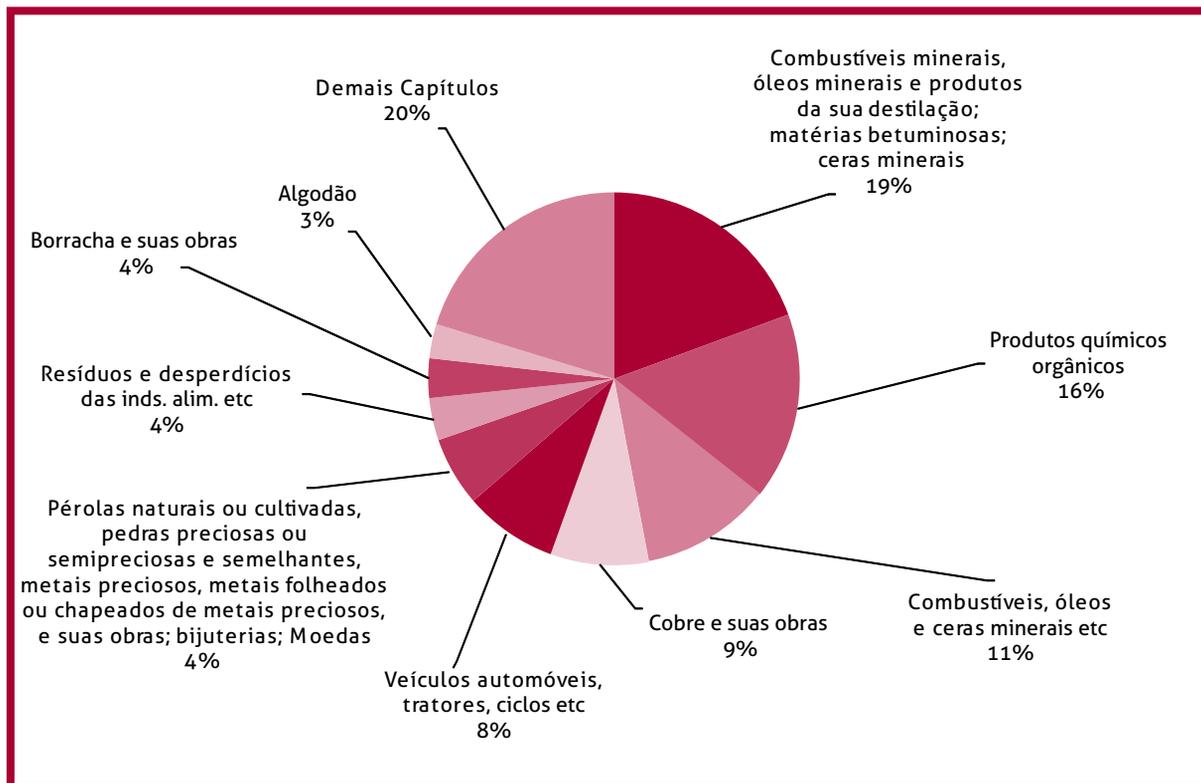
Ressalte-se que as importações do Maranhão chegam a 32,9% do total regional e que a maior parte delas (mais de 70%) foi realizada pela Petrobrás.

O Maranhão tem como principais exportadoras empresas vinculadas ao minério de ferro e alumínio. No primeiro trimestre de 2013, destacaram-se: Alcoa World Alumina Brasil Ltda., Companhia Siderúrgica Vale do

Pindaré, Alcoa Alumínio S.A., e BHP Billiton Metais S.A..

A despeito da queda do preço da alumina calcinada (-1%), único produto exportado no

capítulo produtos químicos inorgânicos (US\$ 206,4 milhões), houve incremento de 16% nas receitas. Ferro fundido, ferro e aço (US\$ 126,6 milhões) teve declínio de 13% de suas vendas apesar da expansão de 20% no quantum exportado.



**Gráfico 3 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia – Janeiro/ Março de 2013**

Fonte: Brasil (2013a).

### Paraíba

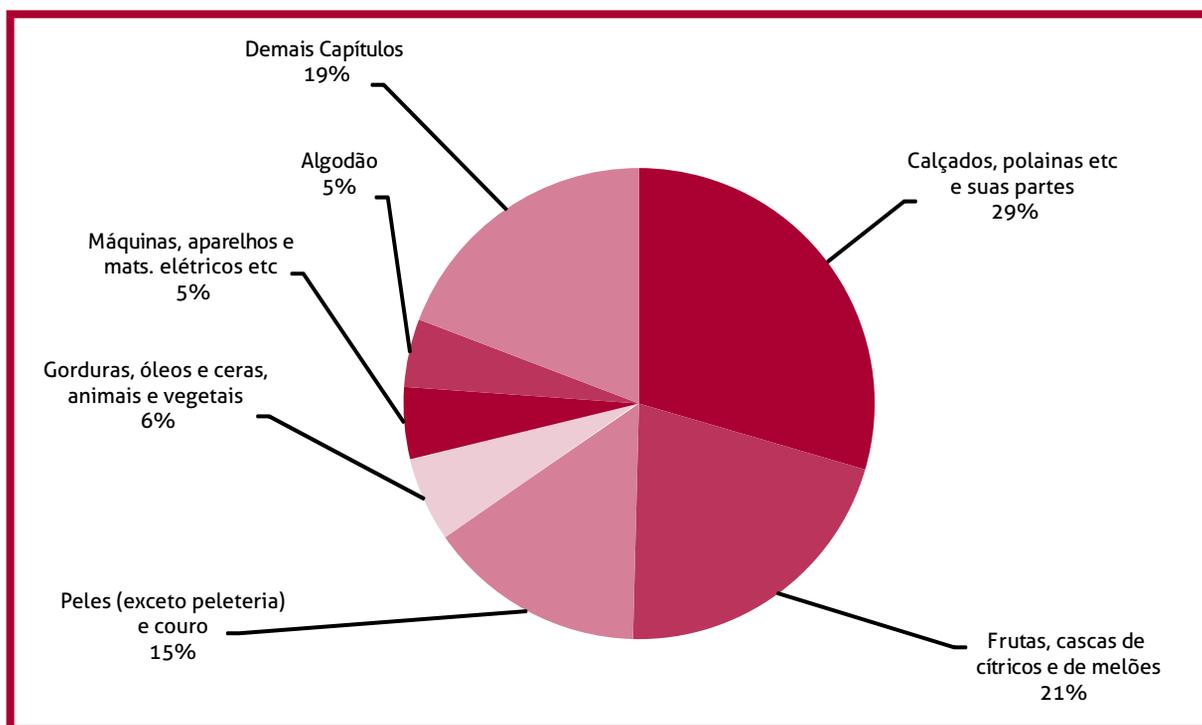
As vendas da Paraíba (US\$65,7 milhões) ao exterior tiveram queda de 17,9%, enquanto as importações (US\$186,3 milhões) expandiram-se 26,4%, resultando em déficit de balança comercial de US\$ 120,6 milhões.

Calçados etc. polainas e suas partes (US\$ 33,9 milhões) obteve aumento de 13% nos valores exportados no período em análise.

As exportações de açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 16,3 milhões) se constituem em capítulo que deve ser examinado conjuntamente com bebidas, líquidos alcoólicos e

vinagres (US\$ 5,2 milhões) uma vez que os dois fazem parte do complexo agroindustrial da cana-de-açúcar. Os produtores de cana processam mais açúcar ou álcool conforme o preço oscila favoravelmente para um ou outro produto. Conforme já explicitado, para o estado de Alagoas, houve queda de preços no mercado internacional de açúcar. A Paraíba também exportou menores quantidades, o que levou à queda nas cifras vendidas da ordem de 36%. Já no caso do álcool, o declínio das exportações foi de 67%.

### Pernambuco



**Gráfico 4 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará – Janeiro / Março de 2013**

Fonte: Brasil (2013a).

O estado de Pernambuco teve o segundo maior déficit comercial dentre as unidades federativas do Nordeste (US\$ 1.951,6 milhão). As exportações pernambucanas (US\$ 214,8 milhões) reduziram-se em 66%, na comparação com o primeiro trimestre de 2012. Já as importações (US\$ 2.166,4 milhões) apresentaram o segundo maior crescimento das compras realizadas pelos estados nordestinos: 48%.

Açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 135, 9 milhões) foi o principal capítulo exportado e manteve praticamente a mesma receita do primeiro trimestre de 2012 (US\$ 136,3 milhões), a despeito do declínio do preço do açúcar no mercado internacional.

Plásticos e suas obras (US\$ 21,0 milhões) registrou queda de 22%, sendo exportados US\$ 8,5 milhões em tereftalato de polietileno em forma primária; US\$ 6,5 milhões em outras

chapas de outros plásticos, estratificadas; US\$ 3,3 milhões em outras chapas etc. tereftalato de polietileno e US\$ 2,7 milhões em outros.

O capítulo máquinas, aparelhos e materiais elétricos etc.(US\$ 12, 4 milhões) subiu a receita em 7% através das exportações de acumuladores elétricos de chumbo (US\$ 6,3 milhões) e outros quadros com aparelho interruptor de circuito elétrico (US\$ 4,6 milhões).

Cumprе ressaltar que, no ano de 2012, o principal capítulo das exportações pernambucanas foi "embarcações e estruturas flutuantes" (US\$ 404,8 milhões) com produto integralmente destinado à Holanda e que colocou o estaleiro Atlântico Sul S.A., inaugurado em 2008, como detentor de 30,7% das exportações do Estado. Desta maneira, ainda pode ocorrer incremento significativo das vendas externas de Pernambuco em função

do desempenho comercial do estaleiro ao longo de 2013.

## Piauí

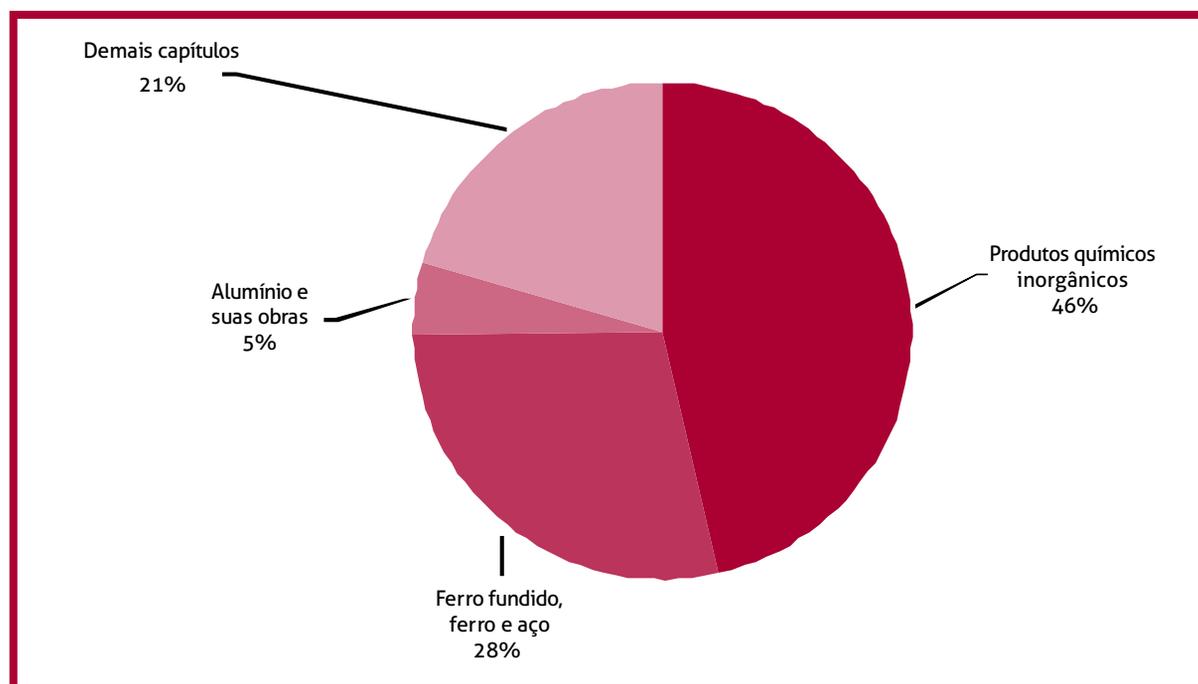
Dentre os estados do Nordeste, o Piauí representa a menor corrente de comércio, com US\$ 20,4 milhões de exportações e US\$ 45,1 milhões de importações, com taxas de variação respectivas de -10,5% e 105%.

Três capítulos, cada um com apenas um produto, abrangem quase a totalidade da pauta exportadora piauiense: gorduras, óleos e ceras animais e vegetais (ceras vegetais, US\$ 9,3 milhões e aumento de 13%, apesar

da queda do preço da cera de carnaúba); cereais (milho em grão, exceto para semeadura, US\$ 4,1 milhões e declínio de 36%); algodão (algodão simplesmente debulhado, não cardado nem penteado, US\$ 4,0 milhões, e queda de -67%).

## Rio Grande do Norte

No primeiro trimestre de 2013, o estado potiguar obteve superávit comercial (US\$ 7,0 milhões) decorrentes de vendas de US\$ 68,1 milhões, cifra inferior em 10 % à do mesmo período de 2012. As importações alcançaram



**Gráfico 5 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão – Janeiro / Março de 2013**

Fonte: Brasil (2013a).

o patamar de US\$ 61,1 milhões, o que significou expansão de 25%.

O Rio Grande do Norte permanece se destacando como exportador de frutas. Foram US\$ 30,3 milhões, entretanto, 6% a menos que no mesmo intervalo de tempo de 2012. Liderando o capítulo estão os melões frescos

(US\$ 15,1 milhões e incremento de 15%) seguidos pela castanha de caju (US\$ 8,8 milhões e queda de 24%).

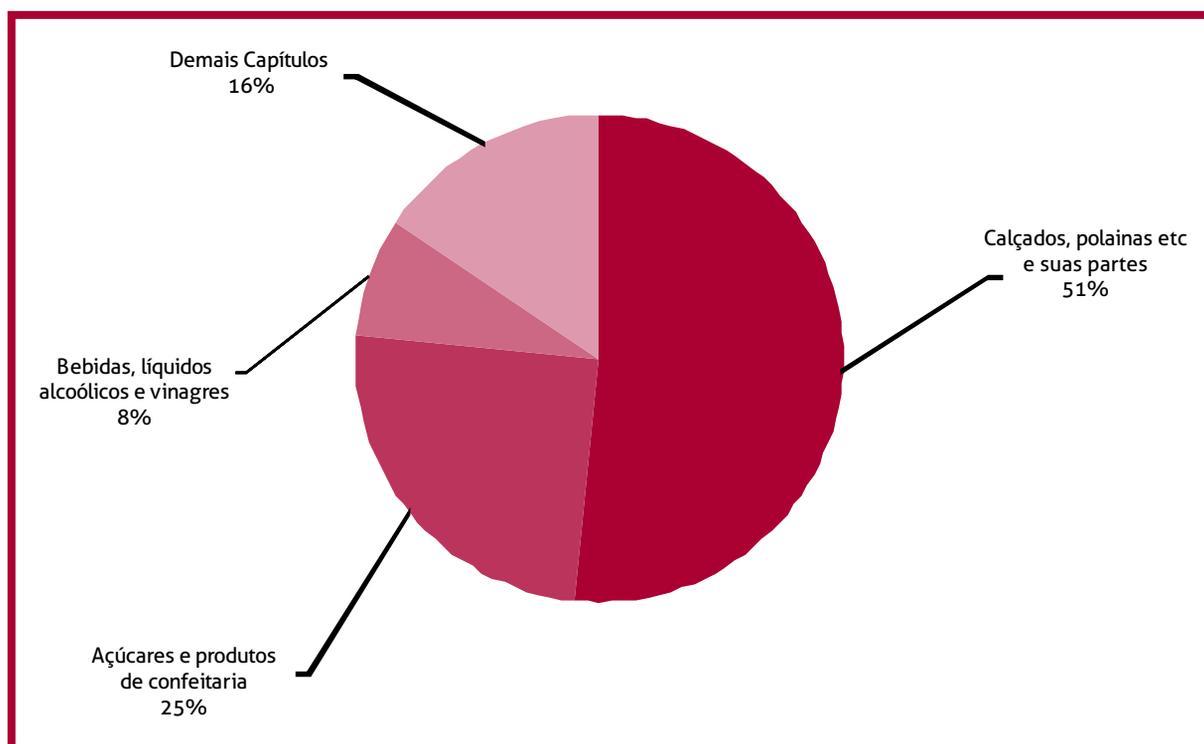
O desempenho da castanha de caju, que tem no Ceará e no estado potiguar, os princi-

país exportadores do País, foi responsável pela queda nas exportações nacionais de frutas.

No primeiro trimestre de 2012, não constava o capítulo combustíveis, óleos e ceras minerais, dentre os principais exportados pelo Rio Grande do Norte. Em 2013, este ca-

pítulo, com o produto fuel-oil, alcançou o patamar de US\$ 8,5 milhões.

Açúcar e produtos de confeitaria (US\$ 7,0 milhões) tiveram como maior representante o produto bombons, caramelos, confeitos e



**Gráfico 6 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Paraíba – Janeiro / Março de 2013**

Fonte: Brasil (2013).

pastilhas sem cacau (3,8 milhões) cuja receita declinou 21%.

No capítulo: sal, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento (US\$ 4,1 milhões), surgem dois produtos: sal marinho (US\$ 2,6 milhões) e granito em blocos (US\$ 1,5 milhões) sendo que o primeiro teve expansão de 187% nas cifras vendidas enquanto o segundo caiu 23%, na comparação com o primeiro trimestre de 2012.

### Sergipe

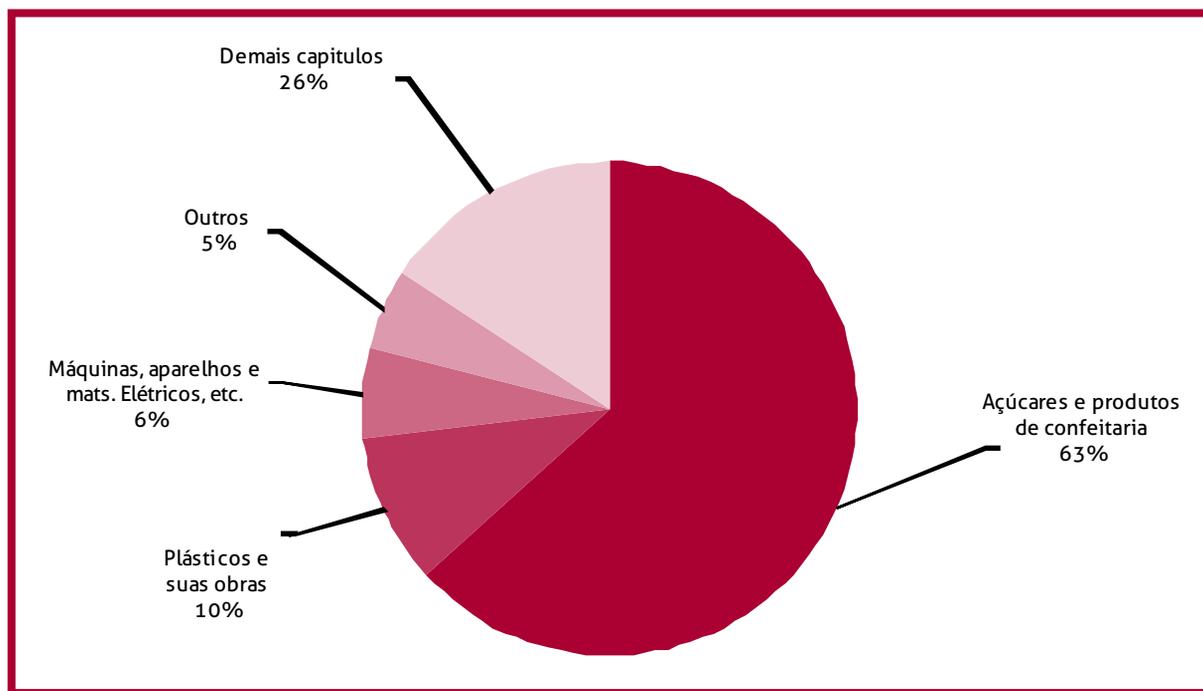
As exportações sergipanas (US\$ 24,5 milhões) reduziram-se 32,9% no período em análise. Enquanto isto, as importações (US\$ 54,9 milhões) incrementaram seus valores em 2,7%, de maneira que resultou em déficit da balança comercial do Estado de US\$ -30,4 milhões.

Preparações de produtos hortícolas, frutas, etc. (US\$ 10,4 milhões) foi o principal capítulo das vendas externas do Estado. O capítulo registrou elevada queda nos preços (-22%) e nas quantidades vendidas (-46%).

De fato, o principal produto “sucos de laranjas, congelados, não fermentados” teve declínio de preço de 22% no período em análise. Para 2013, há expectativa de incremento nas exportações de suco de laranja, a despeito do comportamento registrado no primeiro trimestre. Dois fatores favorecem estas perspectivas auspiciosas: primeiramente o Brasil encerrou o processo de contencioso no Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), referente às ex-

portações de suco de laranja para os EUA e segundo, houve renovação dos contratos de vendas para a Holanda.

Açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 7,3 milhões; aumento de receitas de 85%) foi o segundo capítulo a apresentar maior ingresso de divisas no Estado. No segmento, houve declínio de preços e para o setor, são válidas as observações já realizadas na análise do produto no estado de Alagoas.



**Gráfico 7 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Pernambuco Janeiro / Março de 2013**

Fonte: Brasil (2013a).

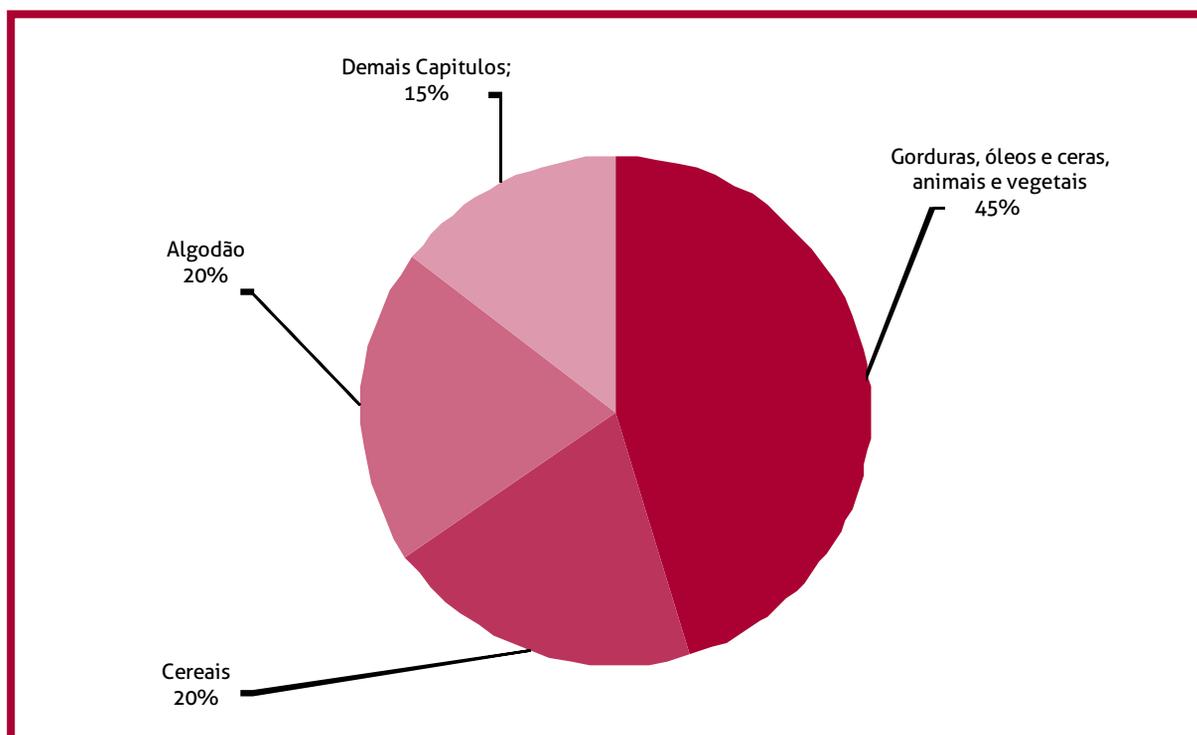
Nota: Outros se refere ao capítulo 99 que é o reservado para usos especiais pelas partes contratantes.

Calçados, polainas, etc. e suas partes (US\$ 3,9 milhões) teve redução de vendas de 29%, sendo a maior parcela dos produtos exportados em plástico ou com o cabedal de matéria têxtil.

No que toca às expectativas quanto ao comércio exterior brasileiro e nordestino, alguns pontos merecem ser ressaltados.

A Fundação de Comércio Exterior (Funcex) projeta, para 2013, superávit na balança comercial da ordem de US\$ 13 bilhões para o Brasil, com exportações de US\$ 257,5 bilhões e importações de US\$ 244,5 bilhões.

O Relatório Focus (24.05.2013) do Banco Central, que aponta a média das previsões de instituições do sistema financeiro, antevê saldo da balança comercial brasileira em 2013 de US\$ 8 bilhões e taxa de câmbio de



**Gráfico 8 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí – Janeiro/ Março de 2013**

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2013a).

R\$ 2,00/dólar em dezembro. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

No que se refere ao crescimento dos principais países compradores, o FMI antecipa as seguintes taxas de crescimento do PIB para os principais parceiros comerciais brasileiros e nordestinos: Estados Unidos (1,2%), China (8,0%), Zona do Euro (-0,3%) Argentina (2,8%) – valores semelhantes aos registrados em 2012.

O cenário internacional ainda permanece com riscos tanto no curto prazo, como é o caso da incerteza em virtude da crise que se instalou no Chipre, como no médio prazo, com a necessidade de equacionamento da situação fiscal americana e Japonesa e a taxa de desemprego crescente na Europa. Desta forma, a taxa de crescimento mundial não deve exceder 3,3% em 2013.

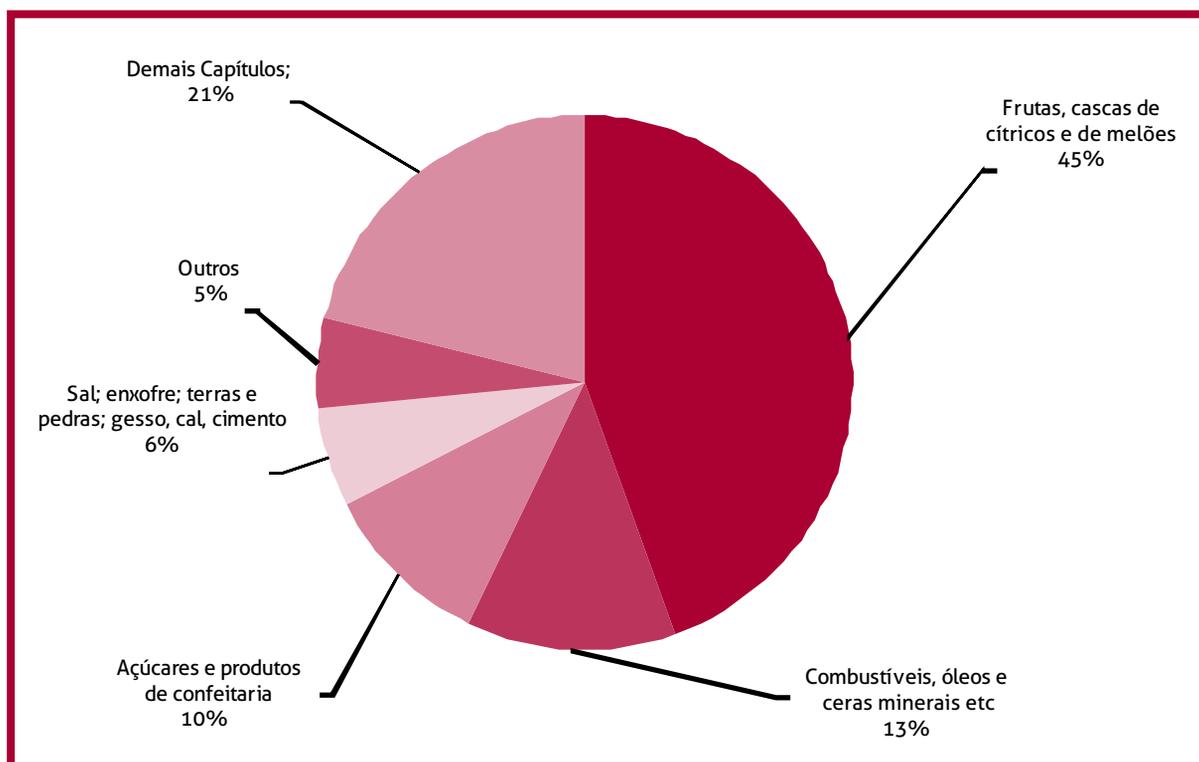
Desta maneira, considerando o desempenho dos fluxos comerciais nordestinos no

primeiro trimestre de 2013, as previsões governamentais e privadas citadas e o contexto internacional, a equipe de BNB Conjuntura Econômica vislumbra saldo da balança comercial brasileira em torno de US\$ 9 bilhões. Para o Nordeste espera-se um crescimento no déficit comercial, chegando a US\$ 10 bilhões, com exportações de US\$ 17 bilhões e importações de 27 bilhões.

## REFERÊNCIAS

AGROCLIMA. **Mercado de açúcar:** o que esperar de 2013. [S.l.], [20--]. Disponível em: <<http://www.agroclima.com.br/noticias/115286/mercado-de-acucar-o-que-esperar-de-2013>>. Acesso em: 13 maio 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS. **Exportações de calçados**



**Gráfico 9 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte – Janeiro / Março de 2013**

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2013a).

Nota: Outros se refere ao capítulo 99 que é o reservado para usos especiais pelas partes contratantes.

**com leve recuperação.** Novo Hamburgo, [20--]. Disponível em: <[http://www.abicalcados.com.br/site/noticias\\_detalhes.php?id=42&titulo=exportacoes-de-calcados-com-leve-recuperacao](http://www.abicalcados.com.br/site/noticias_detalhes.php?id=42&titulo=exportacoes-de-calcados-com-leve-recuperacao)>. Acesso em: 14 maio 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Focus:** relatório de mercado. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20130524.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb.** Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <[alicesweb.desenvolvimento.gov.br](http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br)>. Acesso em: maio 2013a.

\_\_\_\_\_. **Exportação de Suco de Laranja Brasileiro recebe aval da Organização Mundial do Comércio.** Brasília, DF, 2013. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/02/20/exportacao-de-suco-de-laranja-brasileiro-recebe-aval-da-organizacao-mundial-do-comercio/view>>. Acesso em: 13 maio 2013b.

CRESCIMENTO atual no setor florestal pode ser comprometido se avanços em competitividade não forem implementados. **Análise Conjuntural**, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.ciflorestas.com.br>>. Acesso em: 22 maio 2013.

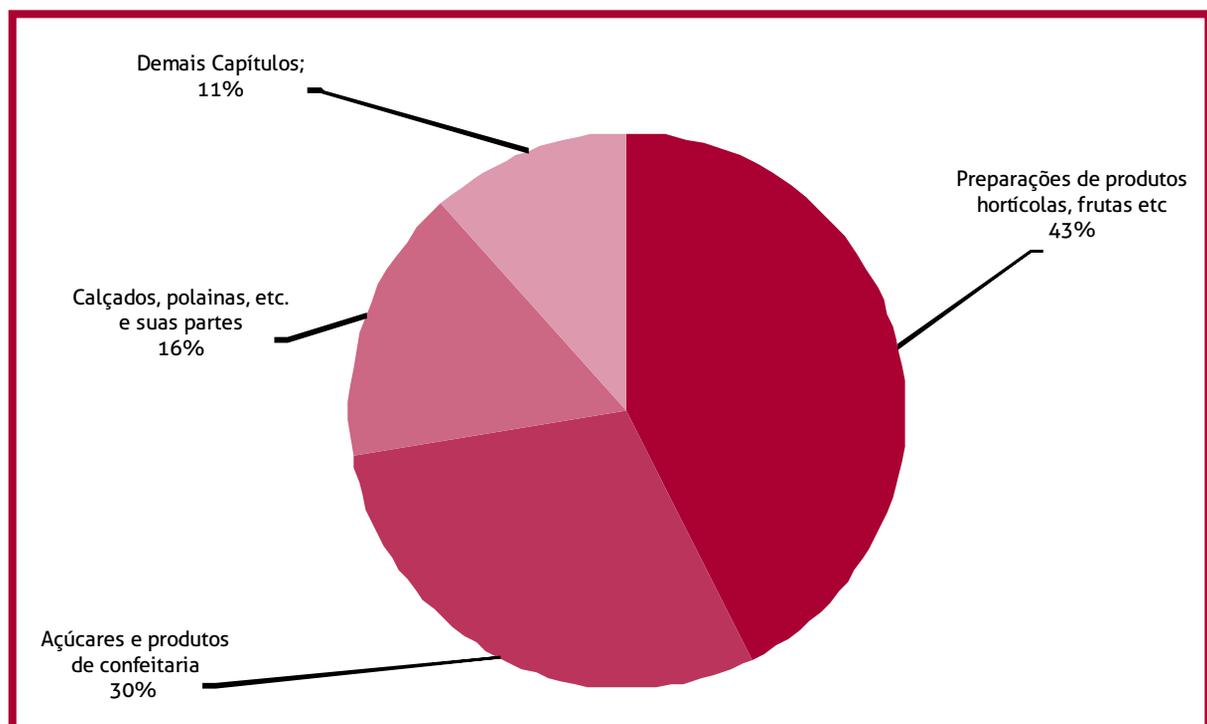
EXPORTAÇÃO de couro no Ceará sofre os efeitos da seca. **G1**, 25 abr. 2013. Economia Agronegócios. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/04/exportacao-de-couro-no-ceara-sofre-os-efeitos-da-seca.html>>. Acesso em: 13 maio 2013.

INFORMATIVO BALANÇA COMERCIAL. Rio de Janeiro: Funcex, ano 2, n. 24, abr. 2013. Disponível em: <[http://www.funcex.org.br/publicacoes/boletins/pdf/Inf\\_Abr2013.pdf](http://www.funcex.org.br/publicacoes/boletins/pdf/Inf_Abr2013.pdf)>. Acesso em: 23 maio 2013.

FF3EB4036E013ED28D65D81ED6>. Acesso em: 22 maio 2013.

METAIS despencam com dúvida sobre demanda chinesa. **Valor Econômico**, 1 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3027616/metais-despencam-com-duvida-sobre-demanda-chinesa>>. Acesso em: 1 mar. 2013.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO PAPEL, CELULOSE, PAPELÃO, PASTA DE MADEIRA PARA PAPEL E ARTEFATOS DE PAPEL E PAPELÃO NO ESTADO DA BAHIA. **BNDES vai priorizar projetos de exportadoras brasileiras que pretendem atuar na África**. Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.sindindustria.com.br/main.jsp?lumPagelId=4028E48627CB3B670127DF8FAAD26A77&lumItemId=8A5225>>



**Gráfico 10 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Sergipe – Janeiro / Março de 2013**

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2013a).



## 6 – FINANÇAS PÚBLICAS

**A**s principais fontes de recursos dos estados nordestinos são o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e os fundos constitucionais Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal/ Fundo de Participação dos Municípios (FPE e FPM). Somando-se estas duas fontes, a participação média do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) no período 2000 - 2012 foi de 50,7%. A evolução dos fundos está diretamente relacionada à evolução do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), dado que 44% destes dois impostos formam o valor a ser repassado em forma de FPE e FPM para os estados e Distrito Federal.

A Tabela 1 e o Gráfico 1 apresentam a evolução real dos fundos e tributos em questão, corrigidos para março de 2013 pelo Índice Geral de Preços (IGP)-Disponibilidade Interna (DI). Observa-se que o ICMS teve uma única pequena queda nos doze anos analisados, exatamente em 2009 quando a atividade econômica do país foi abalada pela crise financeira mundial.

Os dados permitem destacar que os fundos estão mais diretamente associados à evolução do IR, em função de que este representa 82,1% do total de IR e IPI. Vê-se que

em 2003 e 2009, anos em que o IR caiu em termos reais, os fundos também caíram. Em 2012, o pequeno crescimento do IR (0,7%) não conseguiu compensar a forte redução do IPI (6,8%).

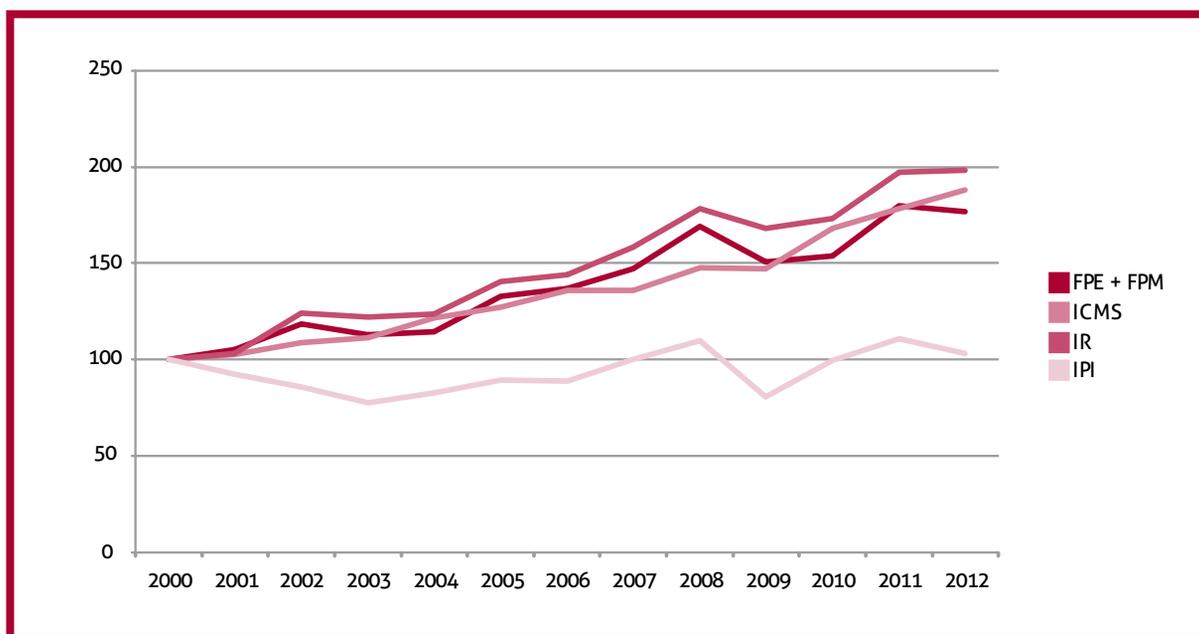
Neste ponto, vale um comentário sobre a discussão de que a redução mais substancial no IPI foi decorrente da política adotada pelo governo federal, de cortes nas alíquotas do IPI para determinados setores, prejudicando os repasses dos fundos constitucionais. A intenção da União é alavancar a atividade industrial que tem problemas de competitividade e

**Tabela 1 – Evolução Real de Tributos e Fundos Constitucionais (%)**

ANO	FPE + FPM	IR	IPI	ICMS
2001	5,5	3,4	-7,3	2,6
2002	12,3	19,9	-7,7	6,0
2003	-4,7	-1,5	-9,2	2,6
2004	1,4	1,1	6,5	8,8
2005	16,1	14,0	8,0	4,7
2006	3,1	2,3	-0,6	6,7
2007	7,2	10,0	12,6	0,0
2008	14,9	12,5	9,6	8,7
2009	-10,9	-5,7	-26,4	-0,2
2010	2,2	2,9	23,1	14,2
2011	17,0	13,9	11,4	6,2
2012	-1,8	0,7	-6,8	5,3

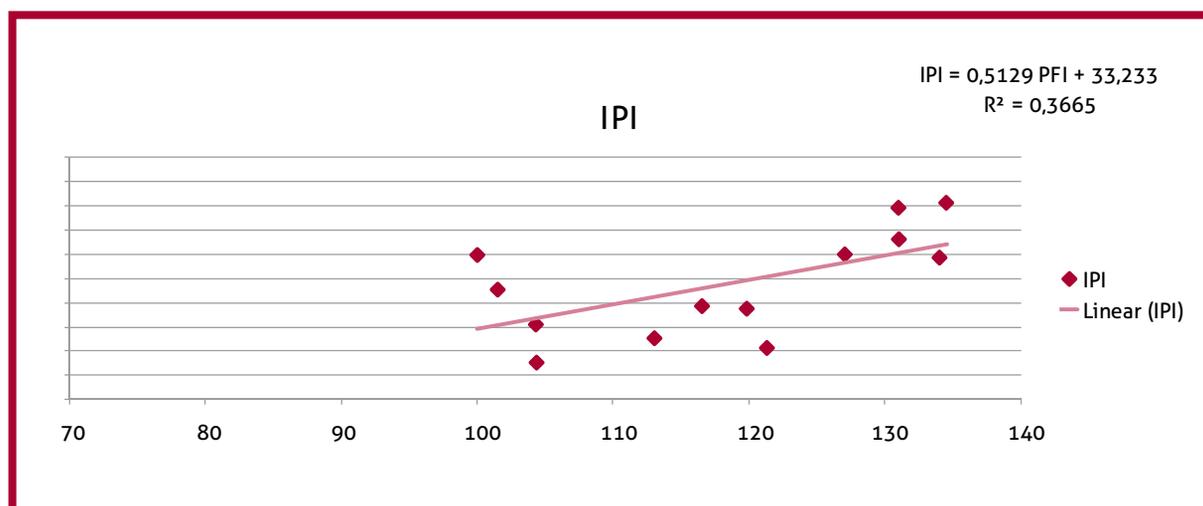
**Fonte:** Elaboração da Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Valores dos Fundos e ICMS para o Nordeste; Tesouro Nacional e Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação.

**Nota:** Valores corrigidos pelo IGP-DI para março de 2013.



**Gráfico 1 – Evolução de Tributos e Fundos Constitucionais – Números Índices**

Fonte: Elaboração Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados do Tesouro Nacional e Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação.



**Gráfico 2 – Relação entre o IPI e a Produção Física Industrial (PIM-PF).**

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Tesouro Nacional e IBGE.

já vinha dando sinais de fraqueza desde 2011, quando teve um crescimento de seu PIB de apenas 1,6%. A ideia é aumentar o volume da produção, de forma a compensar, em parte, os cortes nas alíquotas e aumentar ou manter o nível de emprego no setor de transformação. O problema de se calcular o real impacto das políticas de incentivo fiscal à indústria é que o corte nas alíquotas provoca um aumento na demanda, que poderia não acontecer caso

as alíquotas se mantivessem. O IPI já deveria cair por causa da redução do PIB industrial em 0,8% e Produção Física Industrial (PIM-PF) em 2,6%. Analisando a relação entre o IPI e a produção física industrial (IBGE, 2013), observa-se que ela é fraca, mesmo em períodos de crescimento da produção o IPI caiu, conforme podemos visualizar no Gráfico 2, o que reforça a posição dos que pensam que os cortes das alíquotas reduziram a arrecadação

do IPI e, conseqüentemente, dos fundos constitucionais. Uma das possíveis explicações é que o corte nas alíquotas incidiu, também, em

bens de alto valor individual, como carros e linha branca, daí a queda ter sido mais forte no IPI que na produção.

## 6.1-Arrecadação de ICMS

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no Brasil, cresceu 13,1%, no 1º bimestre de 2013, quando comparado com o mesmo período de 2012, conforme apresentado na Tabela 2. A variação real<sup>1</sup> ficou em 7,8%. No Nordeste, a arrecadação desse tributo cresceu 10,8% em termos reais ou 16,2% nominais, no mesmo período. Se a relação entre a arrecadação do ICMS do Nordeste e do Brasil é uma aproximação

aceitável da relação entre o PIB do Nordeste e do Brasil, espera-se que a Região apresente um crescimento em seu Produto Interno Bruto (PIB) um pouco maior que o crescimento do PIB brasileiro. As estimativas da equipe BNB Conjuntura Econômica apontam para esse caminho. O ICMS do Nordeste também cresceu acima do montante do Brasil, em 2012, em função do volume de recursos em investimentos em infraestrutura, principalmente, em Pernambuco e Ceará.

**Tabela 2 – Arrecadação de ICMS – R\$ Milhões**

Estados/ Região	Primeiro Bimestre		2013	Part. %	Var. %	Var. Real %
	2012	Part. %				
Alagoas	428	0,8	484	0,8	13,0	7,7
Bahia	2.341	4,6	2.818	4,9	20,4	14,8
Ceará	1.226	2,4	1.398	2,4	14,0	8,7
Maranhão	621	1,2	743	1,3	19,6	14,0
Paraíba	527	1,0	650	1,1	23,5	17,7
Pernambuco	1.768	3,5	1.968	3,4	11,3	6,1
Piauí	388	0,8	444	0,8	14,5	9,2
Rio Grande do Norte	587	1,1	637	1,1	8,6	3,5
Sergipe	365	0,7	447	0,8	22,6	16,9
Nordeste	8.252	16,1	9.591	16,6	16,2	10,8
Brasil	51.200	100,0	57.899	100,0	13,1	7,8

**Fonte:** Elaboração da Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação.

Em todos os estados nordestinos, à exceção do Rio Grande do Norte, os três setores mais importantes, em termos de arrecadação do ICMS, são o secundário, terciário e petróleo, combustíveis e lubrificantes. No Rio Grande do Norte, o setor petróleo é substi-

tuído pelo setor primário. Perdas de arrecadação nestes setores ou aumentos significativos explicam, normalmente, as variações observadas no total da arrecadação. Os três grandes estados da Região são os mais importantes na arrecadação do ICMS em quase

1 O índice utilizado para o cálculo da variação real foi o IGP-DI no período em análise (índices médios do 1º bimestre de 2012 e 2013), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

todos os setores. O setor primário aparece como relevante no Rio Grande do Norte e Piauí. Esses dois estados detêm 86,8% da arrecadação deste setor.

Os crescimentos significativos das arrecadações do ICMS, acima da média da Região e do País, ocorreram nos estados da Bahia, Maranhão, Paraíba e Sergipe. O crescimento da arrecadação nos estados do Rio Grande do

Norte, Pernambuco e Alagoas foram os menores da Região, e também ficaram abaixo da média nacional, cabendo ressaltar o baixo crescimento real do estado do Rio Grande do Norte, apenas 3,5%, apresentado na Tabela 2.

A Tabela 3 apresenta os crescimentos diferenciados da arrecadação do ICMS nos estados, para mais e para menos.

**Tabela 3 – Variações Relevantes da Arrecadação do ICMS por Setor – %**

Estados	Secundário	Terciário	Petróleo	Energia	Dívida Ativa	Outras Fontes	Participação no ICMS
Paraíba	21,8	15,8	48,2				90,2
Bahia	73,4	53,2				-87,2	54,3
Sergipe	63,1		22,2		396,4		45,6
Maranhão	36,3		23,0			57,6	49,4
Rio Grande do Norte	1,1	9,4		-33,9			75,4
Pernambuco	4,6	8,1		-4,0			79,5
Alagoas		7,0					52,7

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação.

No crescimento diferenciado da Paraíba, 23,5%, cabe destaque o aumento de 48,2% da arrecadação do setor petróleo, combustíveis e lubrificantes o qual passou de uma arrecadação de R\$ 109,2 milhões para R\$ 161,9 milhões. Os outros dois setores relevantes na participação do ICMS no Estado não tiveram crescimento tão significativo, mas não influenciaram negativamente.

Os crescimentos nos setores secundário e terciário, na Bahia, foram surpreendentes, aumentaram a arrecadação em R\$ 642,2 milhões. Em contrapartida, houve uma queda na arrecadação do ICMS em outras fontes no valor de R\$ 489,5 milhões, mas este pesa apenas 2,6% no total da arrecadação.

Em Sergipe, o crescimento diferenciado em valor se dá no setor secundário, R\$ 45,3 milhões. No Maranhão, os três setores referenciados na Tabela 3 aumentaram a arre-

cadação em R\$ 84,2 milhões, com destaque para o setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, R\$ 39,9 milhões.

A menor evolução da arrecadação, no estado do Rio Grande do Norte, 8,6%, se deveu, principalmente, ao baixo crescimento da arrecadação do setor secundário, um aumento na arrecadação de apenas R\$ 1,5 milhão, e a queda na arrecadação do setor de energia, R\$ 17,2 milhões.

A segunda menor arrecadação na Região, Pernambuco, com um crescimento de 11,3%, se deve à queda na arrecadação do setor de energia, redução na arrecadação de R\$ 6,2 milhões e aos baixos crescimentos do setor secundário, 4,6%, que representa 14,7% do ICMS do Estado, e do setor terciário, 8,1% e que representa 57,3% da arrecadação pernambucana.

O problema da arrecadação de Alagoas, comparada aos outros estados, ter ficado abaixo da média regional se deu em função do setor terciário, que representa 52,7% do total da arrecadação e cresceu apenas 7,0%.

Os estados abrem novas frentes de disputa do ICMS, uma delas é causada pelo crescimento nas vendas por meio eletrônico. Em 2001, o comércio on-line faturava R\$ 540 milhões. No ano passado, essa cifra subiu para R\$ 18,7 bilhões. Hoje, o estado de origem da mercadoria fica com a totalidade do ICMS devido. No entanto, a partir de 2011, alguns estados passaram a cobrar o ICMS nas compras pela internet e por telemarketing, conforme o Protocolo ICMS nº 21, assinado por todos os estados nordestinos. Eles alegam que a maioria dos centros de produção e distribuição de mercadorias industrializadas está localizada nas regiões Sul e Sudeste e, portanto, perdem arrecadação. O procurador-geral da República ingressou com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Protocolo ICMS nº 21. Tramita no Congresso projeto de emenda constitucional que autoriza a cobrança de ICMS sobre o comércio

eletrônico, já aprovado no Senado, que divide o ICMS entre os estados de origem e de destino quando o comprador for consumidor final e não empresa.

A aprovação da emenda arrefeceria os ânimos estaduais, que estão quentes em face da aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que altera as alíquotas do ICMS sobre operações interestaduais. Se a proposta da CAE for aprovada pelo plenário do Senado, o ICMS passará, até 2018, a ter três alíquotas: de 4%, 7% e 12%. A primeira será aplicada às mercadorias e serviços provenientes dos Estados das regiões Sul e Sudeste para os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A alíquota de 7% será aplicada aos bens e serviços das três regiões mais pobres destinados ao Sul e Sudeste. E a alíquota de 12% para a Zona Franca de Manaus e nove áreas de livre comércio da Amazônia. Atualmente, as alíquotas interestaduais são de 7% e 12%. O governo federal não apoia a proposta de reforma aprovada pela CAE. A proposta original do governo previa a unificação da alíquota interestadual do ICMS em 4% ao longo de oito anos.

## 6.2 – Fundos Constitucionais

Os repasses dos fundos constitucionais são calculados com base na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) recebe 21,5% da arrecadação dos dois tributos, enquanto o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebe 23,5% da mesma arrecadação<sup>2</sup>. A parcela do Nordeste

no FPE corresponde a 52,5%, enquanto no FPM não passa de 35,2%.

Os critérios para a distribuição do FPE entre os estados foram definidos por uma Lei Complementar (LC nº 62), de 1989, em que 85% do total foram para as regiões menos desenvolvidas (Centro-Oeste, Norte e Nordeste). (BRASIL. LEI COMPLEMENTAR nº 62,

2 Dos 23,5%, 1% é repassado no primeiro decêndio de dezembro de cada ano - Emenda Constitucional nº 55, de 20/09/2007. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 2013). O valor correspondente aos 22,5% restantes é calculado e repassado em parcelas mensais.

2013). Os coeficientes estaduais foram determinados através de combinações de critérios, que utilizam o território de cada estado, sua população e o inverso da renda per capita. Ocorreram mudanças expressivas na distribuição da renda per capita entre os estados, entre 1989 e 2011, especialmente para a região Centro-Oeste.

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a manutenção dos coeficientes de distribuição fixos para o FPE, dado que seis governos estaduais (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) moveram ações questionando os critérios de distribuição, e exigiu a sanção de uma nova fórmula de distribuição dinâmica no início de 2013. A reforma terá que cumprir dois critérios especificados na decisão do STF, ou seja, deve ser equalizadora e capaz de adaptar-se dinamicamente às condições dos estados. Cabe salientar que qualquer mudança da fórmula de distribuição horizontal do FPE, será de tal maneira que os ganhos por parte de alguns estados terão que ser compensados por perdas de outros. Com isso, a reforma deve prever tempo suficiente para que os estados prejudicados possam ajustar suas finanças às

perdas. Atualmente, existem oito propostas sobre o tema que tramitam em conjunto. Ficou acordado que as regras existentes continuam em 2013 e 2014.

A Tabela 4 apresenta as transferências do FPE para os estados do Nordeste. Observa-se um crescimento de 10,0%, no período analisado, janeiro - março de 2013, com relação ao mesmo período de 2012. Em termos reais, observa-se um aumento de 4,9%<sup>3</sup>, desempenho abaixo do crescimento observado no ICMS Nordeste (16,2% e 10,8 de variação real). Como os fundos constitucionais têm como base o Imposto de Renda e o IPI, impostos que são mais impactados pelas atividades da agricultura e indústria, resultado que está mais associado ao crescimento do PIB brasileiro, é possível uma inferência que o PIB da Região deve ter crescimento no trimestre acima da média nacional. A previsão do Tesouro Nacional, para 2013, sinaliza um crescimento de 11,1% do total da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o Brasil, com relação a 2012. O valor da programação para 2013 é de R\$ 55,1 bilhões, em que no primeiro trimestre já foram realizados 26,3% da programação.

**Tabela 4 – Fundo de Participação dos Estados (FPE) – Nordeste – R\$ Milhões – Janeiro a Março**

Estados/Região	2012	2013	Participação (%)	Programação 2013 <sup>1</sup>
Alagoas	548	602	4,2	2.291
Bahia	1.237	1.361	9,4	5.174
Ceará	966	1.062	7,3	4.040
Maranhão	950	1.045	7,2	3.975
Paraíba	630	693	4,8	2.637
Pernambuco	908	999	6,9	3.799
Piauí	569	626	4,3	2.379
Rio Grande do Norte	550	605	4,2	2.300
Sergipe	547	602	4,2	2.288
Nordeste	6.906	7.595	52,5	28.883
Brasil	13.165	14.479	100,0	55.062

**Fonte:** Tesouro Nacional. Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica.

**Nota 1:** Valores estimados para o ano pelo Tesouro.

<sup>3</sup> Como deflator foi utilizado o IGP-DI, valores corrigidos para março de 2013.

Sobre as transferências do FPM, há de se observar que o seu crescimento nominal, para a Região Nordeste, foi um pouco menor no período analisado, FPE - 10,0% e FPM -

9,1%, conforme indicado na Tabela 5. O crescimento médio entre os estados, à exceção do Ceará e Pernambuco, foi de 10,1%, semelhante ao do FPE.

**Tabela 5 – Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – Nordeste – R\$ Milhões – Janeiro a Março**

Estados/ Região			Participação (%)		Var. %	Var. Real (%) <sup>1</sup>	Programação 2013 <sup>2</sup>
	2012	2013	2012	2013			
Alagoas	328	361	2,4	2,4	10,1	4,9	1.451
Bahia	1.253	1.384	9,1	9,1	10,4	5,3	5.557
Ceará	719	753	5,2	5,0	4,7	-0,1	3.025
Maranhão	573	630	4,2	4,2	10,0	4,9	2.532
Paraíba	445	490	3,2	3,2	10,0	4,9	1.968
Pernambuco	691	747	5,0	4,9	8,1	3,0	3.000
Piauí	365	402	2,7	2,7	10,1	4,9	1.616
Rio Grande do Norte	347	382	2,5	2,5	10,0	4,9	1.534
Sergipe	206	226	1,5	1,5	10,1	4,9	909
Nordeste	4.926	5.374	35,8	35,5	9,1	4,0	21.591
Brasil	13.777	15.153	100,0	100,0	10,0	4,9	60.825

**Fonte:** Tesouro Nacional. Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica.

**Notas:** 1. Valores corrigidos pelo IGP-DI para março de 2013. 2. Valores estimados para o ano pelo Tesouro.

A composição do FPM é que 10,0% vão para as capitais, 3,6% para os municípios da reserva (aqueles com população acima de 156.216 habitantes) e 86,4% para os outros (interior). A explicação para a queda do crescimento no FPM vem das reduções nos coeficientes de participação dos estados do Ceará e Pernambuco. Analisando-se as decisões normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), que define os coeficientes de distribuição do FPM para 2012 e 2013, observa-se que, para esses Estados, houve queda nos coeficientes para as capitais e municípios com população acima de 156.216 habitantes (municípios da reserva), enquanto para os outros Estados os coeficientes cresceram 0,72%. No Ceará, por exemplo, Fortaleza perdeu 2,1

pontos percentuais no coeficiente de distribuição em 2013 e os municípios da reserva perderam 1,16%<sup>4</sup>. A queda em Pernambuco foi um pouco menor. Como o cálculo do FPM é feito com base nas informações da população do município e renda per capita do Estado prestadas ao TCU pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se que o aumento na renda per capita dos dois Estados foi o fator redutor do FPM para 2013<sup>5</sup>. Tomando-se como hipótese de que a programação de 2013 do FPM, feita pelo Tesouro Nacional, se realizará, R\$ 60,8 bilhões, as previsões de perdas para esses Estados, em função das reduções dos coeficientes de distribuição, estão na Tabela 6. As colunas coeficientes de 2012 e 2013 indicam de quan-

4 Municípios da reserva no Ceará: Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral; Em Pernambuco: Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Caruaru, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Petrolina.

5 Como o fator é calculado usando-se o inverso da renda per capita, ou seja, quanto maior a renda, resulta em menor distribuição do FPM por esse indicador, e como o outro indicador, a população cresceu muito pouco, os dois estados passaram a ter fatores menores em 2013. Pelas informações do IBGE, entre 2009 e 2010, a renda per capita dos estados do Ceará e Pernambuco cresceu 19,9% e 21,6%, respectivamente.

to será o valor a ser distribuído para os municípios adotando-se os coeficientes de cada ano. Nota-se que Fortaleza deverá perder R\$ 150 milhões em função da mudança do coeficiente. Para os municípios da reserva, como os coeficientes são iguais para cada município, no Ceará, cada um dos quatro municípios sofrerá perda de R\$ 6,5 milhões neste ano. Os valores são os mesmos para os municípios

classificados como interior (todos do Estado à exceção da capital e os da reserva) porque os valores para cada estado foram fixados na Lei complementar 62, de 28/12/1989, c/c resolução-TCU 242/1990 e, como os índices do FPE permanecem os mesmos. O que pode mudar são os coeficientes para cada estado porque dependem da população informada pelo IBGE.

**Tabela 6 – Previsão das Perdas no FPM em 2013 – Ceará e Pernambuco – R\$ Milhões**

Estados/Municípios	Coeficiente de 2012	Coeficiente de 2013	Perda
Ceará	3.175	3025	150
Fortaleza	641	517	125
Municípios da Reserva <sup>1</sup>	271	246	26
Interior <sup>2</sup>	2.262	2.262	0
Pernambuco	3.052	3.000	52
Recife	359	325	34
Municípios da Reserva <sup>1</sup>	433	415	19
Interior <sup>2</sup>	2.260	2.260	0

**Fonte:** Tesouro Nacional. Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica.

**Nota 1:** Municípios com mais de 156.216 habitantes.

**Nota 2:** Os outros Municípios do Estado.

A Tabela 7 ilustra que as atualizações dos parâmetros do cálculo do FPM do exercício 2012 para 2013, já apresentam os resultados negativos para Fortaleza e Recife.

Enquanto as outras capitais tiveram variação de 10,4%, no período analisado, Fortaleza teve uma queda de 11,7% e Recife de 0,6%.

**Tabela 7 – Fundo de Participação dos Municípios (FPMc) – Capitais Nordeste – R\$ Milhões – Janeiro a Março**

Estados/Região			Participação (%)		Var. %	Var. Real (%) <sup>1</sup>	Programação 2013 <sup>2</sup>
	2012	2013	2012	2013			
Alagoas	72	80	5,3	5,3	10,4	5,3	323
Bahia	104	115	7,6	7,6	10,4	5,3	465
Ceará	145	128	10,5	8,4	-11,7	-15,8	517
Maranhão	72	80	5,3	5,3	10,4	5,3	323
Paraíba	58	64	4,2	4,2	10,4	5,3	258
Pernambuco	81	81	5,9	5,3	-0,6	-5,2	325
Piauí	72	80	5,3	5,3	10,4	5,3	323
Rio Grande do Norte	46	51	3,4	3,4	10,4	5,3	207
Sergipe	42	46	3,0	3,0	10,4	5,3	186
Nordeste	693	724	50,3	47,8	4,5	-0,3	2.926
Brasil	1.378	1.515	100,0	100,0	10,0	4,9	6.082

**Fonte:** Tesouro Nacional. Equipe BNB/ETENE/Conjuntura Econômica.

**Notas 1:** Valores corrigidos pelo IGPDPI para março de 2013. 2. Valores estimados para o ano pelo Tesouro.

# REFERÊNCIAS

---

BOLETIM DO ICMS. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, [20--]. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>>. Acesso em: maio 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 set. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc55.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc55.htm)>. Acesso em: 19 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **FPE e FPM**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_constitucionais.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp)>. Acesso: maio 2013b.

IBGE. **Pesquisa industrial mensal**: produção física: Brasil. [S.l.], [20--]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/default.shtm>>. Acesso: maio 2013.



# 7 – INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

## 7.1 – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional

O estoque total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional<sup>1</sup> alcançou, no final de março deste ano de 2013, R\$ 2.426,6 bilhões, representando um crescimento de 2,5% no primeiro trimestre e de 16,7%, em doze meses, a primeira taxa em relação ao montante observado em dezembro e a segunda em relação a março do ano passado, segundo informações fornecidas pelo Banco Central do Brasil (2013b). O avanço moderado do crédito refletiu a expansão pouco firme da atividade econômica no primeiro trimestre, bem como a postura cautelosa dos bancos em conceder novos empréstimos, diante do nível de inadimplência e da consequente necessidade de provisões para devedores duvidosos. Ademais, a capacidade das famílias em assumir novos empréstimos parece limitada pelo elevado nível de comprometimento da sua renda com dívidas já contratadas e pelo menor crescimento do rendimento. A propósito, o Banco Central do Brasil (BACEN), em outra pesquisa, também constatou uma leve subida no endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional, em relação à renda acumulada nos últimos doze meses. (RELATÓRIO..., 2013).

Vale recordar que a tendência de desaceleração na taxa de crescimento das operações de crédito vem sendo observada desde o primeiro semestre de 2011, convergindo para um ritmo mais sustentável de expansão da carteira, no longo prazo. Os bancos públicos continuaram ganhando participação no crédito total, assim como a carteira que utiliza recursos direcionados (lastreados com recursos compulsórios ou governamentais).

Como vem ocorrendo desde 2010, a expansão do crédito no Brasil vem sendo influenciada pelo comportamento das operações financiadas com recursos direcionados. Nos doze meses terminados em março de 2013, foi registrado um crescimento de 24,2% para a referida variável, mais que o dobro da expansão exibida pelas operações financiadas com recursos livres (11,9%).

Dessa forma, o saldo das operações financiadas com recursos direcionados atingiu, em março, R\$ 1.016,0 bilhões, representando 41,9% de todo o crédito concedido no País. Nesse grupo, o maior incremento ocorreu para os financiamentos habitacionais (32,9%), impulsionado pelo programa

1 O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento constituído pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. No final de fevereiro de 2013, o estoque das operações de crédito do Sistema Bancário representava 88,3% do total do Sistema Financeiro Nacional.

Minha Casa Minha Vida, para o crédito rural (20,8%) e para os financiamentos do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (16,3%).

**Tabela 1 – Brasil – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Usos e Fontes dos Recursos e Controle de Capital – Março de 2012 e 2013 – R\$ Milhões Correntes**

Discriminação	Março		Variação	Participação	Crédito/PIB <sup>(1)</sup> , em %	
	2012	2013	Nominal	Mar/13, %	mar/12	mar/13
<b>1. Destinação por Setor</b>	<b>2.078.912</b>	<b>2.426.610</b>	<b>16,7</b>	<b>100,0</b>	<b>49,3</b>	<b>53,9</b>
1.1. Setor Público	85.081	121.218	42,5	5,0	2,0	2,7
União	44.563	63.624	42,8	2,6	1,1	1,4
Estados e Municípios	40.518	57.594	42,1	2,4	1,0	1,3
1.2. Setor Privado	1.993.831	2.305.392	15,6	95,0	47,3	51,2
Indústria	419.986	471.395	12,2	19,4	10,0	10,5
Habituação	239.575	318.457	32,9	13,1	5,7	7,1
Rural	143.540	173.373	20,8	7,1	3,4	3,9
Comércio	207.606	227.425	9,5	9,4	4,9	5,1
Pessoas Físicas <sup>(2)</sup>	655.145	718.092	9,6	29,6	15,5	16,0
Outros Serviços	327.979	396.650	20,9	16,3	7,8	8,8
<b>2. Destinação por Tomador</b>	<b>2.078.912</b>	<b>2.426.610</b>	<b>16,7</b>	<b>100,0</b>	<b>49,3</b>	<b>53,9</b>
2.1. Pessoas Físicas	952.973	1.107.505	16,2	45,6	22,6	24,6
2.2. Pessoas Jurídicas	1.125.939	1.319.105	17,2	54,4	26,7	29,3
<b>3. Fontes dos Recursos</b>	<b>2.078.912</b>	<b>2.426.610</b>	<b>16,7</b>	<b>100,0</b>	<b>49,3</b>	<b>53,9</b>
3.1. Livres	1.260.860	1.410.634	11,9	58,1	29,9	31,4
3.2. Direcionados <sup>(3)</sup>	818.052	1.015.976	24,2	41,9	19,4	22,6
<b>4. Controle de Capital</b>	<b>2.078.912</b>	<b>2.426.610</b>	<b>16,7</b>	<b>100,0</b>	<b>49,3</b>	<b>53,9</b>
4.1. Inst. Fin. Públicas	915.743	1.180.911	29,0	48,7	21,7	26,3
4.2. Inst. Fin. Priv. Nacionais	803.864	859.883	7,0	35,4	19,1	19,1
4.3 Inst. Fin. Estrangeiras	359.305	385.816	7,4	15,9	8,5	8,6

Fonte: Banco Central do Brasil (2013b).

<sup>(1)</sup> Estimativa do Banco Central para o Produto Interno Bruto (PIB) dos 12 últimos meses - valores correntes.

<sup>(2)</sup> Exclui as operações realizadas com os setores rural e habitacional.

<sup>(3)</sup> Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

Por outro lado, as operações financiadas com recursos livres atingiram R\$ 1.410,6 bilhões, no final de março de 2013, exibindo um incremento de 11,9% no período considerado. Embora ainda representando a maior parcela do crédito (58,1%), as operações com recursos livres vêm registrando uma nítida tendência de queda em sua represen-

tatividade, decorrente de sua menor taxa de crescimento, observada nos últimos anos.

O crédito destinado às famílias, financiado com recursos livres, cresceu apenas 9,2%, no período sob análise. No referido grupo, a maior parcela do valor das operações foi destinada para o crédito pessoal (41,7%), com grande destaque para o crédito consignado,

vindo em seguida o crédito para aquisição de veículos (27,5%) e o cartão de crédito (17,4%). Entretanto, em termos de desempenho, chama a atenção a margem de baixo crescimento do crédito para aquisição de veículos (5,5%) e para operações com cartão de crédito (10,5%).

Sob o aspecto do controle de capital, as instituições financeiras públicas continuam liderando o crescimento das operações de crédito no País, exibindo uma taxa de expansão de 29,0%, no período considerado, de março de 2012 a março de 2013, bem acima dos índices registrados pelas instituições financeiras privadas nacionais (7,0%) e pelas instituições financeiras estrangeiras (7,4%), demonstrando a diferença de disposição a conceder crédito desses segmentos. Como resultado, a participação dos bancos oficiais, que era de 44,0%, em março do ano passado, evoluiu para 48,7%, em março último.

Vale recordar que a atuação mais firme dos bancos públicos remonta ao período da crise financeira internacional (2008/2009), quando exerceram um importante papel contracíclico, disponibilizando crédito em um momento de aversão ao risco e de baixo crescimento econômico. Posteriormente, lideraram processo de redução das taxas de juros, em condições mais competitivas, conquistando novos clientes e aumentando sua participação no mercado de crédito brasileiro.

No que respeita às condições de concessão de crédito, houve uma nítida melhora, no período analisado. Assim, a taxa de juros média, que em março do ano passado era de 23,4% a.a., caiu para 18,5% a.a., em março último, refletindo maior queda para operações com pessoas físicas do que para as empresas. A taxa de spread (diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos) também acompanhou a queda dos juros, bai-

xando de 15,3 p.p. (pontos percentuais), para 11,7 p.p.. O prazo para concessão de crédito também registrou uma melhora, pois houve um alongamento nos prazos de concessão, de 108,9 meses, para 127,1 meses, entre as duas posições consideradas.

Em decorrência desse quadro, houve também uma leve melhora na qualidade do crédito concedido. Assim, a taxa de inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito), caiu de 3,8%, em março de 2012, para 3,6%, em março último, resultado que se deveu exclusivamente à queda na taxa de inadimplência das famílias, uma vez que esse índice para as empresas permaneceu constante.

Visto sob outro aspecto, há uma nítida diferença desse indicador quando se analisa a fonte dos recursos. Enquanto a taxa de inadimplência das operações de crédito realizadas com recursos direcionados era de 1,1%, em março de 2013, o índice para as operações com recursos livres era de 5,5%. Essa diferença pode ser explicada, em parte, pela estrutura do estoque das operações com recursos direcionados, com um peso razoável de empréstimos/financiamentos mais recentes, em função do seu ganho de participação já comentado, enquanto as operações com recursos livres apresentavam um perfil de negócios mais antigos. A inadimplência segundo o controle de capital também apresentou um quadro semelhante. Em março de 2013, as instituições financeiras públicas registraram um índice de inadimplência de 1,9%, bem abaixo dos valores exibidos para as instituições financeiras privadas nacionais (5,0%) e para as instituições financeiras estrangeiras (5,6%).

Por fim, convém registrar que, segundo o BACEN, a capacidade de solvência do sistema bancário brasileiro permanece robusta, ten-

do inclusive apresentado melhora em períodos recentes. (RELATÓRIO..., 2013). O Índice de Basileia (índice mínimo de capital para cobertura de risco de crédito) demonstrou estabilidade, ao redor dos 16,4%, bem acima do mínimo regulatório de 11%. Comportamento semelhante foi evidenciado pelo índice de capital próprio sobre ativos, o qual tem se mantido estável desde dezembro de 2010.

Ademais, análises de cenários e de sensibilidade desenvolvidas pelo BACEN demonstram que o sistema bancário brasileiro apresenta boa capacidade de suportar os efeitos de choques adversos, decorrentes de um cenário de extrema deterioração da condição macroeconômica do País por quatro trimestres consecutivos, ou de mudanças abruptas nas taxas de juros, de câmbio ou na inadimplência.

**Tabela 2 – BRASIL – Taxa de Inadimplência<sup>1</sup> das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Março de 2012 e 2013 – Em %**

Discriminação	Março	
	2012	2013
1. TOTAL	3,8	3,6
1.1. Pessoas Jurídicas	2,2	2,2
1.2. Pessoas Físicas	5,8	5,4
2. Fonte dos Recursos		
2.1. Livres	5,6	5,5
2.1.1. Pessoas Jurídicas	3,5	3,6
2.1.2. Pessoas Físicas	7,9	7,6
2.2. Direcionados	1,1	1,1
2.2.1. Pessoas Jurídicas	0,5	0,5
2.2.2. Pessoas Físicas	2,0	2,0
3. Controle do Capital		
3.1. Inst. Fin. Públicas	1,9	1,9
3.2. Inst. Fin.Priv. Nacionais	5,3	5,0
3.3. Inst. Fin. Estrangeiras	5,2	5,6

Fonte: BACEN - Economia e Finanças - 2013b.

<sup>1</sup> Percentual das operações com atraso superior a 90 dias em relação ao total do respectivo crédito.

## 7.2 – Saldo das Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino

No final de fevereiro de 2013, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nordestino<sup>2</sup> atingiu R\$ 302,9 bilhões, regis-

trando-se um aumento de 17,1%, sobre igual posição de fevereiro do ano passado, ligeiramente acima da média nacional (16,7%), mas

<sup>2</sup> O Sistema Financeiro Nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

um pouco abaixo das expansões ocorridas no Centro-Oeste (21,3%) e no Norte (17,7%), segundo informações fornecidas pelo Banco Central (2013a).

Vale sublinhar que a expansão do crédito no Nordeste foi acompanhada por uma leve melhora na sua qualidade, tendo em vista que a taxa de inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias sobre o total do crédito), caiu de 4,5%, em fevereiro de 2012, para 4,1%, em fevereiro do corrente ano. Essa redução foi influenciada pela queda no índice de inadimplência das operações de crédito das pessoas físicas (de

6,7%, para 5,5%), uma vez que a taxa para as empresas permaneceu constante no período (2,5%).

No Nordeste, o incremento das operações de crédito realizadas com as pessoas físicas (18,7%) foi ligeiramente superior ao aumento exibido pelas empresas (15,4%), diferença que vem sendo reduzida nos últimos meses, uma vez que, até meados de 2012, o crescimento das operações com as pessoas físicas chegava a quase o dobro das realizadas pelas pessoas jurídicas. Esse resultado sugere pelo menos três interpretações. A primeira, é que a taxa de expansão das operações de crédito

**Tabela 3 – Estados do Nordeste e Regiões Brasileiras – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro<sup>1</sup> e Qualidade do Crédito – Posições**

Estados/ Regiões	Saldo Oper. R\$ milhões		Varia. Nomi.(b) / (a) em %	Partic. % fev/13	Índice de Inadimplência <sup>2</sup> - Fev/13 (%)		
	Fevereiro 2012 (a)	Fevereiro 2013 (b)			Pessoas Físicas	Pessoas	Total
						Jurídicas	
Maranhão	22.763	26.682	17,2	8,8	6,3	2,7	4,9
Piauí	10.482	12.362	17,9	4,1	5,4	2,5	4,3
Ceará	37.964	44.304	16,7	14,6	5,6	2,9	4,2
R.G. Norte	17.018	20.537	20,7	6,8	5,0	2,7	4,0
Paraíba	15.506	17.822	14,9	5,9	5,5	4,0	5,0
Pernambuco	58.169	66.367	14,1	21,9	5,5	1,4	3,0
Alagoas	12.952	15.288	18,0	5,0	6,0	2,9	4,9
Sergipe	11.384	13.347	17,2	4,4	4,4	2,7	3,7
Bahia	72.449	86.221	19,0	28,5	5,4	3,0	4,2
<b>NORDESTE</b>	<b>258.687</b>	<b>302.930</b>	<b>17,1</b>	<b>13,2</b>	<b>5,5</b>	<b>2,5</b>	<b>4,1</b>
NORTE	76.479	89.986	17,7	3,9	5,2	3,1	4,3
CENTRO- OESTE	179.334	217.511	21,3	9,5	3,9	2,2	3,2
SUDESTE	1.093.676	1.259.834	15,2	54,9	4,8	2,0	3,1
SUL	361.351	422.736	17,0	18,4	3,5	2,3	2,9
<b>TOTAL REGIÕES<sup>3</sup></b>	<b>1.969.527</b>	<b>2.292.997</b>	<b>16,4</b>	<b>100,0</b>	...	...	...

Fonte: Banco Central do Brasil (2013a).

<sup>1</sup> Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

<sup>2</sup> Corresponde ao valor das operações vencidas há mais de 90 dias, sobre o total das operações de crédito. Estão excluídas desse cálculo as operações de cartão de crédito - compras à vista - do total do crédito.

<sup>3</sup> Por se tratar de um subconjunto, o total das regiões correspondeu, no final de fevereiro/2013, a 96,2% do total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

..Informação não disponibilizada em Final de Fevereiro de 2012 e 2013.

to para as famílias está convergindo para um valor menor, compatível com um crescimento sustentável de longo prazo. A segunda, diz respeito a uma maior cautela dos bancos na concessão de crédito para o referido segmento. A terceira é a ocorrência de um leve arrefecimento no ritmo de expansão das operações de crédito consignado e para aquisição de veículo, de grande peso nas operações de crédito para pessoas físicas na Região.

Em termos de participação, no final de fevereiro/2013, o saldo das operações de crédito do Nordeste destinado às famílias representava um pouco mais da metade (52,3%) do total, cabendo a parcela restante (47,7%) às empresas, estrutura um pouco diferente da observada para a média brasileira, com maior preponderância do crédito destinado às empresas (54,1%), comparativamente às famílias (45,9%). Vale esclarecer que a com-

posição do crédito nacional está bastante influenciada pelo peso da estrutura vigente no Sudeste, com maior predomínio do crédito para a produção (59,1%) do que para o consumo (40,9%).

Entre os estados, o maior aumento no saldo das operações de crédito, comparando fevereiro de 2012 a 2013, ocorreu no Rio Grande do Norte (20,7%), acompanhado pela Bahia (19,0%), por Alagoas (18,0%) e pelo Piauí (17,9%). A menor expansão neste mesmo período foi registrada em Pernambuco (14,1%). Em termos de participação, apenas três estados (Bahia, Pernambuco e Ceará) concentravam cerca de dois terços do estoque de crédito da Região, reproduzindo assim o mesmo peso que os referidos estados detêm na composição do PIB do Nordeste (64,0%).

## 7.3 – Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino

No final de fevereiro de 2013, o saldo dos depósitos captados pelo Sistema Bancário Nordestino<sup>3</sup> atingiu R\$ 167,4 bilhões, registrando-se um crescimento de 7,5% sobre igual posição no ano passado, ligeiramente abaixo da expansão verificada em nível nacional (8,8%), consoante informações fornecidas pelo Banco Central (2013e).

O incremento no saldo dos depósitos bancários da Região deveu-se exclusivamente

ao aumento ocorrido nos bancos públicos (12,6%), uma vez que os depósitos captados pelos bancos privados apresentaram-se em declínio (- 2,2%), no período considerado de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2013. Em termos de participação, os bancos oficiais responderam pela maior parcela dos depósitos captados no Nordeste (68,4%), cabendo aos bancos privados a parcela restante (31,6%). Em âmbito nacional, essa estrutura é exatamente oposta.

3 O Sistema Bancário Nordestino aqui considerado é formado pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal e correspondeu, em fevereiro de 2013, a 50,5% do saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nordestino, comentado no tópico anterior. Essa diferença é devida especialmente à ausência das operações do BNDES/FINAME e do BNB/FNE, de grande peso na Região.

Entre os bancos oficiais, o maior crescimento na captação de depósitos ocorreu na Caixa Econômica Federal (17,4%), seguida pelo Banco do Nordeste (14,4%) e pelo Banco do Brasil (8,3%). No rol estadual, os maiores aumentos foram observados no Piauí (17,3%), na Paraíba (13,2%) e no Maranhão (10,8%).

Por outro lado, o saldo das operações de crédito do Sistema Bancário Nordestino, no final de fevereiro de 2013, atingiu R\$ 152,9 bilhões<sup>4</sup>, registrando-se um crescimento de 21,8% sobre igual posição do ano passado.

Do referido montante, a metade era representada por operações de curto prazo,

na forma de empréstimos e títulos descontados. No grupo das operações de médio e longo prazos, cabe destacar a participação dos financiamentos imobiliários (24,7%), dos financiamentos concedidos à indústria e ao comércio (7,8%) e à agropecuária (4,8%).

De maneira similar ao comportamento da captação de depósitos, a expansão das operações de crédito do sistema bancário nordestino também se deveu exclusivamente ao crescimento registrado pelos bancos públicos (31,3%), tendo em vista que as operações dos bancos privados registraram um leve declínio (-0,3%), no período sob análise. Entre os bancos oficiais, o maior incremento nas operações de crédito ocorreu na

**Tabela 4 – Nordeste – Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira(a) – Fevereiro de 2012 e 2013 – R\$ Milhões**

Discriminação / Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bcos. Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total(c)
			BNB (b)	Total				
<b>Depósitos</b>								
Fevereiro de 2012	49.289	41.615	6.782	8.442	2.373	101.719	54.030	155.749
Fevereiro de 2013	53.366	48.855	7.760	9.850	2.478	114.549	52.824	167.373
<b>Variação nominal, em %</b>	<b>8,3</b>	<b>17,4</b>	<b>14,4</b>	<b>16,7</b>	<b>4,4</b>	<b>12,6</b>	<b>-2,2</b>	<b>7,5</b>
Participação fev./13, em %	31,9	29,2	4,6	5,9	1,5	68,4	31,6	100,0
<b>Operações de Crédito</b>								
Fevereiro de 2012	37.347	38.766	6.871	10.157	1.724	87.994	37.494	125.488
Fevereiro de 2013	46.578	55.848	6.900	11.133	1.967	115.526	37.381	152.907
<b>Variação nominal, em %</b>	<b>24,7</b>	<b>44,1</b>	<b>0,4</b>	<b>9,6</b>	<b>14,1</b>	<b>31,3</b>	<b>-0,3</b>	<b>21,8</b>
Participação fev./13, em %	30,5	36,5	4,5	7,3	1,3	75,6	24,4	100,0

**Fonte:** Banco Central do Brasil (2013d).

**(a)** Saldos referentes aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal.

**(b)** Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos Estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

**(c)** Bancos Públicos + Bancos Privados.

4 Na citada posição, o saldo das operações de crédito do Sistema Bancário Nordestino representava 50,5% do total do Sistema Financeiro Regional, enquanto em nível nacional essa mesma proporção era de 88,3%. Essa diferença de participação é explicada, em grande medida, pelas operações financiadas com recursos do BNDES/ Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), gerido pelo BNB, de grande peso nas operações de crédito da Região e que, por definição, não estão agrupadas no Sistema Bancário Nordestino, mas figuram no Sistema Financeiro Regional. Se as duas referidas fontes de recursos fossem consideradas, a participação do Sistema Bancário Nordestino dentro do Sistema Financeiro do Nordeste passaria para 83,2%.

Caixa Econômica Federal (44,1%), bastante influenciado pelos financiamentos imobiliários, Banco do Brasil (24,7%) e bancos estaduais (14,1%).

Em termos de participação, os bancos públicos responderam por três quartos do total do crédito bancário do Nordeste, cabendo o quarto restante aos bancos privados, valendo lembrar que essa participação dos bancos

oficiais vem sendo ampliada em anos recentes, decorrente de um melhor desempenho dos primeiros sobre os segundos.

No período em análise, entre os estados, a maior expansão no saldo das operações de crédito ocorreu na Paraíba (30,0%), seguida pelo Maranhão (28,6%), pelo Rio Grande do Norte (27,9%) e por Alagoas (27,7%). O menor aumento aconteceu na Bahia (16,7%).

**Tabela 5 – NORDESTE – Evolução Nominal e Participação dos Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito dos Estados Posição em Final de Fevereiro de 2013**

Em %	Depósitos		Operações de Crédito	
	Variação	Participação	Variação	Participação
	Fev-13/Fev-12	Est/NE, Fev/13	Fev-13/Fev-12	Est/NE, Fev/13
Maranhão	10,8	6,0	28,6	7,3
Piauí	17,3	3,6	23,4	4,7
Ceará	5,3	21,5	26,4	14,7
Rio Grande do Norte	9,6	5,2	27,9	6,7
Paraíba	13,2	6,0	30,0	6,6
Pernambuco	2,7	22,1	17,9	22,7
Alagoas	9,9	4,4	27,7	4,9
Sergipe	9,1	4,8	22,6	5,1
Bahia	9,1	26,4	16,7	27,3
NORDESTE <sup>1</sup>	7,5	100,0	21,8	100,0
BRASIL	8,8	...	18,6	...

Fonte: Banco Central do Brasil (2013d).

<sup>1</sup> No Nordeste, no final de fevereiro de 2013, o saldo dos depósitos bancários havia atingido o montante de R\$ 167,4 bilhões e as operações de crédito R\$ 152,9 bilhões. Os saldos referem-se aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal. Não estão incluídas as operações de crédito realizadas pelo BNDES/FINAME e pelo BNB/FNE no Nordeste

## 7.4 – BNB: Taxas de Juros, Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito

O Banco do Nordeste, como principal órgão de fomento da Região, tem também se destacado nas suas operações de banco comercial, por praticar taxas de juros bastante competitivas no cenário financeiro nacional.

Esse desempenho foi constatado na última pesquisa realizada pelo Banco Central

(2013e), cobrindo o período de 26 de abril a 3 de maio último, para acompanhar a evolução dos encargos financeiros cobrados nas principais operações de crédito junto a um grupo representativo de instituições financeiras que operaram no mercado de crédito nacional.

De acordo com a referida pesquisa, no grupo de operações para pessoas físicas, o BNB ficou em primeiro lugar por praticar a mais baixa taxa de juros no País, nas operações de desconto de cheques. Foi também o segundo colocado nos encargos financeiros cobrados no crédito pessoal consignado privado, o quarto colocado nas operações de crédito pessoal consignado Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o sexto colocado nas operações de cheque especial e ocupou a nona posição em menor taxa de juros para o crédito pessoal não consignado.

Nas operações com as empresas, a taxa de juros cobrada pelo BNB no cheque especial foi a mais baixa entre os bancos pesquisados no País, ficando também em primeiro lugar nas operações de conta garantida. Nas ope-

rações de capital de giro com prazo até 365 dias, a taxa de juros cobrada pelo BNB foi a nona mais baixa do mercado de crédito nacional. Ficou ainda em décimo primeiro lugar nos encargos cobrados no desconto de cheque, no décimo segundo lugar no desconto de duplicatas e no décimo quinto lugar nas operações de capital de giro com prazo superior a 365 dias.

Nas demais operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas, onde o BNB não ocupa as primeiras posições, as suas taxas de juros praticadas foram inferiores às respectivas médias do mercado de crédito brasileiro.

No final de março de 2013, o volume de depósitos captados pelo BNB na Região atingiu R\$ 8,8 bilhões, correspondendo a um cresci-

**Tabela 6 – Taxas Efetivas de Juros de Operações de Crédito Posição Relativa do Banco do Nordeste do Brasil em Relação ao Mercado Brasileiro de Crédito – Período da Pesquisa do BACEN – de 26/04 a 03/05/2013**

Modalidade da Operação	Posição do BNB	Taxas Efetivas ao Mês (%)				No. Bcos. Pesquisados
		BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado	
<b>Pessoa Física</b>						
Desconto de cheques	1º	1,91	3,40	1,91	7,92	13
Crédito pessoal consignado privado	2º	1,49	2,49	1,38	6,13	52
Crédito pessoal consignado INSS	4º	1,69	1,97	1,59	2,25	36
Cheque especial	6º	3,77	5,73	0,20	10,20	31
Crédito pessoal não consignado	9º	1,98	5,92	1,06	18,55	72
<b>Pessoa Jurídica</b>						
Cheque especial	1º	2,82	6,00	2,82	9,99	19
Conta garantida	1º	1,20	2,74	1,20	6,62	41
Capital de giro prazo até 365 dias	9º	1,23	2,07	0,69	4,58	59
Desconto de cheque	11º	2,20	2,43	1,37	4,40	29
Desconto de duplicatas	12º	1,97	2,35	0,82	4,25	37
Capital de giro prazo superior 365 dias	15º	1,34	1,75	0,90	6,02	49

**Fonte:** Banco Central do Brasil (2013e).

**Obs.:** As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

mento de 12,9% comparativamente à mesma posição no ano passado. Do referido montante, a maior parcela era formada por depósitos a prazo (62,2%), vindo em seguida os depósitos de poupança (16,6%), os depósitos especiais (11,7%) e os depósitos interfinanceiros (8,3%), para citar os mais relevantes.

Entre os estados, o maior aumento na captação de depósitos, no período sob análise, ocorreu em Pernambuco (27,0%), sequenciado pelo Piauí (19,9%), por Alagoas (19,6%) e pelo Ceará (15,2%).

Por outro lado, o saldo das operações de crédito do BNB realizadas no Nordeste alcançou R\$ 8,1 bilhões, registrando-se uma leve retração (- 1,0%), no período considerado.

Essa redução foi provocada pelas diminuições ocorridas nas operações do Ceará (- 16,4%), da Bahia (- 9,5%) e de Pernambuco (- 5,5%), as três maiores economias da Região e também pelo aumento das provisões para devedores duvidosos, provocado em grande medida pelas dificuldades decorrentes da forte estiagem que assola o semiárido nordestino, pelo segundo ano consecutivo.

Dos R\$ 8,1 bilhões, a metade era representada por operações de curto prazo, sob a rubrica de empréstimos e títulos descontados, acompanhada pelos financiamentos concedidos à indústria e ao comércio, à infraestrutura e desenvolvimento e aos segmentos rural e agroindustrial.

**Tabela 7 – BNB – Variação Nominal e Participação dos Estados do Nordeste no Saldo dos Depósitos Bancários e das Operações de Crédito – Posição em Final de Março de 2013 – Em %**

Estados	Depósitos Bancários		Operações de Crédito	
	Variação	Participação	Variação	Participação
	Mar-13/Mar-12	Est/NE, Mar/13	Mar-13/Mar-12	Est/NE, Mar/13
Maranhão	4,1	3,5	29,9	11,0
Piauí	19,9	2,7	25,4	9,6
Ceará	15,2	56,5	-16,4	14,7
Rio Grande do Norte	6,4	4,2	6,6	5,2
Paraíba	-9,3	3,3	3,6	7,7
Pernambuco	27,0	12,1	-5,5	15,1
Alagoas	19,6	1,9	7,8	4,1
Sergipe	-9,8	2,8	4,5	5,6
Bahia	7,9	13,0	-9,5	27,0
<b>NORDESTE (a)</b>	<b>12,9</b>	<b>100,0</b>	<b>-1,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB/Área de Controle Financeiro.

(a) No final de março/2013, o saldo dos depósitos captados pelo BNB no Nordeste havia alcançado R\$ 8,8 bilhões e das operações de crédito atingiu R\$ 8,1 bilhões. Esses valores e as taxas de variação diferem dos apresentados na Tabela 4, cuja posição é final de fevereiro/2013, enquanto a da Tabela 7 é final de março/2013. Incluindo-se as agências extrarregionais, o saldo dos depósitos do BNB atingiu R\$ 10,0 bilhões, e o das operações de crédito R\$ 10,1 bilhões.

Adicionando-se ao saldo das operações de crédito do BNB, na posição de final de março, os estoques das operações realizadas com recursos do Fundo Constitucional de Finan-

ciamento do Nordeste (FNE), chega-se a um montante de R\$ 43,3 bilhões, correspondendo a um crescimento de 7,8% sobre igual posição do ano passado. Vale registrar que, do

referido valor, o FNE participou com 77,8%, representando a principal fonte de recurso, de médio e longo prazos, para financiar o desenvolvimento do Nordeste.

De outra parte, no primeiro trimestre de 2013, foram contratadas no Nordeste 111,3 mil operações com recursos do FNE, injetando na economia regional R\$ 2,0 bilhões, ocorrendo um crescimento de 89,4% no número e de 176,0% nos valores contratados, na comparação com igual período do ano passado. Essas elevadas taxas de crescimento foram motivadas, em parte, por uma alteração de estratégia na política de aplicação de recursos do FNE, que teve início no come-

ço de 2012, com maior foco para as aplicações de recursos para as micro, pequenas e médias empresas.

Dos R\$ 2,0 bilhões aplicados no Nordeste pelo FNE, a maior parcela foi destinada para a agropecuária (41,8%), seguida pela indústria (30,1%), pelos serviços (15,1%) e pelo comércio (13,0%). Por porte do tomador, a maior destinação coube aos miniprodutores - inclusive Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (30,3%), seguidas pelas grandes empresas (28,7%), pelas pequenas (21,2%), pelas médias (17,0%) e finalmente pelas microempresas (2,9%).

**Tabela 8 – BNB – Variação e Participação dos Estados do Nordeste no Valor das Contratações do FNE, do CREDIAMIGO e do PRONAF – Acumulado no Período Janeiro-Março de 2013 – Em %**

Estados	FNE		CREDIAMIGO		PRONAF	
	Variação	Participação	Variação	Participação	Variação	Participação
	Nominal <sup>1</sup>	Estado/NE <sup>2</sup>	Nominal <sup>1</sup>	Estado/NE <sup>2</sup>	Nominal <sup>1</sup>	Estado/NE <sup>2</sup>
Maranhão	87,0	9,1	31,7	12,5	64,4	8,9
Piauí	12,6	6,0	27,7	10,9	261,9	13,6
Ceará	145,5	11,5	39,7	31,0	239,9	17,4
R. G. do Norte	200,3	10,0	47,5	6,3	322,9	9,0
Paraíba	659,4	10,5	33,9	8,3	176,3	6,5
Pernambuco	174,9	9,4	39,3	7,4	208,8	15,8
Alagoas	433,3	6,5	40,9	5,8	171,0	5,5
Sergipe	27,3	3,1	42,7	4,9	169,2	3,9
Bahia	254,3	33,9	40,0	12,9	169,4	19,4
<b>NORDESTE</b>	<b>176,0</b>	<b>100,0</b>	<b>37,4</b>	<b>100,0</b>	<b>189,3</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** BNB/Área de Controle Financeiro e BNB/Informações Gerenciais do Programa Crediamigo.

<sup>1</sup> Variação nominal do valor das contratação no período de jan./mar. 13, em relação a jan./mar. 12.

<sup>2</sup> Participação dos estados no período de jan./mar-13.

**Obs.:** No período de jan-mar/13, o valor das contratações do FNE, no Nordeste, alcançou R\$ 2.022,6 milhões, do CREDIAMIGO R\$ 1.109,6 milhões, e do PRONAF R\$ 516,3 milhões.

No rol dos programas geridos pelo BNB, cabe destacar o CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado, que no primeiro trimestre contratou no Nordeste 695,4 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1.109,6 milhão, com um aumento de 23,2% no número e de 37,4% nos valores contratados. O referido programa

caracteriza-se por atender a uma clientela predominantemente feminina (66,0%), possuir um baixo valor médio por contratação (R\$ 1.596,17) e exibir um reduzido índice de inadimplência (1,0%), bem abaixo da média nordestina para operações de crédito com pessoa física (5,5%). Vale também sublinhar os resultados apresentados pelo PRONAF,

que através do BNB, contratou no Nordeste, no período analisado, 104,1 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$

516,3 milhões, ocorrendo uma ampliação de 90,4% no número e de 189,3% nos valores contratados.

## 7.5 – Conclusão

As operações de crédito do País vêm registrando, desde o primeiro semestre de 2011, uma nítida tendência de desaceleração na taxa de crescimento, convergindo para um ritmo mais sustentável de expansão da carteira, no longo prazo. Os bancos públicos continuaram ganhando participação no crédito total, assim como a carteira que utiliza recursos direcionados (lastreados com recursos compulsórios ou governamentais).

O avanço moderado do crédito refletiu a expansão pouco firme da atividade econômica no primeiro trimestre, bem como a postura cautelosa dos bancos em conceder novos empréstimos, diante do nível de inadimplência e da consequente necessidade de provisões para devedores duvidosos. Ademais, a capacidade das famílias em assumir novos empréstimos parece limitada pelo elevado nível de comprometimento da sua renda com dívidas já contratadas e pelo menor crescimento do rendimento.

Nos doze meses terminados em março de 2013, houve uma nítida melhora nas condições e na qualidade do crédito nacional. Assim, foi registrada uma redução nas taxas de juros e nos spreads, acompanhada por um alongamento no prazo dos créditos concedidos. Em consequência, houve uma leve queda da taxa de inadimplência, notadamente das famílias.

De acordo com estudos do BACEN, a capacidade de solvência do sistema bancário brasileiro permanece robusta, tendo inclusive apresentado melhora em períodos re-

centes. Ademais, análises de cenários e de sensibilidade demonstram que o sistema bancário brasileiro apresenta boa capacidade de suportar os efeitos de choques adversos, decorrentes de um cenário de extrema deterioração da condição macroeconômica do País por quatro trimestres consecutivos, ou de mudanças abruptas nas taxas de juros, de câmbio ou na inadimplência.

A expansão do crédito do Nordeste continua firme, mas também revela uma tendência de desaceleração, a exemplo do contexto do crédito nacional. Entretanto, o crescimento da intermediação financeira na Região deveu-se exclusivamente aos aumentos registrados pelos bancos públicos, na captação de depósitos e na oferta de crédito, uma vez que a banca privada apresentou queda para essas duas variáveis. A expansão do crédito foi acompanhada por uma melhora na sua qualidade, tendo em vista o leve declínio observado na taxa de inadimplência, influenciado por uma redução desse indicador para as famílias, permanecendo constante a inadimplência para as empresas.

O Banco do Nordeste, como principal órgão de fomento da Região, tem também se destacado nas suas operações de banco comercial, por praticar taxas de juros bastante competitivas no cenário financeiro nacional.

Pesquisa recente realizada pelo Banco Central revela que o BNB ficou em primeiro lugar ao cobrar a mais baixa taxa de juros no País, nas operações de desconto de cheques para pessoas físicas, no cheque especial e

na conta garantida, as duas últimas para as empresas. Foi também o segundo colocado nos encargos financeiros cobrados no crédito

pessoal consignado privado e o quarto colocado nas operações de crédito pessoal consignado INSS.

## REFERÊNCIAS:

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia e finanças:** indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <[https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultar\\_valores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores](https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultar_valores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores)>. Acesso em: 16 maio 2013a.

\_\_\_\_\_. **Economia e finanças:** indicadores de conjuntura: indicadores econômicos: moeda e crédito. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 16 maio 2013b.

\_\_\_\_\_. **Nota para a Imprensa 26.04.2013:** política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acesso em: 16 maio 2013c.

\_\_\_\_\_. **SISBACEN.** Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2013d.

\_\_\_\_\_. **Sistema financeiro nacional:** informações sobre operações bancárias: taxas de juros de operações de crédito. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/Relatorio>>. Acesso em: 16 maio 2013e.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Informações da área de controle financeiro.** Fortaleza, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Informações gerenciais do Programa CrediAmigo:** cadernos mensais de março de 2012 e março de 2013. Fortaleza, 2013b.

BNB CONJUNTURA MENSAL. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013, ano 5, n. 4, abr. 2013.

RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2013, v. 12, n. 1, mar. 2013. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2013\\_03/refP.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2013_03/refP.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2013.

